



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Rita Evejânia dos Santos

**INTERAÇÃO FÉ E VIDA:
A “CAMINHADA” DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
EM FEIRA DE SANTANA
(1980-2000)**



Comunidade reunida na Celebração da Palavra e da Vida

Feira de Santana
2010

Rita Evejânia dos Santos

Interação Fé e Vida:

A “caminhada” das Comunidades Eclesiais de Base em Feira de Santana
(1980-2000)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Estadual Feira de Santana,
como exigência para obtenção do grau
de Licenciado em História.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Elizete da Silva

Feira de Santana
2010

Folha de Aprovação

A banca examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2010

Prof^a Dr^a Elizete da Silva
UEFS

Prof. Ms. Igor José Trabuco da Silva
UFBA

Prof. Ms. Marcos Roberto Brito dos Santos
UFBA

Dedico este trabalho as(os) bem-aventuradas(os) mulheres e homens anônimas(os) que lutam pela justiça e fazem de suas vida um dom e serviço ao próximo.

AGRADECIMENTOS

“Dai graças ao Senhor porque ele é bom, eterna é a sua misericórdia”
(Salmo 137)

Senhor, esta é minha oração de agradecimento a Ti e a todas as pessoas que fazem parte da minha história.... Obrigada por tua bondade em minha vida! Quantas coisas eu tenho para Te agradecer...

Obrigada pelas oportunidades de crescimento... eu que vim da zona rural, lá do interior, que estudei minha vida toda em escolas públicas, que tive bases escolares fragilizadas... Obrigada! Ao agradecer-te quero também agradecer a todas as pessoas bondosas que Tu colocaste na minha vida.

Primeiro agradeço a família na qual nasci, pelo sacrifício de meus pais Maria Pureza e José Gomes, que na pobreza, simplicidade e fé souberam educar a mim e meus irmãos e irmãs. Agradeço a Evaneide(*in memorian*), Erisvaldo, Elioneide e Everaldo, meus irmãos(as) amados(as) que me ensinaram a creditar nos meus sonhos.

Obrigada a minha família religiosa a Congregação das Irmãs de São José, que me apoiaram, de modo especial agradeço por todas que moraram comigo neste tempo de “vida acadêmica”, especialmente Irmã Maura, Irma Penha e Nilza... pela paciência, incentivo e pelos sacrifícios comunitários para me favorecer maior tempo para os estudos.

Agradeço a todos os professores e professoras que foram instrumento de curiosidades, inquietação, pesquisas, descobertas, leituras...Em especial a Eurelino Coelho, Juvenal de Carvalho, Emilia Ferreira, Rosangela Souza, Mayra Paniago.

Obrigada em particular a professora Elizete da Silva, minha orientadora, que me questionou e me incentivou na pesquisa. Mulher de um imenso compromisso profissional, aponto de ganhar o título da “síndrome de Deus”, por ser tão perfeccionista e minuciosa no que faz. Para mim foi um grande aprendizado! Além disso, é muito generosa, me emprestou parte de sua biblioteca para minha pesquisa.

Obrigada à turma 2005.2, turma essa que me proporcionou reflexões e discussões intensas. A beleza e as diferenças de cada um(a) me completaram e me formaram como historiadora. Em especial aos que perseveraram até o fim.... A

Tamara Pires por sua ternura, amizade e tanta paciência..., a Alex Jesus de Brito pelo exemplo de superação, obrigada pela amizade, disponibilidade e generosidade em me ajudar sempre! A Fernanda Vitorino por sua alegria contagiante que não deixa ninguém triste quando está por perto, a Tatiane de Souza por sua determinação e responsabilidade, Aglaia pela paz que transmite, Ivan por sua perseverança apesar das dificuldades, Maiana por seu crescimento ao longo do Curso, a Welber por sua espontaneidade e alegria, a Karine pela afabilidade e simplicidade, Camila por sua sabedoria e garra, Magno sinceridade e alegria, Maiara pelo compromisso e determinação, André e Chintamani pelas contribuições e reflexões, Samara pelo esforço de permanecer no curso, Aloísio pela sinceridade, Vinícius pela tranquilidade e alegria, e a todos e todas que acompanharam nossa turma ao longo do curso, como Henrique(que formatou meu texto), Deise, Aline, Ricardo...

Obrigada aos companheiros e companheiras do Centro de Pesquisa de Religião que contribuíram com questionamentos na apresentação do meu projeto, pela troca de conhecimento e experiências nas pesquisas.

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse construído! Pelas pessoas que se dispuseram a dar entrevista, aos sacerdotes que viabilizaram o acesso aos documentos eclesiais, as secretárias das paróquias que foram gentis no atendimento, aos colegas que leram meus textos, em especial Luciana Almeida sempre disponível a ajudar e a contribuir! Aos que me emprestaram livros, como o padre Ednaldo, Juliano, Marcos Roberto, Prof. Iraneidson.

Obrigada ainda a todos os amigos e amigas, leigos(as) da Paróquia Imaculada Conceição que me incentivaram e compreenderam minhas ausências em muitas atividades paroquiais, em especial meu amigo Padre Nicasio, do qual aprendi muito sobre a importância das Comunidades na vida da Igreja.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que tentaram inviabilizar minha pesquisa. Obrigada! porque assim, eu aprendi e me convenci que isso faz parte do ofício do(a) historiador(a)! Pude aprofundar minhas convicções naquilo que havia me determinado!

Enfim, a vocês que fazem parte de minha história, OBRIGADA!

O COMEÇO DO COMEÇO

*... Nasce uma CEB onde há povo. Na favela, nos sítios e “córregos”,
na vila, no bairro popular.*

*... Nasce uma CEB onde povo se junta. Na rua, na capela, nas casas,
na “vila”, sob a castanheira.*

*... Nasce uma CEB para lutar pela vida, rezar a vida,
partilhar a vida, festejar a vida.*

*... Nasce uma CEB na fé, pela força do povo, com o fogo do Espírito de Deus,
com a “missão” apostólica de seu Zacarias de uma família migrante,
de uma religiosa que vai ao povo, de um padre que ama os pobres.*

*... Nasce uma CEB com um olho no Evangelho, outro na realidade,
na escuta da Palavra de Deus, na busca de resposta aos apelos da vida.*

*... Nasce uma CEB com pouca gente, com poucos recursos,
com pouco preparo; sobretudo, com pouco barulho!*

*... Nasce uma CEB como a semente de Deus,
porque a terra por si produz com a descrição da vida,
com a energia irresistível do Espírito.*

Dom Luís Fernandes

RESUMO

Na segunda metade do século XX, a Igreja Católica da América Latina e mais especificamente no Brasil viveram um processo de “renovação” e animação, que foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas se disseminaram por todo o Brasil, principalmente à partir dos anos 1970. As CEBs foram responsáveis não só pela renovação interna da Igreja, como também contribuíram no cenário nacional, com práticas sociais transformadoras. O presente trabalho tem por finalidade identificar a prática das Comunidades Eclesiais de Base existentes na cidade de Feira de Santana durante os anos oitenta e noventa do século passado. Frente às transformações pelas quais a cidade passou principalmente a partir da fundação do Centro Industrial Subaé(CIS), que atraiu grande contingente populacional e consequentemente sérios problemas de moradia, urbanização e deficiência na infraestrutura nos bairros, as CEBs organizadas se engajaram em vários movimentos sociais e em algumas circunstâncias tiveram um papel decisivo na organização de manifestações populares frente os problemas locais.

Palavras-chaves: Igreja Católica, Comunidades Eclesiais de Base, Feira de Santana, práxis, lutas sociais.

ABSTRACT

In the second half of the 20th century, the Catholic Church of Latin America or more specifically of Brazil lived a moment of renovation and animation which were known as the Ecclesial Communities of Base (ECB). These Ecclesial Communities of Base were divulged throughout the whole of Brazil principally in the beginning of the year 1970. They were not only responsible for the internal renovation of the Church but also contributed to the national scenario in the sense that they transformed social practices. The present assignment aims at identifying the practice of the Ecclesial Communities of Base existing in the city of Feira de Santana in the eighties and in the nineties of the last century. In front of the transformations which the city passed through principally from the foundation of the Industrial Centre Subae (ICS), attracting a great contingent of population with consequently serious problems of habitation, urbanization and insufficiency in the infrastructures of the city areas, the organized Ecclesial Communities of Base (ECB) assumed determined postures and, in some circumstances, assumed a decisive role in the organization of popular manifestations in order to face local social problems.

Keywords: The Catholic Church, the Ecclesial Communities of Base, Feira de Santana, Praxis, Social struggles

LISTAS DAS FOTOGRAFIAS

Fotografia

1.....

Capa do trabalho: Comunidade reunida no bairro do Campo Limpo na Celebração dominical presidida pelos leigos (acervo de Irmã Marcela)

Fotografia

2.....49

Fotografia de uma Comunidade de Base no Campo Limpo, em reunião. (acervo de Irmã Marcela)

Fotografia

3.....82

Fotografia Com alguns membros da equipe que compôs a comissão no acompanhamento na ocupação que formou posteriormente o George Américo(acervo de Irmã Marcela)

Fotografia

4.....83

Fotografia da Carta na qual os ocupantes do Antigo Campo de Aviação pediam ajuda a Igreja Católica e outras entidades. (acervo de Irmã Marcela)

Fotografia

5.....85

Missa no bairro George Américo celebração de memória da ocupação (acervo de Irmã Marcela)

Fotografia

6.....92

Fotografia da Cartilha de Educação Política elaborada pela Diocese em 1996. (acervo de Ana Breda)

ABREVIATURAS

AP – Ação Popular

AMBACLA – Associação de Moradores do Bairro Campo Limpo e Adjacência

ADESM – Associação de moradores da Santa Mônica

BNH – Banco Nacional de Habitação

CASEB – Companhia de Abastecimento e Silo do Estado da Bahia

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CF – Campanha da Fraternidade

CELAM – Conferência Episcopal Latina Americana

CIA – Centro Industrial do Aratu

CIS – Centro Industrial Subaé

CIMI – Comissão Missionária Indigenista

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

COPLAN – Construções e Planejamentos

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ECC – Encontro do Casais com Cristo

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Técnica Social e Educacional

GTDN – Grupos de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudante Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MAV- Movimento Água é Vida

MOC – Movimento de Organização Comunitária

PDLI –Plano de Desenvolvimento Local Integrado

RCC – Renovação Carismática Católica

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SIM – Serviço de Integração do Migrante

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDR – União Democrática Ruralista

URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -	11
 CAPÍTULO I - O catolicismo na origem e desenvolvimento da cidade	18
A criação da Diocese de Feira de Santana.....	23
O Centro Industrial Subaé e a aglomeração populacional.....	29
 CAPÍTULO II - Novo jeito de ser Igreja: o povo de Deus é a Igreja	36
Contexto do Concílio Vaticano II.....	36
Intróito a Teologia da Libertação.....	38
A organização das CEBs no Brasil.....	43
Formação das CEBs em Feira de Santana.....	51
As relações Intra eclesial.....	56
As Comunidades Eclesiais da Bíblia.....	60
As relações extraeclesiais: O ecumenismo “Lugar de comunhão para toda a humanidade”.....	63
A contribuição das Congregações Religiosas.....	67
 CAPÍTULO III - A Igreja militante em Feira de Santana	71
Performance das CEBs	71
A Igreja Católica e a formação do bairro George Américo.....	80
A Igreja e a política em Feira de Santana: “A fé sem a política é morta!”.....	87
As CEBs e a redemocratização.....	95
O fenecer de uma luta?.....	97
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES	105
BIBLIOGRAFIA	109
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na cidade de Feira de Santana da década de 1980 ao ano 2000. O interesse por estudar as Comunidades de Base da Igreja Católica nas quais os leigos desenvolveram um papel relevante se deu, pelo fato da instituição religiosa na América Latina e mais especificamente do Brasil vivenciar a experiência da Teologia da Libertação¹, sendo as CEBs parte da inovação eclesial. Todavia, uma novidade permeada por conflitos internos entre o denominado “catolicismo conservador”, ou seja, aqueles que insistiam em permanecer atrelados a uma tradição litúrgica e catequética romana e o “catolicismo progressista”, que buscavam inovar não apenas a liturgia e a catequese, mas principalmente formar o povo a partir de sua própria realidade e transformá-la por meio da luta social².

O universo temporal escolhido alude ao processo que as CEBs passaram, sendo a década de 1970, momento de consolidação das bases e crescimento das comunidades. A década de 1980, considerada por alguns estudos como apogeu das Comunidades, apesar de que alguns estudiosos defendem ser um período de declínio e os anos de 1990, como tempo da estagnação.³ Para o estudo das comunidades na cidade de Feira de Santana, apenas as duas últimas décadas do século XX foram contempladas porque é o período em que as Comunidades de Bases frente aos problemas sociais da cidade começaram a organizar-se e mobilizar-se, principalmente com a presença de padres estrangeiros e religiosas que chegaram à urbe.

Os principais problemas sociais do período em questão foram em decorrência das transformações que ocorreram na cidade a partir da segunda metade do século XX. Momento de transição e mudanças abruptas, sendo a criação do Centro Industrial Subaé no limiar da década de 1970, uma das mais impactantes para cidade, pois, não possuía infraestrutura necessária para acolher a população de migrantes que adentraram este espaço em busca de trabalho, causando assim, um inchaço na urbe, deslocando parte da população para os bairros periféricos⁴. Os que não foram absorvidos pelo setor

¹ *Manual sobre as comunidades eclesiais de base*, Petrópolis: vozes, 1977. p 36.

² FOLLMAM, José Ivo. *Igreja, Ideologias e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.95.

³ SILVA, Ana Amélia da. *Religião e razão comunicativa: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização*. Dissertação de mestrado em sociologia, USP, São Paulo, 2002. P.16.

⁴ FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização 1970-1996*. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo UFBA, Salvador, 1998.

industrial, viviam em condições materiais de existência precária, falta de moradia, transporte, saúde, educação. Objetiva-se, identificar o desempenho e o papel sócio-religioso das CEBs nesse contexto e sua articulação com diferentes grupos e sujeitos sociais, bem como perceber como As Comunidades de Base da cidade se apropriavam do discurso das CEBs em âmbito nacional.

Aspectos Teóricos

A importância da experiência religiosa para os sujeitos históricos que inseridos num determinado contexto social e a influência que esta exerce na sociedade no âmbito cultural, social e político é inegável. Desse modo, “A religião é um aspecto importante da realidade humana e parece ser indissociável do processo social, pois permite o desenvolvimento das convicções e valores, contribuindo de maneira decisiva para a formação de diversos tipos de comunidades”.⁵ François Houtart converge na mesma perspectiva e amplia a análise:

A religião como parte das representações, é também um produto do ator social humano. Isso é perfeitamente compreensível porque toda realidade cultural, toda realidade ideal é um produto social. (...) O discurso produzido por grupos sociais ou um discurso mais elaborado, do tipo teológico, onde intervém mais a instituição; ou também pode ser a religião como forma de consciência em diferentes tipos de sociedade⁶.

Utilizou-se do pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, o conceito de campo religioso formado a partir de um conjunto de relações sociais e políticas que os sujeitos constroem dentro da dinâmica social, e que surge como necessidade de “moralização e de sistematização das crenças e práticas religiosas”⁷.

A História Cultural contribui neste trabalho como possibilidade de leitura, a religião passa a ser vista como fundamental para compreender e ler o mundo, pois, religião e religiosidade marcaram a Histórica Cultural⁸. O teórico Roger Chartier, em sua obra *História Cultural: entre práticas e representações*, afirma que o principal objeto da História Cultural é identificar como em lugares diferentes e momentos

⁵ MUNIZ, Beatriz, Eliane Hojoij Gouveia, José Rubens Lima Jardimino (Org.). *Sociologia da Religião no Brasil*. São Paulo. PUC/SP, UMEP, SRES, 1998. p. 52

⁶ HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Ática, 1994. p. 28

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 34

⁸ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1920-1989): uma Revolução francesa na historiografia*. São Paulo. UNESP, 1997. p.98

diferentes uma realidade social estabelecida é construída, pensada, dada a ler.⁹ Trabalhou-se o conceito de representação como instrumento para se compreender o funcionamento da sociedade/realidade ou o modo como o mundo é apreendido pelos sujeitos, neste caso, os participantes das Comunidades Eclesiais de Base.

A representação coletiva é identificada como esquema interiorizado, categorias incorporadas que gerenciam e estruturam-se.¹⁰ As Comunidades Eclesiais de Base em Feira de Santana são analisadas a partir desse pressuposto. As CEB's são identificadas como uma representação que se constitui a partir da prática. Assim sendo, será possível fazer uma análise dos feirenses católicos. O que os fez serem identificados ou identificarem-se como CEB's? Como explicita Chartier:

As práticas visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo significa simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes, marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.¹¹

Para o autor, a prática é o instrumento pelo qual se estrutura a representação, o modo peculiar de inserir no mundo. Portanto, foram analisadas as práticas que as CEB's construíram no contexto social, político e econômico de Feira de Santana entre os anos oitenta e noventa do século passado.

Contribui ainda neste trabalho o pensamento de Michel Löwy, que a partir de uma perspectiva marxista, consiste na análise da religião não apenas como o ópio do povo, mas, como espaço de transformação social, uma relação dialética, “a religião pode desempenhar um papel, decisivo na vida de uma sociedade”¹², é também “suspiro da criatura humana”. Ele observou que a América Latina constituiu-se um espaço propício, lócus de mudanças.

Antônio Gramsci ao afirmar que “Todos são intelectuais, (...) mas, nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”¹³, percebe cada sujeito como um pensador, um filósofo, porém, identifica tipos de intelectuais, dentre eles o “intelectual orgânico”, aquele que surge dentro de sua classe e cujo papel é dar

⁹ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre praticas e representações*. São Paulo, Difel, 1990, p.16

¹⁰ Idem, p.19

¹¹ Ibidem. p.23

¹² LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América latina*. Petrópolis: Vozes, 2000. P.15

¹³ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 10.

homogeneidade a mesma, tendo consciência de sua própria função. Esse conceito é útil para analisar o papel dos teólogos da libertação enquanto produtores e sustentadores do pensamento libertador na Igreja latino-americana. Embora tal pensamento não tenha sido hegemônico na instituição, foi eficaz para manter as bases que corroboravam com essa perspectiva teológica.

Metodologia

No que concerne ao uso das fontes, foram utilizadas fontes orais e fontes escritas para fundamentar a pesquisa e construir este trabalho.

A História Oral foi utilizada como método, pois foi feito o cruzamento entre as fontes escritas com as orais (entrevistas), analisando-as e comparando-as. É necessário elucidar e fomentar que a História Oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história Contemporânea surgida em meados do século XX”¹⁴. E como ainda ressalta Paul Thompson, “Na verdade temer a história oral como tal não tem fundamento(...) a utilização de entrevistas como fonte vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos”¹⁵, tal afirmação credibiliza o trabalho com fontes orais ainda utilizados com restrições e desconfiança, de alguns estudiosos. Evidentemente não se pode negar como chama atenção Tania Gandon, que “o discurso da memória é altamente dinâmico, vai sendo construído em função de cada contexto, do presente – o ‘lugar’ do discurso - e também em função da imagem que se quer transmitir e da “negociação” identitária”¹⁶, a autora chama atenção para pensar nos cuidados dos discursos que se constroem em torno de um grupo, ou seja, a imagem que se quer apresentar.

Foram entrevistadas treze pessoas, todas vinculadas a Igreja Católica, padres, religiosas(freiras) e leigos e leigas que participaram diretamente das CEB's e da articulação das mesmas no período estudado. Por estar lidando com a História do Tempo presente as fontes orais, foram usadas com maior recorrência. Por isso, o cuidado com a utilização das entrevistas concernente a subjetividade de cada sujeito, buscou-se a criticidade e a minúcia. A alocação dos entrevistados foi de suma

¹⁴ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da história; In: PINSKY, Carla (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p:155.

¹⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992. P. 21

¹⁶ GANDON, Tania Riserio d'Ameida. *Etnotexto e identidade cultural na construção da memória*. Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade. , Salvador, v. 14, n23, jan./jun., 2005. p. 231

importância para uma melhor percepção do discurso dos membros da CEB's e como se autodefinem.

Para compreender o contexto social do período, utilizou-se o Jornal *Feira Hoje*, periódico publicado de 1970 a 1997, era de circulação semanal, mas, a partir de 1980 passou para circulação diária. Do Jornal *Folha do Norte*, apenas os anos de 1960 a 63 foram pesquisados para compreender a conjuntura da criação da Diocese de Feira de Santana. O Jornal *Feira Hoje* enquanto fonte principal de pesquisa jornalística foi analisado a partir da perspectiva de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, as quais afirmam que o jornal pode ser utilizado “como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação¹⁷”, isso porque o jornal carrega o olhar de um grupo social que o produz, (assim como as demais fontes). O periódico, *Feira Hoje*, era vinculado à família de José Falcão que fora prefeito da cidade algumas vezes e veiculava-se nos jornais o que era de interesse de seu grupo. Embora tenha exigido atenção, não pôde ser uma fonte rejeitada, pois, colaborou na compreensão do contexto sociopolítico do período estudado e a cruzamento com as fontes orais.

Os documentos analisados referentes à própria Igreja Católica foram *Atas das Assembleias da Diocese*¹⁸, *Atas de Paróquias*¹⁹ e *Livros de Tombo*. Das *Atas das Assembleias Diocesanas* apenas os anos de 1995 a 2000, foram analisados por não terem sido encontrados os registros dos anos anteriores concernentes à pesquisa. O *Livro de Tombo* é um documento geralmente escrito pelo Pároco, cuja função é relatar o cotidiano da paróquia e as atividades importantes do mês ou período. As *Atas das Paróquias* relatam principalmente a vida pastoral da Paróquia, constam reuniões, eventos, atividades elaboradas, avaliações pastorais e relações de grupos existentes. Contudo, tal organização não consta em todas as Atas paroquiais analisadas, seja pela

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino* (imprensa e ideologia no jornal “o Estado São Paulo”). Alfa-Omega, 1980. p. 19

¹⁸ Neste trabalho os termos Diocese e Paróquia serão usados com recorrência. Diocese é um termo religioso da Igreja Católica, apropriado do modelo administrativo do Império Romano. O Papa nomeia os bispos que são considerados sucessores dos apóstolos. “A diocese é uma porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do bispo com a cooperação do presbítero[padre]”. Código de Direito Canônico, nº 369. Os bispos são responsáveis de acompanhar e administrar pastoralmente a porção eclesial que lhe foi confiada. A diocese é delimitada por um determinado território, o bispo responde ao papa seu acompanhamento pastoral da diocese.

¹⁹ As paróquias são subdivisões de uma diocese, ou seja, toda diocese é constituída por um conjunto de paróquias. “Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente numa Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco[padre] como a seu pastor próprio, sob a autoridade do bispo diocesano”. Código de Direito Canônico, nº 515. Os párocos que são os responsáveis pela paróquia respondem ao bispo diocesano pelo acompanhamento pastoral dos fiéis.

metodologia de trabalho de cada presbítero, perda de documentos ou a ausência de registros da memória das paróquias. Em cada documento analisado buscou-se perceber a construção histórica que as circundava, a partir do contexto em que estavam inseridas, sendo necessário um olhar crítico e continuamente questionadas. Os *Livros de Tombo* e *Atas das Paróquias* estão conservados nas respectivas Paróquias, as *Atas das Assembleias da Diocese* encontram-se no arquivo do Arcebispado Diocesano.

A historiografia brasileira possui inúmeros trabalhos sobre a Igreja Católica, como também uma produção de historiadores estrangeiros (brasilianistas). Sobre a atuação contemporânea da Igreja Católica especificamente na Bahia ainda tem um vasto campo para ser pesquisado. Desse modo, este trabalho justifica-se pela ausência de pesquisas sobre a recente História da Igreja em Feira de Santana e espera-se que possa contribuir na compreensão da atuação da instituição neste período.

O trabalho consta de três capítulos, os quais são iniciados com um “canto”, das CEBs, com ressalva o primeiro Capítulo que é um hino a Santana padroeira da cidade. (segue um trecho da Bíblia, livro que fundamentou e fortaleceu a caminhada das comunidades). Orienta-se os leitores a compreender que todas as vezes que encontrarem o termo “Comunidade de Base” escrito pela autora, refere-se as Comunidades Eclesiais de Base, isso, porque autores como Clodovis Boff, chamam atenção para os vários tipos de comunidades de Base, para ele, são todas as comunidades da Igreja, catolicismo tradicional, catolicismo romanizado, movimentos, pastorais e as próprias CEBs²⁰. Todavia, neste trabalho comunidade de base é usado como sinônimo de CEBs.

O capítulo primeiro foi organizado a partir da origem da cidade de Feira de Santana e seu desenvolvimento. Discutindo as transformações que acontecem na urbe a partir do início do século XX, no campo religioso católico a Festa de Santana e a criação da Diocese que demarcam o espaço do catolicismo na cidade. A principal transformação, porém, foi a fundação do Centro Industrial Subaé e o impacto na cidade com o crescimento populacional e as disparidades sociais, propiciando a aglutinação e organização das camadas populares na procura de solução para os problemas em comum.

²⁰ BOFF, Clodovis. Estatuto Eclesiológico das CEBs. In: *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 187

No capítulo segundo, trata-se das transformações da Igreja Católica principalmente a partir do Concílio Vaticano II e na América Latina com a Conferência de Medellín, que estimulam o surgimento da Teologia da Libertação, tendo as Comunidades Eclesiais de Base como difusoras dessa teologia. Aborda a organização das primeiras Comunidades de Base na cidade de Feira de Santana, suas relações dentro da própria instituição eclesiástica e sua aproximação com os demais grupos religiosos, principalmente como os protestantes.

O último capítulo apresenta a atuação das Comunidades Eclesiais de Base de Feira de Santana, seu envolvimento e a contribuição nas lutas sociais dos bairros, a participação nas associações de moradores, sindicatos e a relação com a política local. Observa-se que a década de 1990 é permeada por um avanço de “movimentos de massa” da Igreja Católica e em contrapartida um esforço de reflexão social das comunidades nas paróquias.

O trabalho tem em vista apresentar como as primeiras Comunidades Eclesiais de Base se organizaram em Feira de Santana e marcaram o contexto social da cidade e a partir da fé e do fundamento bíblico questionaram os problemas sociais vividos pelos indivíduos e colaboraram na organização desses sujeitos.

CAPÍTULO I

O CATOLICISMO NA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

“Lutem pelo progresso da cidade para onde eu os exilei
e rezem a Deus por ela, pois o progresso
desse lugar será o progresso de vocês”.

Jeremias 29, 7
(Bíblia Sagrada da Edição Pastoral)

Hino à Senhora Santana Padroeira da Cidade:
Sant'Ana, Mestra e doce Mãe, da Feira augusta Padroeira.
Guiar Zelosa os seus destinos, no estrelato imenso da bandeira.
Abençoi os filhos que se orgulham de vosso nome bendizer
e sede sempre protetora dos que procuram vencer.
Vinde, ó Mãe de Maria sacrossanta avó de Jesus
conservai a fé cristã, que a vosso pés nos conduz.
(Livro da festa de Santana, 2009, autor desconhecido)

Para compreender a atuação das Comunidades Eclesiais de Base em Feira de Santana faz-se necessário conhecer o processo histórico da cidade. A sua gênese é permeada por encontros e desencontros no que se refere a sua fundação. A historiografia tradicional aponta meados do século XVIII como o período inicial pelo casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão com a fazenda Sant'Anna dos Olhos d'Água.

Quando em 28 de setembro de 1732, o tenente Domingos Barbosa de Araújo e sua mulher, D. Anna Brandão doaram cem braças de terra à Santana e São Domingos para fazer uma capela, foi solidificada a veneração desta santa. As terras doadas que faziam parte da fazenda do casal – Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'água – foram o embrião do que hoje conhecemos como o núcleo urbano de Feira de Santana²¹.

Entretanto, outra perspectiva historiográfica²², trouxe à discussão outros personagens que a História oficial silenciou. A nova historiografia afirma que o cristão-novo João Peixoto Viegas, comerciante, que se tornara fazendeiro com rebanhos de

²¹ BATISTA, Silvanía Maria. *Conflitos e comunhão na festa da padroeira em Feira de Santana. (1930-1950)*. Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. p. 17 ; POPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador, 1968, p. 75

²² O trabalho de Celeste Pacheco e de Zélia Lima ambos publicados em 1990, questionaram e inovam a discussão sobre a origem da cidade a partir da fazenda Santana dos Olhos d'Água. Vale lembrar que se embasaram nos questionamentos e trabalho pioneiro de Monsenhor Renato Galvão em 1982 sobre os povoadores de Feira de Santana.

gado, precedeu o casal nestas terras e que a feira de gado teve seu princípio a partir das práticas comerciais dele.

Do século XVII ao século XVIII, a região de Feira de Santana, foi povoada e colonizada pela família Peixoto Viegas. (...) Esta família recebeu duas sesmarias de dimensão incalculável e que englobavam a totalidade de São José das Itapororocas, terras que se estendiam entre os rios Jacuípe e Paraguaçu²³.

O objetivo deste trabalho, contudo, não é uma discussão historiográfica sobre a origem de Feira de Santana, mas, mencionar a existência da dupla versão histórica. Para além dos “grandes homens” que originaram Feira de Santana, outros sujeitos históricos atuaram no desenvolvimento comercial desta vila que veio receber o título de cidade comercial em 1873²⁴, entretanto, mesmo quando ainda não alcançara o título de urbe, a vila se expandia e se tornava referência na região, onde se encontravam variados produtos e casas comerciais importantes²⁵. Gradativamente tornou-se um entreposto comercial em decorrência do comércio de gado e feiras semanais.

A posição geográfica facultou seu rápido crescimento, região privilegiada com dois rios, inúmeras nascentes e riachos, ideais para o gado, pois, obtinha alimento da vegetação formada em torno das lagoas e aguadas. Para a população não diferia muito, somente em longos períodos de estiagem a água escasseava. Como localização desfrutava de várias estradas, na verdade passagem de boiadas que ligavam o sertão com a capital. Ainda no século XVIII a crise da feira de gado em Capuame, atual Dias d'Ávila, trasladou para Feira de Santana o eixo do comércio do gado²⁶, fator que contribuiu para o desenvolvimento desta vila, assumiu a função de entroncamento viário e catalisou seu crescimento sendo reconhecida posteriormente como cidade. Todavia, benefícios como abertura de estradas e vias férreas aconteceram somente na segunda metade do século XIX²⁷. Vale salientar, porém, que apenas em 1917 o governo do Estado iniciou o planejamento para construção de estradas sendo escolhido “o trecho Feira-Salvador como o tronco principal e, efetivamente, a partir de 1938, o município já

²³ ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de História colonial*. Cidade: Universidade, 1990. Dissertação de Mestrado. p. 95-98

²⁴ SILVA, Aldo José Moraes. *Terra de sã natureza. A construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana(1833-1920)*. Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. p.13

²⁵ POPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador, 1968. p. 75

²⁶ Idem, p. 56

²⁷ SILVA, 1997. p. 19

experimentava o fortalecimento de sua posição como foco de irradiação e convergência de um sistema de rodovias, com recursos públicos da Bahia e da União”²⁸.

A cidade de Feira de Santana recebeu influências da Igreja Católica, que desde os primórdios da colonização no Brasil, foi suporte ideológico da coroa portuguesa na legitimação da exploração econômica da terra e a espoliação dos autóctones e escravidão dos africanos. Predominou como religião hegemônica na região de Feira de Santana e em toda América portuguesa e espanhola.

A nova perspectiva historiográfica sobre a gênese da cidade vem questionar a reprodução historiográfica preponderante que omite os sujeitos cristãos-novos. O nome que dá “identidade” a cidade é um símbolo do catolicismo, Feira é de “Santana”:

A religião sempre foi uma força poderosa em Feira de Santana, desde os tempos coloniais. Quase todo o povo do município constitui-se de católicos, para os quais os símbolos da fé representavam uma parte da vida diária. Em todas as ocasiões importantes, do nascimento até a morte, uma cerimônia religiosa acompanhava, invariavelmente, a vida de cada qual, enquanto os dias santos especiais e os festivais religiosos se celebravam com toda a pompa e ostentação da Igreja Católica²⁹.

O culto em louvor a Santana, através da festa fora iniciado desde o século XVIII, em 1781 aproximadamente. Ainda na condição de vila dependente da Comarca de Cachoeira, tornou-se autônoma da Paróquia de São José das Itaporocas em 1846, como sede da freguesia de Santana. A difusão da festa de Santana aconteceu principalmente no final do século XIX³⁰, mas foi na primeira metade do século XX que a festa atingiu o ápice de sentido e significado na sociedade feirense.

De acordo com Clovis Ramaina Oliveira, nos últimos anos do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, a cidade foi marcada por transformações que por consequência suscitava outros tipos de sociabilidade e gera uma nova Feira de Santana. A cidade passa por uma “adequação” do espaço para entrar nos moldes da

²⁸ CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção da Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado em economia. p. 201.

²⁹ POPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador, 1968. p. 309

³⁰ BATISTA, Silvania Maria. *Conflitos e comunhão na festa da padroeira em Feira de Santana. (1930-1950)*. Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. p. 25

“civilidade”³¹. Abandona sua condição de empório e se reveste de uma nova identidade, doravante é a “Princesa do Sertão”³².

Com o crescimento da cidade, a presença do protestantismo e os avanços das ideias “modernistas” a Igreja Católica temia que seus fiéis se distanciassem da fé. Para deter tal “mal”, a alternativa era investir em cultos, ritos e atos públicos. A festa da padroeira da cidade era a oportunidade de representar e exprimir a confiança no catolicismo. De modo paulatino as celebrações tornaram-se um espetáculo de fé e conforme Silvânia Batista de 1930 a 1950 foi o período áureo³³. As comissões que organizavam os festejos não deixavam faltar pompa e luxo. Por isso, a cada ano a comissão sucessora disputava com a anterior o fausto, o esplendor e a eficiência. “Alegría, pompa, gastos, luxo eram elementos que permeavam as Festas de Santana. Os comissários desses eventos contribuía em grande parte para o sucesso do espetáculo, tanto como organizadora quanto como festeiros devotos”³⁴. Salienta-se que os membros dessas comissões eram católicos ligados a classe dominante feirense que se valia das festas religiosas como palco político e demarcação do espaço de cada grupo e da ordem social³⁵. Contudo, as camadas populares de modo processual burlaram essas fronteiras e também se apropriaram das festas em louvor a Santana. Como discute Adriana Teles,

A apropriação da Festa de Santana pelos negros transforma a sua feição. A festa, originariamente marcada pelas manifestações de uma elite católica, ganha múltiplos significados com a introdução de símbolos da cultura afro-brasileira. Estes permeiam todo os espaços festivos. Manifestaram-se na Levagem, na lavagem da matriz e na procissão solene. Musicas de origem africanas como sambas e chulas fazem a diversão de todos, ricos e pobres negros e brancos³⁶.

A autora assegura que no início da década de 1950 era perceptível um declínio da Festa de Santana e que a Lavagem da Matriz era o ritual que atraía grande

³¹ OLIVEIRA, Clovis Ramaiana Moraes. *De empório a Princesa do Sertão: Utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA 2000.p. 29

³² O slogan “princesa do Sertão” foi utilizado por Rui Barbosa por ocasião de uma sua visita a cidade em 1919. É um marco da modernidade e divisor de águas entre o rural(empório) e o urbano(Princesa do Sertão).

³³ BATISTA, Silvanía Maria. *Conflitos e comunhão na festa da padroeira em Feira de Santana. (1930-1950)*. Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. p. 9

³⁴ Idem, p. 27

³⁵ Ibidem, p. 11

³⁶ TELES, Adriana Silva. *Presença negra na festa de Santana (1930-1950)*. Monografia de pós-graduação em Teoria e Metodologia da História. Feira de Santana. UEFS. 2000. p. 67

contingente populacional. No rito de lavar o templo com água perfumada estava presente o maior símbolo da cultura afro-brasileira³⁷. Não existiam fronteiras bem definidas que separavam a festa devocional-religiosa da festa “mundana” da rua. Percebe-se uma miscelânea entre o “religioso e o profano”, entretanto vários conflitos eram registrados por causa dessas “misturas”.

No mesmo contexto de conformação e solidificação do catolicismo com as Festa de Santana, chegaram á cidade em 1935 os primeiros protestantes.

O casal Isobel C. Gillanders e Roderick Gillanders, missionários da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira. Após dois anos de intenso trabalho proselitista, em 1937, organizou-se a Igreja Evangélica Unida de Feira de Santana, a primeira denominação protestante a fixar-se na cidade. Conforme Gillanders, (1990) os primeiros anos foram muito difíceis: perseguições e intolerância por parte do clero católico, que ameaçava até os fiéis que alugassem casas para os “crentes fazerem o seu culto”. A congregação era formada pela família dos missionários e uma dezena de irmãos, porém, gradativamente o grupo cresceu e ganhou visibilidade³⁸.

Segundo Elizete da Silva, em 1937 também se instalou na cidade a Igreja Assembleia de Deus e os Batistas chegaram logo na década de 1940. Desse modo, é possível constatar a rápida expansão do protestantismo na cidade. Os Espíritas também demarcaram seu espaço religioso e fundaram em 1936 o centro Paz dos Sofredores, ganharam visibilidade na cidade atraindo pessoas de classe média e na década de 1960 fundaram vários centros espíritas nos bairros da cidade o que indica um crescimento do grupo religioso³⁹.

Em meados da década de 50 do século XX, Feira de Santana ficava atrás somente de Salvador na produção industrial⁴⁰. Na segunda metade do século passado, a urbe passou por acentuadas transformações: No aspecto religioso, além do avanço de outras denominações religiosas, marcava a Igreja Católica a criação da Diocese, no âmbito político-econômico a criação do Centro Industrial Subaé e a acelerada urbanização.

³⁷ Idem, p. 69

³⁸ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Feira de Santana: UEFS, 2007. Trabalho para obtenção do título de professor pleno. p. 177-178

³⁹ Idem, p. 177.

⁴⁰ POPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador, 1968/1968, p. 12; conforme Rossine Cruz, desde a década de 1940 Feira de Santana possuía uma tímida indústria organizada com pequenas fábricas.

A criação da Diocese de Feira de Santana

A criação da Diocese de Feira de Santana oficializou-se em 21 de julho de 1962, pela Bula Papal “*Novae Ecclesie*” pelo Papa João XXIII, sendo desmembrada da Arquidiocese de São Salvador da Bahia.⁴¹ No entanto, a instalação ocorreu somente no ano seguinte em 26 de janeiro de 1963, no encerramento da Festa de Senhora Santana⁴², como era de costume no período⁴³. No Jornal Folha do Norte de 2 de fevereiro de 1963, a reportagem de capa descreveu toda a mobilização da cidade para a instalação da Diocese com carreata de acolhida ao primeiro bispo e o rito solene da tomada de posse. Relatou o desdobramento da festa, pois ainda “No dia 27 de janeiro, domingo, D. Jackson Berenguer Prado pontificou e celebrou solene missa festiva na catedral pela manhã(...)”⁴⁴, num almoço de confraternização para mais de duzentas pessoas entre autoridades locais e eclesiásticas, fez as primeiras nomeações de cargos administrativos da diocese e “finalizando as comemorações na tarde do domingo realizou-se impressionante desfile bíblico(...)”⁴⁵. A reportagem concluía coadunando com a alegria do povo feirense por seu primeiro bispo e parabenizou o epíscopo.

Os motivos que ocasionaram o estabelecimento da Diocese na Cidade de Feira de Santana ainda são pontos de investigação, pois, até o momento por falta de pesquisas mais aprofundadas, se evita afirmar, mas apenas conjecturar. É possível afirmar apenas a existência de uma comissão “pró-bispado” empenhada em transformar Feira de Santana sede diocesana.

Falando a reportagem do “Jornal da Bahia” nesta cidade, afirmou o Pe. Aderbal Saback de Miranda vigário desta freguesia e presidente da comissão pró-bispado em Feira de Santana, que a instalação do bispado local, poderá ocorrer dia 26 de julho do ano corrente, se os entraves forem afastados como se espera, devido aos auxílios recebendo de entidades e pessoas desta e de outras localidades⁴⁶.

Este fragmento aponta uma série de informações que precisam ser apuradas. Não foram encontrados registros com o nome dos membros da comissão pró-diocese,

⁴¹ Existe uma transcrição da Bula “*Novae Ecclesie constituta Apostolica Criations Diocesis Fori Sanctae Anna*”, no II livro de tombo da Paróquia da Catedral, pois a Bula fica arquivada no sede da Igreja Católica no Vaticano. Livro Tombo II, p. 13

⁴² Existe um breve relato sobre a criação da Diocese e a posse do primeiro bispo, no Livro de Tombo I da Catedral de Santana, p. 131.

⁴³ A festa de Senhora Santana foi transferida para o mês de julho somente na metade da década de 1980.

⁴⁴ Jornal Folha do Norte, 2 de fevereiro de 1963, nº 2. 806

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ Jornal Folha do Norte, 2 de abril de 1960, nº 2.647

além do clérigo. Apenas sabe-se que precede o início da década de 1960, pois com a afirmação do Padre Aderbal Saback de Miranda, previa a criação da diocese para julho de 1960, um processo possivelmente já havia percorrido, pois, segundo o Código de Direito Canônico⁴⁷ não há possibilidades de criar uma diocese de forma repentina e sem planejamento. Somente dois anos depois foi oficializada a jurisdição eclesiástica. Essa demora teria sido por conta dos entraves apontados pelo padre Aderbal no jornal? Que estorvos seriam esses no caminho da comissão? Poderiam ser entraves econômicos, já que as condições de sustentabilidade da diocese eram também pré-requisitos para ser edificada ou entraves políticos. Porém, este último ao que parece é irrisório, pois, nos registros paroquiais há uma lista intitulada como “bens da futura Diocese de Feira de Santana”, na qual consta uma série de doações feitas pelo município à paróquia, auxílio financeiro e porções de terra. Outras doações foram feitas por pessoas, aparentemente da elite da cidade, pois, as ofertas foram opulentas como, por exemplo, lote de terreno e o carro para o futuro bispo⁴⁸.

O Padre Aderbal possivelmente teria influencias nas questões políticas e religiosas da cidade. Seu paroquiato na Igreja matriz de Santana durou 18 anos, chegou em 1945, quando se comemorava o ano do centenário da criação da Paróquia de Santana⁴⁹. Nomeado por Dom Antônio Mendonça, assumiu o cargo de procurador da mitra diocesana⁵⁰, cargo que o tornou coordenador da comissão pró-bispado. Afastou-se da Paróquia da Catedral de Santana em 1964, indo assumir a nova Paróquia Senhor dos Passos, localizado no centro da cidade. Na conclusão de sua administração paroquial além de agradecer pelo tempo em que administrou aquela freguesia, intitulou-se de “pacificador da cidade de Feira de Santana” e “construtor da Diocese de Feira”⁵¹.

Carecem elucidar várias questões sobre os motivos que propiciaram a cidade Feira de Santana ser sede da diocese, pois, há indícios que a cidade de Serrinha era a forte candidata à sede diocesana, contudo, no Jornal Folha do Norte monsenhor Renato Galvão explicando para os católicos o sentido cristão de uma Diocese, afirmou que

Feira de Santana vem receber a honra de um bispado como coroamento de uma longa vida que tem sido uma afirmativa de **progresso, cultura e tradição**. Um bispado não é somente uma honraria e muito menos um ornato

⁴⁷ Código de Direito Canônico, seção II, capítulo I, artigos 368 á 374.

⁴⁸ Livro de Tombo I da Paróquia da Catedral de Santana, p. 132- 133

⁴⁹ Apesar de encontrar no Livro de Tombo o ano de 1945 como ano do centenário da criação da paróquia de Santana, o registro da criação da Paróquia data de 1846.

⁵⁰ Livro de Tombo I da Paróquia da Catedral de Santana, p.133

⁵¹ Livro de Tombo I da Paróquia da Catedral de Santana, p. 138

decorativo na vida social. É sobretudo a presença da hierarquia eclesiástica, para demais perto, ensinar, dirigir e santificar as almas, portanto, uma grande responsabilidade para quem tem em suas mãos o poder espiritual e não menos para a cidade que conquistou os forais de sede episcopal⁵².

Essa pode ser uma possível explicação para a “Princesa do Sertão” ser a sede. Era uma cidade que progredia e a religião poderia contribuir em duas vertentes, “acompanhar” e “vigiar” o progresso, para que a tradição não se perdesse, e entenda-se por tradição a religião, pois, ele afirma no jornal que é missão da Igreja católica, ensinar, dirigir e santificar as almas.

O bispado de Feira de Santana iniciou-se com Dom Jackson Berenguer Prado⁵³, proveniente da Diocese de Vitória da Conquista⁵⁴ permaneceu até 1971 e foi substituído por Dom Silvério Jarbas Paulo Albuquerque que chegou à Diocese em 1973, proveniente da Diocese de Caetité, conduziu esta porção eclesial por vinte dois anos, tornou-se bispo emérito, chegando Dom Itamar Vian⁵⁵ em 1995, vindo da Diocese de Barra e permanece até o tempo hodierno.

Decorrido dois anos da criação da Diocese de Feira de Santana, o Brasil sofreu em 1964 um golpe civil militar e viveu sob o peso da ditadura por 21 anos. A Igreja Católica ao emitir um manifesto em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, oficializou seu apoio ao Regime. Cabe dizer que embora a Igreja oficial tenha apoiado o Regime, esse apoio não foi unânime e nem homogêneo. No entanto, diante do recrudescimento do governo ditatorial pós 1968, com o Ato Institucional número 5⁵⁶, a Igreja e diversos grupos e entidades objetaram e protestaram. Afirma Jaguaribe, que “a Igreja Católica tornou-se, *faute de mieux*, a única instituição capaz de enfrentar o governo e sobreviver”⁵⁷. Coaduna Michael Löwy: “a Igreja torna-se um baluarte de oposição ao regime e um refúgio para toda sorte de protestos populares contra ele”⁵⁸.

⁵² Jornal Folha do Norte, 09 de março de 1963, nº 2.811 (grifo nosso)

⁵³ Nascido em Tucano - BA, ainda na adolescência entrou no pró-seminário e foi ordenado sacerdote em 1947, onze anos depois tornou-se bispo de Vitória da Conquista. Informações retiradas do jornal Feira Hoje, 12 de março de 1997, p. 3

⁵⁴ AZZI, Riolando. *A Sé primacial de Salvador, a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Volume II. Petrópolis, 2001. p. 444

⁵⁵ A origem das informações foram retiradas do Diretório da Arquidiocese de Feira de Santana. p. 3

⁵⁶ Decreto de 13 de dezembro de 1968, que deu pleno poder ao presidente da República, para fechar o congresso nacional por tempo indeterminado, intervir nos Estados e Municípios, cassar o mandato de parlamentares, suspender direitos políticos, impor censura e Estado de Sítio.

⁵⁷ JAGUARIBE, Helio. *Brasil: Sociedade Democrática*. Coleção Documentos brasileiros, nº 196, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987. p. 298

⁵⁸ LOWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez /autores associados.1991, p. 55

Ressalta Mainwaring, “a Igreja tornou-se a mais importante força de oposição (...) era a única instituição que podia criticar o modelo econômico e a repressão e defender os direitos humanos”⁵⁹. Segundo Ralph Della Cava, a Igreja tomou partido dos perseguidos pelo Regime principalmente a partir de 1970, quando começou a denunciar as torturas⁶⁰. Cabe dizer que antes desse período membros da instituição já haviam participado e organizado atos de protesto contra a Ditadura Militar, sobretudo, influenciados pela Conferência de Medellín, que será discutida no próximo capítulo.

É perceptível a existência de uma parceria-aliança entre grupos opositores, a Igreja Católica certamente era detentora de um poder simbólico maior, mas, não única a enfrentar o governo civil militar. Em Salvador, um dos instrumentos de contestação utilizados por alguns membros da Igreja foram os Cadernos do CEAS, Centro de Estudos e Ação Social, fundado pelos Jesuítas em 1964, que ganhou relevância a partir de 1967⁶¹. Segundo Grimaldo Zachariades, estudioso da Igreja Católica na Ditadura Militar em Salvador, o periódico tornou-se um elemento de oposição ao regime, principalmente nos ‘anos de chumbo’, com duras críticas ao governo e à ala católica “apaniguada”.

O maior impacto da Ditadura Militar em Feira de Santana se deu, quando o prefeito eleito em 1962, Francisco Pinto, do Partido Social Democrata fora deposto porque representava ameaça ao regime. A governança municipal de Pinto ficou marcada por sua tentativa e iniciativa de governo popular. Seu lema durante a campanha eleitoral era “Francisco Pinto na prefeitura é o povo no governo”. Fez jus ao lema e organizou associações para a participação da comunidade no orçamento do município. Quando houve a rejeição do orçamento por parte da Câmara de vereadores, gerou-se uma revolta popular na qual o imóvel da Câmara foi destruído. O fato ficou conhecido como “quebra-quebra da Câmara” e tornou-se a escusa do Regime Militar, o prefeito foi acusado como responsável e culpado da depredação do patrimônio público⁶².

⁵⁹ MAIWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*(1916-1985). São Paulo: Brasiliense,1989. p. 125

⁶⁰ CAVA, Ralph Della. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott(org). *A Igreja nas bases em tempo de transição*(1974-1985). Porto Alegre: L&PM:CEDEC, 1986. p. 17

⁶¹ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *CEAS: Jesuítas e a questão social durante a Ditadura Militar*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação de Mestrado. p. 38

⁶² NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*. Democracia e vida Política. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.146

Perante o controle político-ideológico dos militares, foram criados organismos alternativos para pensar os problemas que os cercava e solucioná-los. Em Feira de Santana, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) nasceu como alternativa no “sentido de despertar o sentimento de comunidade em grandes grupos através do trabalho de todos, desenvolvendo a capacidade de cada um”⁶³. Com o apoio financeiro da Federação de Órgãos para Assistência Técnica Social e Educacional (FASE)⁶⁴ e a iniciativa de Dom Jackson que já mantinha contato com a FASE, foi fundado o MOC em 1967. Por dificuldades como tempo para treinamento das lideranças e implantação da nova metodologia, somente no ano seguinte o trabalho comunitário se efetivou nos bairros das camadas populares principalmente, Rua Nova e Alto do Cruzeiro, região onde se localiza o MOC até o tempo presente. A ação da entidade se expandiu na década de 1970, acompanhando projetos sociais em algumas cidades da micro-região de Feira de Santana (Serrinha, Anguera, Coração de Maria, Amélia Rodrigues e Riachão do Jacuípe).

O papel da instituição católica na fundação do MOC

Se deu de forma estreita e densa, pelo fato de ter ficado atrelado a Diocese de Feira de Santana desde o ano de sua formação até 1970, quando virou de fato e direito entidade política.(...) Um dos fundadores do MOC foi o Pe. Albertino Carneiro, se de um lado ele pregava o conceito de Deus libertador dos fracos, de outro lado estaria comprometido com a história do homem⁶⁵.

Mesmo a Igreja Católica sendo a pioneira no projeto inicial do MOC, tornando-se referência identitária pelo vínculo religioso, gradativamente o MOC adquiriu identidade e autonomia frente à hierarquia eclesiástica, ainda que o Padre Albertino fosse o presidente do órgão. Considerando que este era o período auge da Teologia da Libertação (assunto que será melhor discutido no 2º capítulo) o Padre Albertino foi um expoente desse novo pensamento teológico na cidade. Porém, no final da década de 1970 este, abandonou o exercício do sacerdócio, no entanto, continuou sua militância na instituição. A autora observa que

Embora o MOC tenha se instituído como entidade civil filantrópica, seus vínculos estreitos com a estrutura da Igreja Católica e membros do seu

⁶³ PARISSE, Tandja Andréa. *A sociedade civil no contexto da Ditadura: A experiência do Movimento de Organização Comunitária (MOC, na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979)*. Feira de Santana: UEFS, 2001. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. p. 44

⁶⁴ Esta entidade foi fundada por um grupo de sacerdotes católicos em 1961 no Rio de Janeiro, com apoio financeiro dos Estados Unidos, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e participativo. Informações retiradas do site: WWW.fase.org.br

⁶⁵ PARISSE, 2001. p. 50

próprio clero permite afirmar que o mesmo não se transformou em uma Comunidade Eclesial de Base, nos moldes vigentes, mas na sua essência interna e nos seus objetivos últimos havia uma similaridade intrínseca: ambos MOC e CEB's queriam organizar as Comunidades carentes e conscientizá-las para transformar e melhorar as condições de vida dos grupos atingidos⁶⁶.

Outros movimentos precederam o trabalho do MOC e certamente prepararam o espaço para seu surgimento. Segundo Livia Paola Resende, a atuação de um dos ramos da Ação Católica a Juventude Agrária Católica (JAC) aconteceu a partir da “criação da Diocese de Feira em 1962, quando Joana Guida Carneiro mudou-se para essa cidade, com o objetivo de coordenar a JAC, em nível diocesano. Contudo, o movimento não conseguiu sobreviver às opressões da Ditadura Militar e finalizou-se em 1968, passando a atuar na Clandestinidade”⁶⁷. Destarte, à organização e articulação da JAC teve influência direta de Padre Albertino, sua irmã progênie Francisca Carneiro e outros sujeitos. Assegura Resende que “segundo Padre Albertino, Feira de Santana quase não teve influência da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP)”⁶⁸. Referente ao desempenho da Ação Popular em Feira de Santana, (organização que surgiu após romper a com a JUC por tender radicalmente para a política) relata Cristiane Soares Santana, que a AP tentou organizar-se na cidade e formar um movimento de resistência ao Golpe de 1964, junto com o prefeito Francisco Pinto⁶⁹.

No Livro de Tombo da recém-criada Paróquia do Cruzeiro, o primeiro pároco Padre Albertino, empossado em 1º de março de 1964, passados pouco mais de um mês, fez um agradecimento às pessoas ligadas a Juventude Estudantil Católica e ao Movimento de Educação de Base pelo apoio dado e narrou que para conhecer a dinâmica social da paróquia contou com a ajuda da Juventude Independente Católica feminina que fez um levantamento da realidade que circunda a paróquia⁷⁰. Com isso, é possível perceber que no período, outros grupos e movimentos católicos atuaram na cidade, mas, sem muito destaque ou relevância.

⁶⁶ Idem, p. 55

⁶⁷ RESENDE, Livia Paola Silva. *As novas concepções do Clero feirense diante das inovações do Vaticano II* (1964-1980). Feira de Santana: UEFS, 2008. Monografia de Conclusão de Curso. p. 56

⁶⁸ Idem, p. 58

⁶⁹ SANTANA, Cristiane Soares. *Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia*(1962-1973), In; ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro(org.) *A Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. P. 155

⁷⁰ Livro de Tombo I da paróquia Senhor do Bonfim (bairro Jardim Cruzeiro). p. 3 e 4.

Além das mutações no âmbito religioso, com destaque para a criação da Diocese, a cidade foi palco de grandes transformações como a “segunda modernização”⁷¹, parte do projeto do Governo Militar para enquadrar o país num projeto liberal de modernização que impetrou várias medidas visando modernizar o país deslocando o projeto econômico de industrialização nas regiões do país. Tal acontecimento foi continuidade do desenvolvimentismo da década de 1950, essas modificações na cidade serão discutidas a seguir.

O Centro Industrial Subaé e a aglomeração populacional

A disparidade na distribuição de riquezas entre as regiões do nordeste e centro-sul do Brasil foi sempre patente.

A década de 50 e os anos 60 viram surgir sistemas de planejamento estaduais, regionais e nacionais, com secretarias de planejamento, Bancos de Desenvolvimento, Superintendências, comissões, Grupos de Trabalho, todos voltados para a elaboração de diagnósticos e propostas de ação em prol da redução dos desequilíbrios intra e interestaduais e regionais⁷².

O Nordeste era marcado por uma base econômica agrícola e o Centro-Sul na economia industrial. O cenário baiano não diferenciava da conjuntura nordestina. Motivados pela campanha desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek em meados da década de 1950 que representou uma tentativa do Governo Federal para superar a inércia do Nordeste foram criados órgãos para pleitear o desenvolvimento da região flagelada pela seca.

No embalo do nacional-desenvolvimentismo o governador do Estado da Bahia Juracy Magalhães constituiu em 1959 a Comissão de Planejamento Econômico, para organizar e coordenar os empreendimentos econômicos do Estado; o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial; Conselho de Desenvolvimento Industrial e outros órgãos que visavam o crescimento econômico do Estado. O ápice desse

⁷¹ Termo utilizado por Igor Gomes para diferenciar os dois momentos de transformação que passou a cidade. A primeira a modernização no princípio de século XX e a segunda modernização com a industrialização na década de 1970, a fundação do CIS.

⁷² CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção da Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado em economia. p. 52

empreendimento foi o Plano de Desenvolvimento da Bahia que acreditava no deslanche da industrialização⁷³.

O pensamento cepalino⁷⁴ influenciou na busca de alternativas para amenizar as desigualdades entre as regiões. Parte integrante do Plano de Metas de JK, foram os Grupos de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a proposição destes era: a criação de mais empregos no Nordeste; estímulo ao surgimento de uma nova classe empresarial na região e retenção de capitais gerados no âmbito da própria região⁷⁵. O resultado destes grupos de trabalho foi a fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(SUDENE) em 1959, cujo objetivo era abrandar as disparidades regionais do Brasil. Segundo Virgínia Tavares, os bispos do Nordeste influenciaram na instituição deste órgão, pois, nos encontros realizados pelos bispos do Nordeste, discutia-se como amenizar a realidade dos pobres. Na ocorrência do II Encontro dos Bispos do Nordeste o presidente JK foi participar do encerramento do encontro para selar aliança com o episcopado nordestino⁷⁶. Oscar Beozzo opina que

Dos encontros entre os bispos e os técnicos do Governo resultou a criação da SUDENE. No plano de redenção do Nordeste, a Igreja se apresentava como a força mais importante para o novo curso reformista que previa a reforma agrária no campo, a industrialização da região, a elevação dos padrões de vida da população no campo educacional, nutricional, sanitário e habitacional⁷⁷.

Contudo, ressalta-se que em 1980 no documento da Assembleia Geral dos Bispos do Brasil a Igreja Católica denunciou o fracasso dos planos que ela ajudou a erigir. “Lembramos a triste situação em que se encontra o trabalhador rural do nordeste(...) através do DNOCS e da SUDENE(...) com o objetivo de superar o desequilíbrio socioeconômico, beneficiaram os grandes proprietários, em detrimento dos trabalhadores rurais”⁷⁸.

⁷³ SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização*. Salvador: UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado em História. p. 40-41

⁷⁴ Comissão Econômica para o Planejamento da América Latina- CEPAL foi criada em 1949, desenvolveu-se o pensamento social latino-americano, embasado na ideia do desenvolvimento desigual e explicava de certo modo a industrialização na América Latina.

⁷⁵ CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção da Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado em economia p. 53

⁷⁶ TAVARES, Virgínia. *A revolta do rebanho de Cristo: o progressismo católico e a imprensa no Brasil(1950-1975)*. Fortaleza, edições UFC, 1997. p.35

⁷⁷ BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes.1993. p. 47

⁷⁸ CNBB, *Igreja e Problemas da Terra*, (Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980), nº 17 p. 7.

Com a criação da SUDENE, o órgão tornou-se responsável pelos fundos de financiamento para o Nordeste. Desse modo, na década de 1960, Salvador era beneficiada pelo plano de industrialização com a fundação do Centro Industrial Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), até a década de 1970. Para Rossine Cruz é importante perceber que o processo de industrialização na Bahia não acontece apenas de forma exógena, mas também endógena, pois, existia uma classe burguesa dominante e por isso, muitos dos projetos e programas do Governo do Estado convirão para beneficiar a classe local e de técnicos advindos da região Sudeste. Assim, o plano desenvolvimentista industrial no Nordeste marcou o que Cruz chama de “vitória” da burguesia⁷⁹.

O Centro Industrial Aratu funcionava nos municípios de Simões Filho e Candeias região metropolitana de Salvador, desde 1966/67. Feira de Santana, posteriormente entrou em consonância com o projeto do Governo do Estado que planejava instalar outros Centros Industriais no interior do Estado. Desse modo,

Os interesses dos comerciantes e industriais, aliados ao da elite política local e regional- começava a precipitar a criação de um distrito industrial.(...) entre julho de 1969 e dezembro de 1970, o governo municipal assinaria os decretos de desapropriação das áreas e a lei de institucionalização da autarquia denominada Centro Industrial Subaé⁸⁰.

A institucionalização do Centro Industrial Subaé também faz parte de um processo de desenvolvimento da cidade que vinha acontecendo desde o final da década de 1960 na gestão municipal de João Durval Carneiro. Em 1968, foi criado o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI), sendo Feira de Santana pioneira na criação do Plano para Desenvolvimento Nacional. O PDLI fora elaborado pela “COPLAN (Construções e Planejamentos) e financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)”⁸¹. O Plano buscava avaliar as demandas específicas da urbe e inserí-la na dinâmica de integração econômica do Estado. Destarte, a expectativa para a década de 1970 com chegada do CIS era “a ampliação e modernização de empresas encabeçadas por empresários locais, de pequeno e médio porte, integrada setorialmente com os outros setores da economia

⁷⁹ CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção da Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado em Economia. p. 147-149

⁸⁰ Idem, p. 208-209

⁸¹ SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização*. Salvador: UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado em História. p. 62

que absorvesse um volume de mão de obra e que atendesse também ao mercado consumidor local”⁸². Deve-se levar em consideração que o período é marcado pelo “Milagre Econômico” brasileiro no qual, os índices de crescimento da economia aumentaram principalmente pelo setor industrial.

Acompanhando o programa de industrialização, a euforia “milagreira” alimentou a esperança de trabalho no setor fabril atraindo para a cidade um grande aglomerado populacional.

A partir de 70 observa-se um acelerado crescimento urbano, quando a população urbana em 1970 correspondia a 70,63% do total, em 1980, 80,24%, em 1991 85, 98% e em 1996 87,45% de acordo com os dados indicados pelo IBGE. Este fenômeno resulta também do êxodo rural na região, pois a cidade expandindo-se industrialmente exerce atração populacional. Ocorre também uma grande periferização urbana, tornando sem sentido o anel de contorno rodoviário da cidade, enquanto limite⁸³.

O contingente populacional que se instalou não fora absorvido pela indústria, gerando um exército industrial de reserva. Entre as décadas de 1970 e 1980 a cidade recebeu uma média de 53.569 migrantes, ou seja, uma media de 30% da população⁸⁴. Como a cidade não tinha estrutura para acolher a penetração dessa população, a urbe cresceu em direção das margens do anel de contorno. Segundo Nacelice Barbosa Freitas, o anel de contorno é o limite, tudo que se forma na parte externa da avenida de contorno são designados de bairros periféricos⁸⁵. Foi principalmente nesta configuração de periferia que as primeiras Comunidades Eclesiais de Base iniciaram, pois o contexto favorecia a aglutinação das camadas populares em torno de benefícios para seu grupo social, a religião era o espaço da reflexão dos problemas.

No ano de 1980 a Campanha da Fraternidade que acontece no tempo da quaresma⁸⁶ desde 1964, teve como tema “Para onde vais” e trazia a problemática dos migrantes em todo Brasil. Atraídos pelo CIS, a cidade tornou-se um recôndito de migrantes, dentre os que chegaram, grande parte não conseguiu trabalho na indústria, nem recinto para morar, acarretando grande leva de mendigos. No Jornal Feira Hoje,

⁸² Idem, p. 75

⁸³ FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização 1970-1996*. Salvador: UFBA, 1998. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo. p. 101

⁸⁴ Idem, p. 127

⁸⁵ Ibidem, p. 113-114.

⁸⁶ Tempo litúrgico no qual os católicos são condados a viver com intensidade a conversão

encontram-se várias notícias sobre a leva de migrantes na urbe, dentre elas a manchete, “retirantes sem assistência ocupam a periferia da cidade”⁸⁷.

Para além dos que vinham diretamente para Feira de Santana, havia os que escapavam de suas regiões “em decorrência da seca que assola não somente a Bahia, mas também outros estados nordestinos, cresce a cada dia o fluxo de migrantes que chagam a cidade”⁸⁸. O número de migrantes oriundos da zona rural era um fator considerável que inviabilizava o emprego deles na indústria, pois, estavam no quadro da mão de obra desqualificada.

A repercussão da CF em 1980 na eclésia de Feira de Santana, não foi muito forte apesar da desafiadora realidade de migração. Segundo Dom Silvério, a instituição católica estava organizando para aquele ano, atividades que acabavam com parte do problema, tinham um toque assistencialista, “uma comissão está sendo organizada para trabalhar na campanha e deverá iniciar suas atividades (...) a campanha será mais dirigida aos colégios para tentar alcançar a juventude e também levada as indústrias”⁸⁹. A campanha era apenas para arrecadar alimentos e distribuir aos migrantes, sem outras propostas previstas.

Os protestantes por sua vez, na década de 1960, em especial um grupo de presbiterianos ecumênicos, realizavam um trabalho de apoio aos mendigos, o que se formalizou posteriormente como Associação Feirense de Assistência Social em 1967, no qual participaram católicos e espíritas⁹⁰, a função desta entidade era trabalhar “com a recuperação de mendigos, sendo ele próprio senhor da sua transformação”⁹¹. A partir das demandas locais dos próprios migrantes nasceu o Serviço de Integração do Migrante, cuja primeira diretoria tinha a participação de católicos como monsenhor Renato Galvão⁹². O SIM, “buscava fugir do assistencialismo, pôs em prática um plano de ação que iria até meados de 1980, e conseguiu treinar mais de 25 mil retirantes que

⁸⁷ Jornal Feira Hoje, 22 de fevereiro de 1980.

⁸⁸ Jornal Feira Hoje, 08 de março de 1980.

⁸⁹ Jornal Feira Hoje, 27 de fevereiro de 1980

⁹⁰ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Feira de Santana: UEFS, 2007. Trabalho para obtenção do título de professor pleno. p. 189

⁹¹ BRITO, Charlene José. *Presença protestante progressista em Feira de Santana: um Trabalho Ecumênico de Ação Social(1070-1990)*. Feira de Santana: UEFS, 2008. Monografia de conclusão de Curso. p. 50

⁹² SILVA, 2007. p. 194

fixaram-se ou que passaram por esta cidade”⁹³. Para Charlene Brito, o SIM, contribuiu de alguma forma para na consolidação da economia feirense na etapa industrial.

As transformações do período marcaram amplos setores. Benfeitoria nas rodovias (duplicação da BR 324), para escoar a produção, ruas asfaltadas, ampliação da rede elétrica e modificação no trânsito⁹⁴. Os terrenos tornaram-se valorizados, segundo Alane Santos, para beneficiar o setor industrial, a Prefeitura de Feira de Santana durante os anos 1969 e 1970 desapropriou vários terrenos,⁹⁵ encareceu os preços e inviabilizou a aquisição para as camadas populares, o que ocasionou a criação de novos bairros como Campo Limpo, Novo Horizonte e Parque Ypê. Para atender as demandas da habitação criou-se em nível municipal a subsecretaria denominada PLANOLAR, um plano municipal de habitação popular⁹⁶ e em nível estadual a URBIS, pela qual posteriormente foram construídos conjuntos habitacionais para a população de renda mínima, além de bairros que podem ser caracterizados como bairros da classe popular⁹⁷.

Agrega-se às transformações do espaço urbano a retirada da feira livre do cerne da cidade para o Centro de Abastecimento em 1977. O trabalho de Larissa Pacheco analisa o discurso “modernizante” da administração municipal de José Falcão⁹⁸ que forjava uma cidade a caminho do progresso e que não se adequava ao modelo retrógrado, de cidade atrasada. As camadas populares que vendiam seus produtos em “plena rua” são forçadas a ajustar-se ao modelo modernizador. Ficaram na linha cruzada entre o “antigo” e o “moderno”. Era a aparência de uma bela cidade, com ruas amplas, lojas iluminadas com vitrines atraentes que disputavam espaço com barracas pequenas, produtos da “roça”, animais e “gente” simples. Construiu-se uma paisagem de contrastes, o que aparentava a inserção da cidade no mundo da “modernidade” e abandono da ruralização se contrapunha com a urbanização desordenada, aumento da

⁹³ BRITO, 2008. p. 51

⁹⁴ PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. *Costume e conflito: experiência no centro urbano de Feira de Santana, 1970-1990*. Feira de Santana: UEFS, 2008. Monografia de Especialização em História da Bahia. p.36

⁹⁵ SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização*. Salvador: UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado em História. p. 82

⁹⁶ Segundo Albertino, numa entrevista concedida a autora em 06 de junho de 2009, ele foi idealizador e coordenou um período o PLANOLAR.

⁹⁷ SANTOS, 2002. p.115

⁹⁸ Apesar da mudança da feira livre se concretizar no governo de José Falcão, o Projeto CABANA foi elaborado na administração de João Durval Carneiro, em 1968. PACHECO, 2008, p. 46

violência, pauperização da população, aumento da mendicância e a discrepância social. Foi nesse contexto que surgiram e atuaram as CEBs em Feira de Santana.

CAPÍTULO II

NOVO JEITO DE SER IGREJA: o povo de Deus é a Igreja

“Vocês que antes não eram povo, agora são povo de Deus;
vocês que não tinham alcançado misericórdia,
mas agora alcançaram misericórdia”.

I Pedro 2, 10
(Bíblia Sagrada da Edição Pastoral)

*Somos gente nova, vivendo a união.
Somos povo semente de nova nação, ê, ê.
Somos gente nova, vivendo o amor.
Somos comunidade povo do Senhor, ê, ê.*

1. Vou convidar os meus irmãos trabalhadores,
operários, lavradores, biscateiros e outros mais.

E juntos vamos celebrar a confiança,
Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz. ê, ê.

2. Desempregados, pescadores, desprezados
e os marginalizados venham todos se ajuntar.

À nossa marcha para nova sociedade,
quem nos ama de verdade, pode vir, tem um lugar. ê, ê.
(livro A Comunidade Canta, autor desconhecido)

Contexto do Concílio Vaticano II

Para compreender as inovações da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, faz-se necessário compreender as transformações que ocorreram na Europa com o “cristianismo progressista”.

A primeira metade do século XX marcou a vida dos europeus em todos os aspectos. Como define Hobsbawm “Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da segunda foram uma Era de Catástrofe”⁹⁹. A calamidade que assolou o continente não afetou somente a economia, mas, as relações de trabalho e condições de vida do trabalhador. A Igreja Católica com o avanço do comunismo sentia-se ameaçada em demasia com o laicismo ateu que já a atormentava desde o final do século XIX.

⁹⁹ HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 16.

A urgência de novas respostas para manutenção do *status quo da* instituição eclesiástica era patente. Neste contexto, surgiram intelectuais como o teólogo francês Emmanuel Mounier que refletiu sobre os problemas sociais e um cristianismo social. Com sua contribuição nasceu o “personalismo cristão” cujo objetivo era combater o capitalismo e pregar a possibilidade da propriedade comunitária¹⁰⁰. Foram fundadas revistas cristãs de esquerda que refletiam os problemas sociais e difundiam que o “cristão devia lutar pelas transformações deste mundo”, desse modo, o pensamento do dominicano padre Mounier influenciou e inspirou os movimentos da esquerda Católica¹⁰¹.

A experiência dos padres operários na França, durante os primórdios da década de 1950, foi outro marco relevante do pensamento cristão transformador atento aos problemas sociais. Os clérigos conviviam e provavam do mesmo modo as condições dos trabalhadores, horários rígidos, jornadas longas de faina e baixos salários. Residiam nas denominadas paróquias populares como estratégia de evangelização e para avigorar os contatos com a realidade dos oprimidos. Sacerdotes de outros países da Europa como Bélgica, Holanda, Itália, Espanha também aderiram à radicalização do Evangelho nos respectivos países¹⁰². Entretanto, tal experiência assustou a Igreja de Roma que rechaçou e execrou a atitude dos “clérigos radicais”. Porém, a influência desta experiência foi tangível no Concílio Vaticano II. Alguns teólogos da América Latina que foram estudar na Europa principalmente na França e Bélgica desse período, certamente, “beberam da fonte” do cristianismo radical. São eles, o jesuíta Gustavo Gutiérrez que estudou em Lion e Lovaina; José Porfírio Miranda em Frankfurt e Roma; Henrique Dussel em Paris e Münster; Juan Luis Segundo em Lovaina, Hugo Assmann estudou no Brasil, país de origem, mas lecionou em Munster na Alemanha. A ida desses teólogos para Europa estava radicada no modelo de teologia a ser seguido e reproduzido¹⁰³.

¹⁰⁰ BOSI, Alfredo. Da esquerda cristã à Teologia da Libertação IN: JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI(org.). *As utopias de Michael Löwy*, reflexões sobre um Marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 89

¹⁰¹ Idem, p. 90

¹⁰² Ibidem, p. 91- 92 e ou LÖWY, Michael. *A guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 51-55.

¹⁰³ DUSSEL, Henrique. *Notas sobre a origem da Teologia da Libertação (1959-1972)*. In: BETANCOURT, Raúl Fornet. (Org). *A Teologia na História social e cultural da América Latina*. Livro 3. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 263

A eleição do Papa João XXIII, significou para a Igreja Católica uma alteração de “rota”, buscava-se respostas para um questionamento: qual o lugar da Igreja no mundo moderno? Este inovou a ação da Doutrina Social da Igreja trazendo a baila os problemas sociais recorrentes no período como a encíclica *Mater et magistra* que discutiu os problemas da terra¹⁰⁴. O papa em 1959 convocou o Concílio Vaticano II¹⁰⁵, teve um breve pontificado e após sua morte, assumiu Paulo VI, que com a mesma contumácia deu continuidade aos trabalhos do Concílio.

O Brasil teve uma representação significativa, participaram cardeais e bispos que contribuíram para a renovação da instituição, como Dom Helder Câmara¹⁰⁶. Na literatura produzida sobre o concílio Vaticano II encontra-se a metáfora do “inverno primavera”, na qual tudo que precede a experiência do Concílio Vaticano II era o “inverno” da Igreja e o Vaticano II a “primavera” da eclesía. O Concílio Vaticano II balizou a História da Igreja, contudo, não se pode ver este momento como algo desligado de um processo. O *aggionamento* palavra italiana que fora muito usada no Concílio, pode ser compreendida como uma adaptação, adequação, sinal do esforço da instituição em buscar novas respostas para a sociedade na qual estava inserida e não perder seu espaço secularmente conquistado. As transformações perceptíveis com a renovação pós-Concílio se deram a partir do primeiro documento *Sacrosanctum Concilium* que adaptava a liturgia à realidade e cultura como o uso da língua local onde a eclesía estava presente. Com isso, não se quer negar que na América Latina e no Brasil um caminho de atuação e renovação já vinha sendo feito, mas, o Concílio Vaticano II agregou os fatos e potencializou uma ação mais organizada.

Intróito à Teologia da Libertação

No princípio da década de 1960 na América Latina, instalou-se uma crise econômica como resultado do fracassado plano desenvolvimentista, acompanhado de uma crise política com a implantação dos regimes ditatoriais em alguns países. Em seu trabalho sobre o pensamento cristão revolucionário, Samuel Gotay apresenta que o contexto do período foi marcado por uma grande estagnação econômica, marginalização

¹⁰⁴ Além de *mater et magistra*, a encíclica de Paulo VI, *Populorum progressio* também denunciou os problemas do capitalismo e as condições de vida dos trabalhadores. BEOZZO, 1993. P. 118-119

¹⁰⁵ É a Assembleia máxima da Igreja na qual são decididos os rumos da Instituição.

¹⁰⁶ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil*, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis:Vozes.1993.p. 72-74

da população rural e dos trabalhadores das cidades, aumento de tensões sociais por conta do grande índice de desemprego¹⁰⁷. Membros do corpo eclesial da América Latina buscavam tenazmente escutar os “clamores” do povo latino que vivia sob o peso e a infâmia da injustiça e pobreza no continente. Perante o contexto de exploração e miséria no qual o povo estava subjugado, como seguir Jesus Cristo? A proposta era seguir Jesus Cristo partindo de seu próprio jeito de ser, “Ele veio libertar o povo cativo, seus seguidores devem fazer o mesmo”¹⁰⁸.

No meio das condições históricas de crise, intensificação da miséria e do sofrimento de boias-frias e operários marginalizados, de exploração dos trabalhadores, de perseguição daqueles que querem construir um mundo melhor, aumento da repressão para tornar possível a manutenção dos privilégios das oligarquias, da burguesia e das multinacionais estrangeiras(...) , os cristãos, sacerdotes, religiosos, pastores, teólogos e leigos levam a sério o seu cristianismo¹⁰⁹.

A década de 1960 é considerada como os anos da radicalização dos cristãos com forte participação na luta armada¹¹⁰. Alguns autores defendem que antes da inovação do Concílio Vaticano II, a Igreja da América Latina já havia feito a opção de inserir-se no mundo, pois, o Concílio significou uma “adaptação” à realidade¹¹¹. Contudo, não é possível negar a importância deste Concílio para a Igreja Católica. Assim, pode-se dizer que a radicalização dos cristãos latino-americanos foi em decorrência de problemas internos e externos à realidade, a inovação do Concílio Vaticano II não diferiu, apenas ampliou para o contexto mundial.

Tendo em vista a urgência dos problemas sociais a Conferência Episcopal Latina Americana (CELAM) convocou um grupo de teólogos do continente para refletir a conjuntura da América Latina e o papel da teologia. Encontraram-se no Rio de Janeiro em 1964, e iniciaram um estilo próprio de fazer teologia, abdicando o modelo teológico europeu. Questionaram a “função da teologia em relação às massas majoritárias, às

¹⁰⁷ GOTAY, Samuel Silva. *O pensamento Cristão revolucionário*, na América Latina e no Caribe. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 24 e 25.

¹⁰⁸ BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovís. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 65

¹⁰⁹ GOTAY, Samuel Silva. *O pensamento Cristão revolucionário*, na América Latina e no Caribe. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 30

¹¹⁰ O exemplo do padre Camilo Torres na Colômbia que apoiou a guerrilha e abandonou o sacerdócio, foi para o embate em 1965, morrendo em combate no ano seguinte.

¹¹¹ LOWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991. p. 40

elites intelectuais e à oligarquia conservadora”¹¹². Henrique Dussel considera este encontro “fundacional”, era o início de um novo fazer teológico que despontava, deram continuidade aos encontros teológicos nos anos posteriores, firmando desse modo a ruptura definitiva com a teologia da Europa¹¹³.

Em preparação a II Conferência Episcopal de Medellín¹¹⁴ que aconteceu em 1968, na cidade de Medellín na Colômbia, o CELAM organizou vários encontros de reflexão na tentativa de perceber melhor a realidade da América Latina e responder os problemas sociais. O ano de 1968 marcou o mundo com o movimento dos estudantes que iniciaram o protesto no chamado “maio de 68” e no Brasil como foi mencionado o recrudescimento da Ditadura Militar com o Ato Institucional nº 5.

O Documento final da Conferência de Medellín expressiu a audácia da Igreja Católica latina americana, perpassa no documento um anseio por justiça e paz, pois, os bispos deixaram transparecer que a estrutura eclesiástica não estava indiferente à realidade.

O documento era particularmente enfático quanto à necessidade de ver a salvação como um processo que tem seu início na terra, às conexões entre a fé e a justiça, á necessidade de mudanças estruturais na América Latina (...) à atenção privilegiada da Igreja aos pobres e ao caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas¹¹⁵.

Duas dimensões marcaram a Conferência, em primeiro lugar, a inovação metodológica, pois, se fez estudos de caso, confronto da realidade com a Bíblia e documentos da Igreja e a organização da ação pastoral. Em segundo lugar, o uso de conceitos como pobre e oprimido que avizinhava a instituição da realidade do povo¹¹⁶. Para Henrique Dussel a Conferência de Medellín ajudou a amadurecer a Teologia da Libertação¹¹⁷ que dantes vinha sendo gestada.

¹¹² DUSSEL, Henrique. *Notas sobre a origem da Teologia da Libertação (1959-1972)*. In: BETANCOURT, Raúl Fornet. (Org). *A Teologia na História social e cultural da América Latina*. Livro 3. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 267

¹¹³ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil*, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes. 1993. p. 137. O autor coaduna com a ideia de ruptura de paradigma teológico europeu.

¹¹⁴ A I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano foi realizada em 1955, no Rio de Janeiro, naquela mesma ocasião, também foi fundado o Conselho do Episcopado Latino-Americano (CELAM).

¹¹⁵ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e Política no Brasil (1916 -1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 133

¹¹⁶ BEOZZO, 1993, p 122

¹¹⁷ DUSSEL, Henrique. *Notas sobre a origem da Teologia da Libertação (1959-1972)*. In: BETANCOURT, Raúl Fornet. (Org). *A Teologia na História social e cultural da América Latina*. Livro 3. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 273.

No Brasil, a receptividade do documento de Medellín frente os abusos do Regime Militar, deram impulso a um seguimento eclesial (bispos, padres, religiosos, religiosas e leigos) a protestar. De acordo com Kenneth Serbin em seu trabalho sobre os bispos e a Ditadura Militar, a Igreja Católica foi convocada pela Ditadura Militar para prestar esclarecimento, pois o Documento de Medellín continha um “cheiro” de comunismo e incentivo a subversão¹¹⁸. Para o Governo Militar a Teologia da Libertação equivalia ao comunismo e as Conclusões de Medellín uma subversão a ordem posta.

A opção preferencial pelos pobres consolidou-se na Conferência de Puebla em 1979, todavia, os cristãos foram convocados desde então a pensar na necessidade de transformar os problemas sociais, não podiam acomodar-se à realidade dada, mas, lutar para modificá-la. Tal concepção gerou no seio do catolicismo latino-americano uma inovação, a fé e a vida não poderiam desvincular-se. “O interesse principal da Teologia da Libertação é criar uma ação da Igreja que ajude, efetivamente os pobres a libertar-se”¹¹⁹. Apontou Gustavo Gutiérrez, “Os cristãos, individualmente, em pequenas comunidades e mesmo a Igreja toda, vão tomando aos poucos maior consciência política e adquirem melhor conhecimento da atual realidade latino-americana, em particular de suas causas”¹²⁰. E acrescentou,

A Teologia da Libertação não tenciona justificar cristamente posições já tomadas, não pretende ser uma Teologia cristã revolucionária. É uma reflexão a partir da práxis histórica do homem. Busca pensar a fé na base dessa práxis histórica e a partir de como é vivida a fé no compromisso libertador¹²¹.

A orientação e defesa desse pensamento caracterizaram a denominada Teologia da Libertação que se consolidou no exórdio da década de 1970, com a obra *Teologia da Libertação* de Gustavo Gutiérrez. Contudo, o livro foi decorrência de estudos de um conjunto de teólogos já mencionados, ele apenas sistematizou a teologia libertária. Numa reportagem publicada no Jornal Feira Hoje com o título: “Gustavo Gutiérrez diz que não é dono da tese”, explica que não é dono da Teologia da Libertação, mas, a “Teologia da Libertação aproxima-o dos pobres”¹²². Além da obra de Gutiérrez, Hugo

¹¹⁸ SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cía das Letras, 2001. p. 249 - 250.

¹¹⁹ BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovís. *Da libertação, o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes. 1985. p. 13

¹²⁰ GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: vozes, 1979. p. 89

¹²¹ Idem, p.267

¹²² Jornal Feira Hoje, 08 de fevereiro de 1985, caderno 2, p. 3

Assmann publicou *Libertacion: Desafio a los cristianos* e no Brasil, foi publicada a obra do franciscano frei Leonadro Boff, *Jesus Cristo Libertador* como o primeiro trabalho reflexivo sobre a Teologia da Libertação no país.

A Teologia da Libertação auxilia na análise da realidade, de tal modo, que os teólogos criticaram principalmente a Teoria do Desenvolvimento - Teologia do desenvolvimento e no mesmo mote estava à crítica a teoria da dependência. Perceberam que

O subdesenvolvimento é produto do desenvolvimento dos países capitalistas que foram despojando os países do chamado terceiro mundo. Elaboraram assim uma nova visão do problema com base num entendimento do processo histórico do imperialismo (...) Disso resulta a única estratégia possível para acabar com a dependência que leva ao subdesenvolvimento: a libertação das amarras á economia estrangeira¹²³.

Uma reflexão mais profunda da realidade contribuiu para percepção dos males que a América Latina estava acometida. Para explicar a origem da Teologia da Libertação, autores como Michael Löwy, afirma que a Teologia da Libertação surgiu como um processo de transformações internas e externas à Igreja¹²⁴, ou seja, o contexto sóciohistórico. Samuel Gotay coaduna com esse pensamento, a Teologia da Libertação é fruto de uma “crise teórica e ideológica dos cristãos revolucionários que participando na prática da libertação política da América Latina, se interrogam com a relação de sua fé(...) sobre sua relação entre o processo histórico de libertação e salvação”¹²⁵. Entretanto, não há um consenso com relação à origem da Teologia da Libertação, para Francisco Filho, “Foi a Igreja na base que produziu a Teologia da Libertação, muito mais que em ambientes acadêmicos e a-históricos”¹²⁶, assegura que a teoria foi consequência de prática libertadora.

É importante ressaltar que a Teologia da Libertação não se restringiu apenas ao catolicismo. O protestantismo histórico, também possuiu sua vertente da Teologia da Libertação. Diga-se de passagem, que a obra do presbiteriano Rubem Alves, *Uma*

¹²³ GOTAY, Samuel Silva. *O pensamento Cristão revolucionário*, na América Latina e no Caribe. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 195

¹²⁴ LOWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991. p. 33-34

¹²⁵ GOTAY, 1985, p. 63.

¹²⁶ FILHO, Francisco Antonio de Andrade. *Igreja e ideologias na America Latina*, segundo Puebla. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 54

*Teologia da Esperança humana*¹²⁷ precedeu, em 1969, o trabalho de Gutiérrez, publicado em 1971. Ambos defendiam uma Teologia que libertasse o homem por inteiro e não apenas com um fim escatológico. Segundo Elizete da Silva, a Teologia da Libertação nas duas vertentes seguiram rumos díspares principalmente no que concerne ao uso do instrumental marxista. Rubem Alves, nega em sua obra a influência teórica de Marx¹²⁸. Embora o protestantismo progressista seja um tema próximo à Teologia da Libertação e de relevância histórica, não será aprofundada neste trabalho.

A organização das CEBs no Brasil

As Comunidades Eclesiais de Base não começaram do vácuo, fazem parte de um processo de mudança que ocorreu na Igreja Católica da América Latina. Entretanto este trabalho deter-se-á sobre o Brasil. As CEBs foram os principais suportes e apoio às ideias defendidas pela Teologia da Libertação. Como afirma Boff, “As Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo. As Comunidades Eclesiais representam a prática da libertação popular e a Teologia da Libertação, a teoria desta prática”¹²⁹. O Concílio Vaticano II proporcionou o crescimento das CEBs na América Latina¹³⁰. Embora a instituição católica fosse hegemônica nos países latinos, não se quer afirmar que as Comunidades de Base eram hegemônicas e homogêneas, mas, constituíam suas particularidades de organização e força dentro dos respectivos países¹³¹. Contudo, a opressão, exploração e pobreza eram análogas aos ameríndios, como também o grito por libertação.

Para compreender o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base, é preciso perceber o papel do Concílio Vaticano II com a “abertura” ao laicato. O documento do compêndio Vaticano *Lumen Gentium* traduz essa novidade, onde a eclésia passa a ser todo o povo de Deus, é toda ministerial e não hierárquica, os padres

¹²⁷ O título da obra original em Inglês é *Towards a Theology of Liberation*, contudo para o português foi traduzida como *Da Esperança*, por influência da denominada Teologia da Esperança.

¹²⁸ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Feira de Santana: UEFS, 2007. Trabalho para obtenção do título de professor pleno. p. 154 -156.

¹²⁹ BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo, Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: Vozes. 1986. p. 93

¹³⁰ BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja do Brasil*, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes. 1993. , p. 24

¹³¹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.29

perdem o papel central, de “vocação especial”, todos os católicos são a Igreja. Scott Mainwaring interpreta que “o desejo de estimular uma maior participação leiga era uma forma de aumentar a influência da Igreja nos assuntos temporais e de desenvolver um laicato que ajudasse a evangelizar as massas”¹³². Para o leigo João Carlos, que militou nas Comunidades de Base de Feira de Santana: “A Igreja laical seria o grande sinal de presença, solidariedade, da presença de libertação, da presença de uma Igreja viva aqui na terra”¹³³. O campo de interesse eclesial numa perspectiva ou noutra abonou aos leigos maior espaço na instituição, contudo, o locus de atuação deles sempre foi sempre à base¹³⁴.

Os cristãos, individualmente ou nas pequenas comunidades, vão tomando aos poucos maior consciência sociopolítica e adquirem melhor conhecimento da realidade latino-americana, em particular, suas causas históricas vinculadas ao passado colonial.

As primeiras comunidades de base, as primeiras discussões sobre a pedagogia entre as classes populares, o trabalho pioneiro com os índios e a maior parte das transformações de importância na Igreja brasileira tiveram início nas bases. Além disso, foram ações e posições desenvolvidas por grupos leigos e pelos agentes pastorais na base que, de modo geral, após o golpe de 1964, motivaram a repressão contra a Igreja¹³⁵.

Desse modo, é perceptível o papel que os leigos exerceram na ação pastoral da Igreja Católica e nas questões sociais, foram o “motor da Igreja na base”. No entanto, não se quer negar a importante participação de cristãos católicos que foram líderes e atuantes nos problemas sociais desde a década de 1950, porém, deve-se levar em consideração que o “reconhecimento” do leigo como parte da eclesia acontece de modo “oficial” a partir do Concílio Vaticano II.

Estudiosos da religião como Faustino Teixeira, Scott Mainwaring e Almir Ribeiro defendem que o “ensaio” das primeiras Comunidades de Base aconteceu no início da segunda metade do século XX, mais precisamente na enceto década de 1960, momento no qual o laicato adquiriu maior espaço. Pontuam-se algumas organizações que apresentaram maior relevância: o Movimento de Barra do Piraí, com Dom Agnelo

¹³² Idem, p. 71

¹³³ Entrevista de João Carlos Silveira, concedida à autora em 12 de abril de 2008.

¹³⁴ LESBAUPIN, Ivo. CEBs, poder e participação na Igreja. In: *As Comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 114

¹³⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 28

Rossi, no Rio de Janeiro, em 1956, lá os leigos assumiram o papel de catequistas e difusores da Palavra de Deus; o Movimento de Natal, com Dom Eugênio Sales, deu-se início em 1948 no Rio Grande do Norte, no qual os leigos assumiram a missão de evangelizar através da rádio com a experiência das escolas radiofônicas, atuaram no campo com a sindicalização rural que resultou no surgimento do Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961, com Paulo Freire, experiência importante para a formação das Comunidades de Base na qual o povo aprendia a analisar a realidade criticamente. O Movimento de Nízia Floresta, também em Natal, em 1963, iniciou pela necessidade de pessoas para a educação na fé, já que havia carência de sacerdotes, desse modo, leigos eram instruídos pela Igreja e tinham o aval para formar as comunidades e dar orientações catequéticas¹³⁶.

É preciso fazer referência a própria Ação Católica¹³⁷ e suas áreas especializadas como Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica, que davam espaço para a atuação do leigo, não obstante, essa ação era rigidamente controlada pela hierarquia. Era praxe um presbítero ser orientador dos grupos, além disso, os membros que compunham a Ação Católica eram boa parte da classe média, o que diferia dos movimentos já citados, pois, eram compostos por pessoas de camadas populares e que obtinham maior “autonomia” frente às necessidades pastorais¹³⁸.

A exatidão temporal e local do princípio das primeiras Comunidades Eclesiais de Base não é consenso. Alguns autores defendem que entre 1950 a 1960 já existiam comunidades organizadas, outros opinam o início somente pós-golpe militar. Há convergência quando ao Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín como os grandes momentos impulsionadores desta experiência eclesial. Faustino Teixeira defende que as questões socioculturais também colaboraram. A difusão das CEBs no Brasil aconteceu, sobretudo, no início da década de 1970. Guimarães argumenta que a explicação para o surgimento das CEBs foi

A partir da constatação da grande dimensão da instituição paroquial, da ausência de vida cristã refletida por parte do povo, de um cristianismo individualista, da ausência total de vida cristã e estruturas eclesiais em muitas

¹³⁶ TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. *As Comunidades eclesiais de Base no Brasil: traços explicativos de sua gênese*. In: DUSSEL, Henrique. 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas e CEHILA, 1992. p. 563- 568

¹³⁷ A Ação Católica foi fundada pelo papa Pio XI no início do século XX na Europa e logo se difundiu em diversos países. Tinha como elemento central a forte participação e atuação dos leigos, cujo objetivo era organizar os cristãos para deter o crescimento do comunismo.

¹³⁸ LESBAUPIN, Ivo. CEBs, poder e participação na Igreja. In: *As Comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 120

regiões, bispos, padres e leigos tomaram consciência de que era preciso desenvolver um trabalho comunitário. Nas origens das CEBs está a busca do comunitário¹³⁹.

Essa perspectiva “simplista” sobre as CEBs foi vislumbrada a partir da concepção dos bispos na Conferência de Medellín que definiram as Comunidades de Base como

O primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento¹⁴⁰.

Embora o documento apresentasse inúmeros avanços, as Comunidades de Base, ainda estavam pautadas nas necessidades internas da eclesia. O documento de Medellín apenas legitimou o princípio da “Igreja na base”, mas, a percepção dessas comunidades como locus de transformação social e eclesial apareceu somente no Documento de Puebla.

Com o crescimento das Comunidades de Base, a CNBB lançou no início da década de 1970 o documento *Comunidades: Igreja na base*, cuja função era orientar todos os setores da instituição para conhecer e compreender o que é uma CEB, onde elas se formavam, o que pensavam e faziam. Contribuiu, para incentivar a formação de novos núcleos comunitários com o “rosto” de CEB. O texto foi elaborado a partir de vários trabalhos e pesquisas desenvolvidas para melhor compreender o fenômeno das CEBs, o que denotou uma relevância das comunidades dentro da instituição, pois, pesquisas são incentivadas quando há interesse. No documento encontram-se a afirmação de que as CEBs não é um fenômeno ocasional, mas parte do complexo processo da conjuntura histórica¹⁴¹ que urge por transformações endógenas e consequentemente externas.

Na III Conferência da América Latina em 1979, na cidade de Puebla no México, os bispos retomaram a perspectiva de Medellín e reconheceram que “As Comunidades Eclesiais de Base, que em 1968 eram apenas uma experiência incipiente

¹³⁹ GUIMARAES, Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 23

¹⁴⁰ Conclusões da Conferência de Medellín, *Pastoral de Conjunto*. n° 10, p. 208.

¹⁴¹ Documento da CNBB n° 3: *Comunidades: Igreja na Base*, 1974. p. 17-20.

amadureceram e multiplicaram-se, mormente em alguns países”¹⁴². Os episcopos discorreram sobre as Comunidades de Base sob uma nova perspectiva, continuaram ligadas a estrutura eclesial, mas com um papel transformador da sociedade, foi a redefinição.

As Comunidades Eclesiais de Base são expressão de amor preferencial da igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e **no compromisso de transformar o mundo.**¹⁴³

O Brasil precedeu a Conferência de Puebla, pois já em 1975, reconhecia a veemência e atuação das CEBs. Organizaram o *Primeiro InterEclesial*¹⁴⁴ fato que marcou o reconhecimento das Comunidades, dando-as uma “identidade” no corpo eclesial¹⁴⁵. O evento foi celebrado na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, era o momento plausível e palpável de perceber como crescia a organização da instituição na base. Pessoas de todas as regiões do País participaram e partilharam suas experiências de fé traduzida na vida. Os Intereclesiais não tinham um período sistemático para acontecer, porém, desde o primeiro até o ano 2000 aconteceram dez encontros, sendo a década de 1990 um período escasso, apenas dois Intereclesiais se realizaram.

Os encontros *Intereclesiais* paulatinamente fortaleciam a identidade das comunidades e firmavam sua “caminhada”. Desse modo, incomodaram os detentores do poder. Relata a Irmã Marcela que foi uma das articuladoras das CEBs em Feira de Santana, ela participou de muitos encontros, “os Intereclesiais da década de oitenta deram a perceber o perigo de ser invadido por mercenários que queriam pescar para perseguir este trabalho que estava crescendo (...) entrou gente que roubou o filme do fotógrafo do evento das CEBs”¹⁴⁶. Fatos como este foram recorrentes nos encontros das CEBs, principalmente no período da Ditadura Militar, no qual as Comunidades de Base eram acusadas de fazer aliança com os comunistas. A relevância das CEBs neste

¹⁴² Conclusões da Conferência de Puebla. 8ª Ed. São Paulo: Paulinas, 1986. nº 96, p. 109

¹⁴³ Idem, nº 644, p. 252 (grifo nosso)

¹⁴⁴ É um encontro nacional onde as CEBs de todo o Brasil celebra juntas a Fé e vida, lutas e esperanças. O primeiro e o segundo aconteceram em Vitória do Espírito Santo, sendo o segundo em 1976. Em 1978 aconteceu em João Pessoa- PB; 1981 aconteceu em Itaici-SP; 1983 aconteceu em Canindé-CE; 1986 aconteceu em Trindade-GO; 1989 aconteceu em Duque de Caxias- RJ; 1992 aconteceu em Santa Maria-RS; 1997 aconteceu em São Luis –MA; 2000 em Ilhéus-BA.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. CEB: unidade estruturante da Igreja. In: *As Comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 159

¹⁴⁶ Entrevista da Ir. Marcela concedida a autora em 17 de setembro de 2009.

período é perceptível também no Jornal Feira Hoje que noticiou “o 6º encontro das Comunidades Eclesiais de Base, no santuário de Trindade”¹⁴⁷. A reportagem discorre tratando da importância desse evento e os temas que seriam discutidos como a questão agrária e a constituinte, pois era o período da redemocratização no Brasil.

Com o destaque das CEBs no cenário nacional alguns estudiosos estimaram o número de Comunidades de Base espalhadas no País. Apresenta Oscar Beozzo uma estimativa de cinquenta mil comunidades espalhadas pelo território nacional¹⁴⁸. Com algumas diferenças afirma Scott Mainwaring, “existem estimativas de oitenta mil CEBs com dois milhões de participantes”¹⁴⁹. Pedro Ribeiro de Oliveira, “da quantidade de CEBs no Brasil existentes situando seu número entre 60 a 80 mil”¹⁵⁰. Michael Löwy também apresenta seus cálculos, “O resultado, no fim dos anos setenta, é que existem cerca de cem mil comunidades de base, compreendendo entre dois e três milhões de pessoas”¹⁵¹. Este autor é o único que atenta ao período, não generaliza, mas enfatiza que no ápice das CEBs existiam essas estimativas. O tempo áureo das comunidades compreende-se o final dos anos setenta, contudo, esses números embora sejam importantes para pensar em “quantificação” de comunidades, não passam de elementos especulativos, pois, podem de fato ter existido todas essas comunidades ou não.

As Comunidades de Base existentes em Feira de Santana durante o período desta pesquisa não foram quantificados, porém, pode-se afirmar que não foram na proporção das grandes cidades, foram pequenos grupos que deram sua contribuição na transformação da eclesía local. Na fotografia é possível perceber que as Comunidades Eclesiais de Base são grupos pequenos de leigos e leigas que se reúnem para refletir a Bíblia e confrontar com os problemas da comunidade, do bairro e buscar soluções. Reuniões geralmente feitas em círculos como simbolismo da igualdade nas comunidades não há uma hierarquia que estabelece os lugares.

¹⁴⁷ Jornal Feira Hoje, 23 de julho de 1986, p. 7

¹⁴⁸ BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja do Brasil*, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes. 1993. p. 130

¹⁴⁹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 127

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. CEB: unidades estruturante da Igreja. In: *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: paulinas, 1997. p. 131

¹⁵¹ LOWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991. p. 56



Figura 1. Reunião de Comunidade de Base no bairro do Campo Limpo. (fotografia concedida por Irmã Marcela)

No trabalho de Zilda Gricoli Iokoi, encontram-se dados que denotam uma maior concentração de Comunidades Eclesiais de Base na zona rural e principalmente na Região Norte¹⁵². Todavia, o documento da CNBB já identificava a tendência do crescimento das CEBs no campo. Na região Norte a maior relevância de organização da CEBs foi a prelazia de São Felix do Araguaia com o apoio do bispo Dom Pedro Casaldáliga que assumiu a causa dos camponeses, junto á ele figuras como padre Josimo que fora assassinado em 1986. Na Região Nordeste, a proeminência de bispos como Dom Helder Câmara e Dom José Maria Pires e leigas como Margarida Alves, que fora assassinada em 1983, por sua luta junto aos trabalhadores rurais de Alagoa Grande na Paraíba¹⁵³. Vale ressaltar que os bispos do nordeste foram sujeitos importantes na difusão das CEBs, principalmente pelo cenário de pobreza e miséria na região. No Sudeste sobressaíram bispos como Dom Luciano Mendes e Evaristo Arns. Não se quer

¹⁵² IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964 – 1968*. São Paulo: editora HUCITEC, 1996. p. 67

¹⁵³ SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Missionários do Campo e a caminhada dos pobres do nordeste*. Dissertação de mestrado em História, UFBA, Salvador, 2007. p. 108

aqui dar maior ou menos relevância à hierarquia da Igreja, mas é sabido que Dioceses de bispos ditos conservadores, contrários à Teologia da Libertação as atividades das CEBs foram inviabilizadas e coibidas.

Na visita de João Paulo II a América Latina, em 1980, considerada por Oscar Beozzo como visita estratégica para sobrepujar a Teologia da Libertação¹⁵⁴, o pontífice visitou várias cidades do Brasil, incluindo Salvador. O bispo de Feira de Santana convocou os católicos feirenses para prestigiar a visita do Papa em Salvador¹⁵⁵. Na passagem pelo Rio de Janeiro por ocasião do encontro do CELAM, fez um pronunciamento sobre os cuidados da Igreja Católica para não provocar e nem aprofundar divisões. No bojo das advertências estavam as Comunidades Eclesiais de Base. O Jornal Feira Hoje noticiou uma reportagem com os considerados trechos mais importantes, os critérios utilizados pelo periódico para definir o grau de importância dos fragmentos não foram explicados. Sobre as CEBs, falou o papa:

Oxalá essas comunidades continuem a mostrar sua vitalidade e a dar frutos (...) evitando ao mesmo tempo os riscos (...) em alguns lugares interesses claramente políticos pretendem manipulá-las e afastá-las da comunhão com os bispos (...) para o harmonioso desenvolvimento dessas comunidades convido-os a assumir o compromisso¹⁵⁶.

No discorrer do discurso do pontífice o pedido de compromisso foi dirigido às Comunidades de Base, para que não se afastassem da hierarquia. Fez um apelo aos bispos para que promovessem, orientassem e acompanhassem as comunidades. É patente que vinculadas à hierarquia as Comunidades de Base tornar-se-iam facilmente controladas e cerceadas. Nas palavras do pontífice deveriam crescer, mas, orientadas pela hierarquia eclesial, pois, um dos receios era a “autonomia exagerada” das CEBs, lideradas por leigos.

Em meados da década de 1980 a Teologia da Libertação sofreu duras críticas e perseguições de Roma¹⁵⁷, consequentemente seus propagadores foram atingidos como o frei franciscano Leonardo Boff. O Jornal Feira Hoje noticiou com frequência a perseguição de Roma à Teologia da Libertação e ao religioso.

¹⁵⁴ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes. 1993. p. 228

¹⁵⁵ Jornal Feira Hoje, 26 de junho de 1980. p. 3

¹⁵⁶ Jornal Feira Hoje, 03 de julho de 1980. p. 7

¹⁵⁷ BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes. 1993. p. 237

Boff (...) será interrogado a cerca de possíveis erros doutrinários cometidos em seu livro, a Igreja: Carisma e poder. O livro acusa o vaticano de elitismo, de conservação excessiva da estrutura hierárquica e por não ter assumido uma postura mais firme em defesa dos direitos humanos e outras questões políticas delicadas¹⁵⁸.

No cume da perseguição que desembocou no silêncio de Boff, “O Vaticano anunciou que impôs um período de silêncio ao sacerdote brasileiro Leonardo Boff, devido seus ensinamentos que a Igreja classifica de ‘perigosos’ ”¹⁵⁹. A recorrência do periódico da cidade em apresentar as críticas da hierarquia eclesial a Teologia da Libertação e seus idealistas, deve ser analisada como elemento de incômodo visto que a Teologia da Libertação tornou-se um elemento de transformação a partir do povo, assim, o lugar social de quem publicava as notícias no jornal não percebia o pensamento libertário dos católicos como fato positivo, mas uma “aberração” da fé. Em meio à agitação desses fatos encontravam-se os primeiros núcleos das Comunidades de Base em Feira de Santana.

Formação das CEBs em Feira de Santana

O contexto da cidade de Feira de Santana, onde surgiram as Comunidades de Base, fora apresentado no capítulo anterior. A organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Base deve ser analisada a partir de duas fontes principais, a visão oficial da hierarquia e a dos próprios católicos participantes.

A primeira está localizada no Jornal Feira Hoje a partir de reportagens e entrevistas cedidas por Dom Silvério. E a outra balizada pela memória de participantes das comunidades. Em preparação a visita Ad Limina¹⁶⁰ ao Papa em 1980, Dom Silvério prestou contas de seu serviço pastoral no Jornal Feira Hoje, afirmando que “conseguiu organizar pastoral e administrativamente as paróquias(...) A diocese criou Conselhos paroquiais e organizou Comunidades de Base ”¹⁶¹. O bispo assegurava que a diocese vinha crescendo e já realizava muitas atividades inclusive na “linha” de CEBs. Noutra reportagem em comemoração aos 9 anos de seu trabalho episcopal na Diocese de Feira de Santana, fez um balanço e mencionou que “o projeto de Igrejas-irmãs nos deu leigos

¹⁵⁸ Jornal Feira Hoje, 05 de setembro de 1984. Caderno 2, p. 4

¹⁵⁹ Jornal Feira Hoje, 10 de maio, 1985, p. 6

¹⁶⁰ Visita que todos os bispos fazem ao papa geralmente a cada cinco anos para prestar contas de seu serviço pastoral.

¹⁶¹ Jornal Feira Hoje, 05 de agosto de 1980, p. 4

de Santa Catarina que fizeram trabalhos de despertar comunidades de base”¹⁶². Apresentou uma “importação” de modelo de Comunidades de Base e acabou contradizendo sua afirmação citada na primeira reportagem, pois se já existiam Comunidades de Base, não havia necessidade de “importar” leigos para implantá-las.

Na memória de membros da CEBs, encontram-se dois momentos: o primeiro identifica o exórdio da década de 1970 o princípio das Comunidades de Base, na Paróquia Senhor do Bonfim, localizado no bairro do Jardim Cruzeiro. Assim relatou o Diácono Gilberto que militou nos movimentos sociais no período.

Fui acolhido pela paróquia do Cruzeiro, na época Albertino Carneiro era o pároco daquela paróquia. E vivíamos um momento pós, um momento muito forte da Ditadura Militar. E surgiu esse movimento eclesial de base nas necessidades do povo. E o cruzeiro era referência em Feira de Santana. Como eu vinha de Conceição de Jacuípe, de um padre italiano chamado Reginaldo Mazon. Este homem (...) tinha um trabalho social muito bonito! (...) naquela época ele fazia esse movimento social. Então eu nasci na verdade no movimento social. E quando eu vim à Feira de Santana, eu procurei algumas paróquias que se identificassem com esse problema e não encontrei. Encontrei o Cruzeiro, que a paróquia do Cruzeiro era desde... o território da paróquia era desde o cruzeiro até o George Américo, Cidade Nova, toda aquela parte pertencia a Paróquia do Cruzeiro e fui morar em Pampalona em 1970, em Pampalona, lá nós começamos a implantar um projeto social¹⁶³.

Embora o diácono considere esse período como marco inicial das CEBs, Albertino Carneiro, que fora pároco do Cruzeiro no período, não o considera.

Os trabalhos de comunidade não foram com esse nome[CEBs], não começaram com esse nome, eles começaram com um trabalho chamado comunidade de Igreja e não tinha bem o nome, a letra B, a base. A gente teve assim, quando eu era padre que eu era coordenador de pastoral,(...) trabalhava (...) com uma catequese que chamávamos de catequese engajada, catequese dentro da vida do povo. As comunidades de base apareceram num período muito... muito próprio, eles apareceram onde os grupos políticos estavam na clandestinidade não poderiam aparecer. Então eles tiveram muito um pessoal que eram também conscientes, mais queriam falar com, em nome da fé então eram mais tolerados. Então esses grupos atuantes assim, muito mais leigos do que eclesial ou eclesiástico, **em Feira não aconteceu** porque em Feira todo mundo tradicionalmente era muito sólido, Igreja de missa, eram muito mais misseiros do que missionários e por conta disso a gente teve dificuldade¹⁶⁴.

Embora haja esse desencontro de informações se na Paróquia do Cruzeiro na década de 1970, havia Comunidades Eclesiais de Base ou não, é possível afirmar que a experiência daquela paróquia foi fundamental para a organização das CEBs na cidade

¹⁶² Jornal Feira Hoje, 20 de maio de 1982, p. 6

¹⁶³ Entrevista do Diácono Gilberto, concedida à autora em 15 de setembro de 2009.

¹⁶⁴ Entrevista de Albertino Carneiro, concedida à autora em 05 de junho, 2009.

num momento posterior, esse foi um precedente, uma experiência basilar. Consultando o primeiro livro de tombo da Paróquia do Cruzeiro é patente que no final dos anos 1960 o ainda Padre Albertino se preocupava com o alto índice de pobreza da paróquia que atingia majoritariamente a população, “por isso, sentimos necessidade de partir para um trabalho de **promoção humana** (...) foi fundada uma Cooperativa Mista União do Cruzeiro, vários trabalhos de bairro, partindo da reunião dos moradores (...) no cruzeiro foi fundado um Clube de Jovens, com o nome de grêmio juvenil cultura e recreação”¹⁶⁵. Albertino relatou outras atividades que foram feitas na comunidade, dando origem ao MOC já citado no primeiro capítulo. Os movimentos que precederam a formação das CEBs no Brasil tiveram algumas características similares, pois, tendiam não somente a evangelização, mas, à promoção da pessoa humana e a luta por melhores condições de vida.

Os católicos que concederam as entrevistas mencionam o período inicial de CEBs na cidade, a partir dos primeiros anos da década de 1980, na qual as comunidades começam a ser articuladas e a criar uma “identidade” de CEBs. A Paróquia do Jardim Cruzeiro, uma das quatro paróquias da cidade no período foi considerada como locus inicial das CEBs, isso se deveu pelo trabalho precedido pelo Alberto Carneiro quando era o sacerdote da paróquia que começou a preparar os leigos, além disso, a Paróquia do Cruzeiro cobria toda a zona periférica da cidade, no qual as comunidades se desenvolveram e a realidade social clamava por transformações.

Após o pedido de dispensa do sacerdócio e saída do Padre Albertino, Padre Fausto¹⁶⁶ assumiu a Paróquia e acompanhou toda a região que atingia os bairros vizinhos¹⁶⁷. Lembra Rogério, leigo que se engajou nas comunidades de Base desse período.

Tudo se inicia justamente na Paróquia do Cruzeiro, né? Por que era uma Paróquia que, (...) pegaria toda aquela parte do Cruzeiro que praticamente está próximo ao centro, pegaria também, Rua Nova, Feira IX e toda essa região e iria até próximo ao São José que é a Pedra Ferrada. Então a gente, era uma Paróquia muito grande, muito imensa praticamente aí em torno de umas trinta a quarenta comunidades. E na época nós tínhamos aí o padre Fausto e padre Avelino, que eram duas pessoas, dois espanhóis muito

¹⁶⁵ Livro de Tombo I Paróquia Senhor do Bonfim (Jardim Cruzeiro) p. 6 (grifo nosso)

¹⁶⁶ Padre Fausto é espanhol e chegou ao Brasil no final de 1974, veio para Feira de Santana em 1975, indo morar no final de linha de bairro sobradinho. Trabalhou na Coelba por um tempo, sua experiência estava fundamentada na dos padres operários da Europa. Foi coordenador de pastoral por longos anos da diocese; retornou para Espanha em 1992, por motivos de saúde da sua genitora.

¹⁶⁷ Somente em 1988 foram criadas quatro novas Paróquias na cidade, das quais duas eram oriundas da Paróquia do Cruzeiro. Paróquia de todos os Santos (Bairro Queimadinha) e Paróquia São José Operário (bairro Campo Limpo).

dedicados. E eles de fato ajudaram muito nessa caminhada e nesse desenvolvimento da questão das CEB's.¹⁶⁸

A referência inicial de Comunidade de Base para Ana Breda Mascarenhas (Linda), leiga que participou ativamente na organização das CEBs na cidade e coordenou em nível diocesano por alguns anos, é semelhante.

Nós começamos no Campo Limpo, por que quando eu comecei, eu já morava no bairro do Campo limpo, (...) quando eu vim pra Feira de Santana, nós fomos morar justamente num bairro de periferia que é o Campo Limpo, e lá com a chegada de Irma Marcela e com Padre Fausto também que era da paróquia que a gente participava, né? Que na época o Campo Limpo fazia parte da paróquia do Cruzeiro.¹⁶⁹

Ambos faziam parte da Paróquia do Cruzeiro, mas, participavam de comunidades distintas, o que comprova a existência de articulação paroquial, uma rede de comunidades e não apenas uma organização localizada, na qual as comunidades caminhavam distintamente.

A presença de Padre Fausto, da Irmã Marcela¹⁷⁰ e outros sacerdotes como Padre Avelino que chegou posteriormente e diversas religiosas como Irmã Francelina, Irmã Isabel, Irmã Ana Maria que tinham ação pastoral libertadora, deu-se início na Diocese de Feira de Santana uma articulação nas comunidades que já existiam. A formação do laicato com espaço para reflexão e estruturação das comunidades proporcionou a identificação com a perspectiva das CEBs.

No primeiro livro de Tombo da Paróquia do Cruzeiro encontra-se o relato do Padre Fausto “fizemos uma avaliação da CF, no Colégio pe. Ovídio, nos reunimos para esta finalidade com a participação de bairro de periferia. Parece que vai crescendo o interesse no meio do povo para formar grupos de reflexão visando a formação de Comunidades Eclesiais de Base”.¹⁷¹ Percebe-se que não existia até o presente momento uma organização de CEBs, o registro é feito no mês de abril de 1980. Nos anos posteriores a linguagem utilizada pelo padre vai mudando, passa a usar o termo Comunidades Eclesiais de Base, para a organização das comunidades, o que evidencia ser a afirmação de Dom Silvério a “versão oficial”, mas não na práxis. Não se pretende

¹⁶⁸ Entrevista de Jose Rogério Rosa, concedida à autora em 18 de maio de 2009.

¹⁶⁹ Entrevista de Ana Breda (Linda), concedida á autora em 23 de outubro de 2009.

¹⁷⁰ Irmã Marcela é suíça, chegou ao Brasil no final dos anos setenta. Junto as sua Congregação da Santa Cruz chegou à cidade em 1982 e foram morar no Campo Limpo com outras religiosas. Deixou a ordem em 1990 e continua morando no mesmo bairro até hoje.

¹⁷¹ Livro de tombo I da Paróquia Senhor do Bonfim, (bairro do Jardim Cruzeiro) p. 19

discutir o momento exato do início das CEBs, mas compreender como se deu o processo de formação.

O desenvolvimento das Comunidades de Base da urbe, aconteceram à partir dos primeiros contatos com a realidade do povo e com os tempos litúrgicos da Igreja Católica. “O nosso trabalho começou a partir das campanhas, as campanhas da fraternidade, mês da Bíblia, novena de Natal, que a gente começou assim, a fazer encontros nas casas e nesses encontros à gente começava a questionar assim o povo sobre a situação que eles viviam”¹⁷². Para Irmã Marcela, as CEBs começa com o povo

[se] reunindo toda semana, colocando em comum todos os problemas e necessidades pessoais e comunitárias, juntando a fé com a prática de fraternidade e partilha. (...) As reflexões nas celebrações, nas novenas de natal, na Campanha da Fraternidade e no mês da Bíblia, incluíram sempre fatos da vida. No estudo bíblico dentro da prática religiosa do povo, dentro da realidade que a gente estava vivendo¹⁷³.

Relata José Rogério Rosa que as CEBs surgem da reflexão em conjunto.

A organização das CEBs ela começa com um trabalho de reflexão. (...) E tinha bem presente aí a questão dos movimentos, né? Que justamente a partir dessa reflexão dentro da comunidade, dentro da Igreja, ela vai se expandindo e surgindo a necessidade dessa organização das CEBs¹⁷⁴.

Para João Carlos Silveira as CEBs, nascem da necessidade de mudanças sociais que a as comunidades se depararam.

As CEBs estavam acontecendo justamente em situações em que a questão social exigia algumas mudanças, transformações na sociedade no sentido de libertação. Então houve muitos aprofundamentos, estudos em torno do poder que tinha a base. Base das suas comunidades. Aí se desenvolveu nesse período de formação as CEBs. desenvolvimento de técnicas como por exemplo o método **ver, julgar e agir**. Onde se aprofundava para se vê a realidade, identificar os problemas que tinham nas comunidades, julgar essas realidades adversas e depois partir para uma ação em conjunto com as Comunidades, em conjunto com as pessoas das adjacências dessas comunidades, que eram solidários a ela, para partir para um enfrentamento, no sentido da solução dos problemas, dos problemas que surgiam. (...) As CEBs com essa cultura do método ver, julgar e agir se colocou totalmente disponível dentro das suas militâncias a ajuda e participação direta na construção desse movimento de ocupação que hoje se tornou o bairro George Américo¹⁷⁵.

¹⁷² Entrevista de Ana Breda (Linda), concedida á autora em 23 de outubro de 2009

¹⁷³ Entrevista da Ir. Marcela concedida a autora em 17 de setembro de 2008.

¹⁷⁴ Entrevista de Jose Rogério Rosa, concedida a autora em 18 de maio de 2009.

¹⁷⁵ Entrevista de João Carlos Silveira, concedida a autora em 12 de abril de 2008.

Na organização das comunidades o método de leitura da realidade apontado por João Carlos Silveira, *ver, julgar e agir* foi herdado da Ação Católica no qual os trabalhos se pautavam nestes eixos, ou seja, as transformações sociais partiam de uma análise aprofundada da realidade (ver), tira-se as conclusões do contexto posto (julgar) e organiza-se linhas práticas de ação (agir). O legado metodológico da Ação Católica foi apropriado não somente pelas Comunidades de Base, pois, os documentos de orientações pastorais da CNBB e das Campanhas da Fraternidade são organizados a partir dessa estrutura.

A versão apresentada por Dom Silvério no Jornal *Feira Hoje*, de que já em 1980 existiam comunidades implantadas e depois com o projeto das “Igrejas irmãs” no qual leigos da Região Sul, vieram despertar Comunidades de Base, não foi mencionada e nem reconhecida pelas pessoas entrevistadas. Uma possibilidade a ser pensada é que o projeto de “Igrejas irmãs” e da implantação de Comunidades de Base como o “modelo” proposta pelo bispo fora fracassado. Causa estranheza a vinda de leigos de Santa Catarina para despertar CEBs em Feira de Santana, se pessoas que são referência no processo inicial, como o Padre Fausto, que já estava na cidade desde 1975, não se referiu a nenhum tipo de ajuda externa na sua entrevista. Cabe dizer que tal versão é a “oficial”, não essencialmente a única, como já fora constatada.

O projeto de “Igrejas Irmãs” era habitual entre as dioceses que se solidarizavam com as mais pobres e enviavam ajuda financeira e ou pessoas como padres, religiosas e leigos, para um trabalho de promoção humana e pastoral¹⁷⁶. Embora a solidariedade entre as dioceses fosse recorrente, no que incide a ação pastoral da Igreja vinculada ao trabalho das Comunidades Eclesiais de Base as “lutas de representação” eram constantes e o conflito se dava de múltiplas formas, desse modo, analisar-se-á a seguir como se forjava esse campo.

As relações Intra eclesial

A diversidade de pensamentos e defesa de diferentes doutrinas geraram no interior da instituição católica uma série de burburinhos e querelas. A ameaça da Teologia da Libertação como o comunismo na Igreja acirrou as relações internas. Nas

¹⁷⁶ BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja do Brasil*, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis:Vozes.1993. p. 141

fontes orais, os membros das CEBs de Feira de Santana relataram os conflitos ocorridos e um dos momentos que apareceram com veemência o embate (in)direto, foram as assembleias da diocese que é um momento de avaliação e planejamento dos rumos da eclesía local. A Irmã Francelina trabalhou com as CEBs durante alguns anos na cidade e relembra os desafios encontrados.

Dentro da Igreja, na própria nossa Igreja, né? A gente sentiu muita rejeição dos vários vigários assim, que, ainda não tinham, não entendiam bem o que era Comunidade de Base, a gente nunca chama de movimento, né? O que era as CEB'S. E aonde a gente sentia maior rejeição, era justamente, nas Assembleias Diocesanas, né? Que a gente sentia que tinha, que causava uma certa divisão infelizmente, né? ¹⁷⁷.

Os conflitos em alguns momentos vinham escamoteados nos pré-julgamentos e rotulações. Recorda Lourdes Rocha, leiga atuante, líder de Comunidade e articuladora das CEBs na diocese.

Eu me lembro que numa assembleia arquidiocesana, diocesana e eu vi um comentário: ah! esse ano a assembleia vai ser tranquila, né? Porque os bagunceiros não chegaram e eu descobri que os bagunceiros chamados era o pessoal das Comunidades Eclesial de Base. Bagunceiros por quê? Não porque fazíamos bagunça, mas é porque tínhamos a coragem de levantar a mão e dizer assim: discordamos aqui, concordamos aqui, vamos valorizar as comunidades né? Vamos olhar mais pelo povo, vamos fortalecer mais as pastorais sociais. Eu acho que isso incomoda porque é muito bom você ficar ali dentro das quatro paredes do templo do que você enxergar a realidade gritante que tá aí fora e a Igreja ¹⁷⁸.

Os momentos de conflitos na realização das assembleias diocesanas foram rememorados pelos entrevistados, todavia, nas atas ¹⁷⁹ das assembleias diocesana analisadas, não foram localizados nenhum relato ou resquício de desentendimentos. É possível presumir que tais problemas ocorridos, foram emudecidos nos registros.

Há uma dualidade que incide sobre as relações internas da eclesía. João Carlos Silveira diz que “existia uma **certa distância** entre o movimento libertador e o movimento mais conservador dentro da Igreja” ¹⁸⁰, entretanto, padre Fausto atenua, “

¹⁷⁷ Entrevista com Irmã Francelina concedida a autora em 22 de fevereiro de 2008.

¹⁷⁸ Entrevista com Lourdes Rocha, concedida a autora em 19 de novembro de 2009.

¹⁷⁹ Foram encontradas apenas as atas das Assembleias diocesanas a partir de 1995, precedente á esse tempo não há indícios de Atas. Segundo algumas testemunhas que participaram das assembleias anteriores, eram feitos relatórios que não foram arquivados, perderam-se desse modo, parte da memória dessas assembleias. Cabe dizer que foram encontradas no livro de Tombo da Paróquia do Cruzeiro vagas notícias sobre as assembleias diocesanas. Por exemplo, após 1976 só voltaram a ocorrer assembleias diocesanas em 1982. Os motivos que ocasionaram esse dispersão pastoral não foram identificados.

¹⁸⁰ Entrevista com João Carlos Silveira, concedida á autora em 12 de abril de 2008. (grifo nosso)

[dentro da igreja de Feira] eu diria é... **houve interação**, mas com matizações”¹⁸¹. Para alguns, havia uma divisão, como menciona Rogério Rosa.

[a Igreja] estava numa posição um pouco dividida viu? (...) Porque um parte, eu diria bem assim, aquele que se encontra lá na Catedral, claro que não vai pensar como aquele que ta na periferia!? né? E aí é que entra ao mesmo tempo a questão de uma certa divisão, sem querer nem dividir. As vezes o medo, as vezes achando que poderia perder o contexto concreto da Linha da Igreja, da revelação de Deus¹⁸².

Embora a Igreja Católica seja intitulada de universal e una, desde sua origem cismas e divisões internas foram intensas. No período de propagação da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, não diferiu. Como diz Boff, “As tensões que, aqui e ali, na América Latina, se manifestam, entre a Igreja encarnada na cultura dominante burguesa e aquela inserida no universo popular, são primariamente de caráter social e derivadamente de caráter teológico”¹⁸³.

Como já fora mencionado, sobre o discurso de Roma e sua perseguição à Teologia da Libertação presente no Jornal Feira Hoje, era recorrente o discurso de bispos brasileiros que corroboravam com Roma, bispos de tendência conservadora refutavam como Dom Vicente Sherer.

Criticou a Teologia da Libertação e seus adeptos que reduzem o Evangelho a uma mensagem puramente terrestre, por considerarem a essência e a totalidade da vida e da salvação cristã apenas a luta necessária para obter justiça e liberdade, entendida em sentido econômico e político¹⁸⁴.

É intrigante que na mesma edição do jornal - cadernos, outra reportagem criticando a Teologia da Libertação foi encontrada. Nesta o cardeal Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (antigo tribunal do Santo Ofício) justificava a publicação do documento que condenou a Teologia da Libertação por sua aproximação com a teoria marxista¹⁸⁵. O jornal era um instrumento ideológico para afastar os “bons católicos” da Igreja às avessas, distante da “Igreja de Cristo” como ele justificou. E aqueles que insistiam em permanecer com posturas que aproximavam da Teologia da Libertação eram vistos como desobedientes e heréticos.

¹⁸¹ Entrevista com padre Fausto, concedida á autora em 10 de julho de 2008. (grifo nosso)

¹⁸² Entrevista com Jose Rogério Rosa, concedida á autora em 18 de Maio de 2009.

¹⁸³ BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo, Ecclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: vozes, 1986. p. 60

¹⁸⁴ Jornal Feira Hoje, 04 de setembro, 1984.

¹⁸⁵ Idem, cadernos 2, p. 5

Outro conflito identificado e relatado por alguns depoentes refere-se ao uso do centro diocesano de formação localizado no bairro do Papagaio, no qual todas as pastorais, grupos e movimentos realizavam encontros de estudo e aprofundamento. Relata Irmã Marcela: “Tivemos muita dificuldade em marcar encontros de CEBs no centro diocesano, no Papagaio. Por que, quem tomou conta, deu preferência a outros grupos e movimentos”¹⁸⁶. Segundo Irmã Francelina, os grupos priorizados no centro diocesano eram os ligados a pessoas da classe média da cidade como Cursilho de Cristandade, em detrimento da formação de líderes comunitários. Numa perspectiva semelhante relembra Ana Breda a dificuldade que tinham com alguns presbíteros e principalmente para o uso do transporte comum para todos os grupos da Diocese.

Aqui em Feira também teve uma ala de padres muito conservadores sabe. A gente... eu me lembro que a gente fazia encontros no papagaio, as vezes era uma luta para gente conseguir o centro, uma luta para conseguir até a Kombi. Que na época tinha uma Kombi. (...) Então, a gente na nossa caminhada de CEBs, a gente achou sempre assim, que a instituição igreja lá, hierarquia, ela não ajudava muito no trabalho das CEBs não!¹⁸⁷.

A relação conflituosa no seio do catolicismo entre a membros que aderiram a “Linha” de CEBs e as demais correntes ocorreu. Os depoentes não negaram que houve dificuldades, todavia, foi patente em boa parte das entrevistas o embaraço e a dificuldade em explicitar as querelas internas. Outros elementos encontrados nos relatos referem-se à divisão entre “quem é de CEBs não reza” ou as “CEBs são núcleos de comunistas que só pensam na política”¹⁸⁸. Menciona Irmã Marcela “recebemos até cartas anônimas criticando as CEBs. Tivemos a fama, que quem tem trabalho com CEBs não reza e não tem fé”¹⁸⁹. Sobre essa “caricatura” relata Marizete, que participou de lutas sociais e de Comunidades de Base.

Na época (...) porque a gente vinha daquela linha assim, de que você reza o trabalho, sabe? Então a gente brincava muito sobre isso. Você gosta mais de rezar, a gente respeita, você reza e agente trabalha, né? (...) quando tinha os mutirões até quem rezava tava lá trabalhando também, (...) A gente ficava de manhã até cinco, seis horas trabalhando e a gente brincava, ali era também uma maneira de rezar¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Entrevista com a Irmã Marcela concedida à autora em 17 de setembro de 2009.

¹⁸⁷ Entrevista com Ana Maria Breda(Linda) concedida a autora em 23 de outubro de 2009.

¹⁸⁸ Entrevista com Eloi Barreto, concedida a autora em 22 de setembro de 2009.

¹⁸⁹ Entrevista da Ir. Marcela concedida a autora em 17 de setembro de 2008. Quem recebeu carta anônima foi a própria Marcela, na qual foi insultada e acusada de perturbar a paz da Igreja local.

¹⁹⁰ Entrevista com Marizete concedida a autora em 02 de novembro de 2009.

Criou-se em torno do “não rezam” uma escusa para refutar ou desacreditar o trabalho das CEBs. Certamente esse discurso estava pautado na vinculação das Comunidades de Base com pessoas de tendência marxista, “classificados” como ateus ou hereges. É possível perceber nestes discursos o que Chartier denomina como lutas de representação, pois, “o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social”¹⁹¹, neste caso, a ordenação da estrutura acontece no campo eclesiástico, embora pertençam a mesma instituição, a leitura de mundo, a realidade é lida de modo oposto, o que ocasiona as lutas. O conflito se dá em torno da conservação de um *status quo* adquirido ao longo do tempo. Adéqua-se também a análise de Bourdieu que no campo religioso os espaços são constantemente de embates, o campo do poder versus campo religioso¹⁹² vivem em constantes disputas.

As comunidades eclesiais e a Bíblia

Um instrumento que deu suporte na formação e consolidação às Comunidades de Base foi o acesso à Bíblia. O que outrora era uma prática somente dos protestantes, passou a compor o cotidiano das CEBs. A interpretação da Palavra de Deus que antes era um monopólio da hierarquia católica, passa a ser interpretada pelos leigos que descobrem-se capazes de compreender a mensagem divina e traduzi-la na vida. Eloi Barreto que durante anos assessorou as CEBs na região, percebeu que “As pessoas se juntavam (...) para ler, para ouvir a Palavra de Deus, né? Os Círculos bíblicos, tudo começava com a Bíblia, né? Botou a Bíblia na mão do povo (...), [o] grupo fazia leitura de seus problemas, identificava seus problemas”¹⁹³. A leitura da Bíblia pelo povo foi à “revolução dos católicos”, porque, segundo Ivo Lesbaupin, os leigos e os padres estavam em pé de igualdade, não havia mais a distância da hierarquia com a base¹⁹⁴.

A “popularização” da Bíblia aconteceu principalmente a partir da fundação do CEBI(Centro de Estudos Bíblicos) no final dos anos 1970, sendo Carlos Mesters um dos criadores. Foi a partir daí que a Bíblia chegou às mãos dos leigos e se difundiu a “leitura popular da Bíblia”, marcando o processo de libertação das pessoas e das comunidades, pois, realidade, Bíblia e comunidade passaram a ser o método de trabalho

¹⁹¹ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Editel, 1990. p.23

¹⁹² BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: perspectivas, 1974. p.17

¹⁹³ Entrevista com Eloi Barreto, concedida a autora em 22 de setembro de 2009.

¹⁹⁴ LESBAUPIN, Ivo. CEBs poder e participação na Igreja. In: *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: paulinas, 1997. p. 115-116

cujo fim era ler a realidade e transformá-la. Tal experiência alude aos protestantes radicais da Revolução Inglesa, que a partir da interpretação da Bíblia frente ao contexto de desigualdade que viviam contestaram e fizeram a Revolução¹⁹⁵.

Em Feira de Santana, há uma apropriação e ressignificação da “Bíblia que vai parar na mão do povo”. Conforme Padre Fausto, “ecoava nos grupos dos bairros onde a gente começou a ter reuniões de estudo de Evangelho, de analisar a situação em que eles viviam, aquelas palavras de Jesus conservadas no Evangelho de João(...) eu vim para que todos tenham vida em e tenha em abundância”¹⁹⁶. Para o presbítero, estudar a Bíblia era fundamental nas comunidades. Segundo Irmã Marcela, pela necessidade de compreender a realidade “nasceu também o CEBI Centro de Estudos Bíblico Ecumênico, que nos ajudou muito a descobrir a História de Deus na História do povo. Fé na vida, na luta, partilha, na fraternidade. Nos levou à uma metodologia que acredita que povo sabe e pode, como na educação popular de Paulo Freire”¹⁹⁷. O CEBI de Feira de Santana foi um dos primeiros a organizar-se no Estado da Bahia, a Irmã Marcela e outras Religiosas e religiosos organizaram uma equipe que trabalhava nas comunidades dando formação a partir dos subsídios do CEBI nacional.

Traduzir a “Bíblia na vida” era um lema nas comunidades, com uma nuance de saudade lembra Lourdes Rocha: “A gente teve uma coisa que foi muito forte (...) os círculos bíblicos. Foi muito forte o CEBI aqui em Feira de Santana (...) Nós tínhamos o encontro do CEBI, a leitura mesmo nas comunidades”¹⁹⁸. Para os participantes das CEBs a Bíblia além de “abrir os olhos” à realidade, encorajava a lutar e não ter medo. Dona Maria Gomes de Souza, que liderou Comunidades de Base e acompanhou a formação do bairro George Américo, menciona:

A gente estudava muito, estudava muito a Bíblia, nessas reuniões todas, a Bíblia estava aí para orientar. Então a gente sabe, a gente sabia pela Bíblia que não se devia ter medo. Então, nós nunca tivemos medo. (...) com a sabedoria da bíblia também, a nossa sabedoria que estudava a Bíblia direto. Não tinha uma reunião que num tivesse a bíblia no meio. **Todo roteiro que se preparava tinha uma leitura bíblica orientando para a gente não se enrolar e não ter medo**¹⁹⁹.

¹⁹⁵ HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁹⁶ Entrevista com padre Fausto, concedida a autora em 10 de julho de 2008.

¹⁹⁷ Entrevista com Marcela, concedida a autora em 17 de setembro de 2009

¹⁹⁸ Entrevista com Lourdes Rocha, concedida a autora em 19 de novembro de 2009.

¹⁹⁹ Entrevista com Dona Maria, concedida a autora em 19 de outubro de 2009. (grifo nosso)

Desse modo, as Comunidades de Base de Feira de Santana apropriaram-se da Bíblia significando-a em função da sua realidade, o que resultou em práticas consideradas pelos não participantes das CEBs como “baderna e bagunça”. Contudo, a leitura bíblica tornou-se referencial na explicação da sociedade que as circundava, as comunidades não só estavam formadas a partir da base, mas a partir da Palavra, eram Comunidades Eclesiais da Bíblia.

Um modo de aproximar a Bíblia da vida do povo foi à elaboração dos “livrinhos”, boletins, cartilhas da Bíblia para serem trabalhados nas comunidades durante os “tempos fortes” da Igreja como mês da Bíblia, Natal, Quaresma, que trazia a realidade das comunidades. Conta Ana Breda (Linda) que fazia parte do grupo que elaborava o material.

A gente sempre tinha um texto bíblico e um texto que retratava a realidade e a gente ali fazer a relação. E ali na verdade, nas perguntas, que a gente fazia perguntinhas, a gente quase fazia uma análise de conjuntura, né? Que sociedade a gente tem? Uma sociedade desigual, onde poucos têm quase tudo e muitos tem quase nada, não é? Então com esses materiais, com uma linguagem mais simples mais popular(...)A gente optou em elaborar os livrinhos, para elaborar coisas que da Bíblia, mas, que trouxesse também para nossa realidade, para a partir daí a gente fazer essa análise de conjuntura e ver concretamente como a gente pode melhorar a nossa situação? Porque o pano de fundo era a palavra de Deus, mas a gente trazia pra realidade. Deus quer essa realidade que a gente ta vivendo? Não! Então o que a gente pode fazer concretamente para mudar essa realidade?²⁰⁰.

A equipe que elaborava o material (livrinhos, cartilhas) era formada por várias pessoas da Diocese de Feira Santana: padres, freiras e leigos/leigas que trabalhavam com CEBs. É importante ressaltar que o material não era elaborado apenas para essa diocese, mas, de acordo com Irmã Marcela era um trabalho em conjunto com as “Dioceses de Paulo Afonso e Alagoinhas, [preparávamos] subsídios para as novenas com fatos da vida do povo, acontecimentos da nossa realidade, ligando a Bíblia com esta realidade”²⁰¹.

Além de proporcionar às comunidades, subsídios que as ajudavam a ler a realidade, e formação dos membros das CEBs com estudos, textos de Sociologia, Teologia Popular era recorrente. “A gente procurava tá estudando sobre tudo, para tentar clarear (...) a gente teve um período que estudava até Marx, né? Porque a gente precisava ta estudando tudo, para gente vê que tipo mesmo de sociedade a gente quer

²⁰⁰ Entrevista com Ana Breda(Linda), concedida a autora em 23 de outubro de 2009.

²⁰¹ Entrevista com Marcela, concedida a autora em 17 de setembro de 2009

construir e quais são os caminhos, não é?”²⁰². O contato com o aporte teórico marxista entre os membros das Comunidades de Base da cidade não fora tão proeminente, parte dos leigos que assumiram coordenações de grupos de trabalho, tiveram uma formação mais densa e profunda. Assim, não se quer negar que as bases obtiveram contato com o pensamento marxista, mas atentar que não foi constante. Como distinguiu Frei Betto, “o que importa é utilizar a teoria marxista como ferramenta de libertação dos oprimidos”²⁰³, a prática deve superar os aportes teóricos estes devem ser usados para a promoção humana e não como “talismãs” da verdade.

As relações extraeclesiais: o ecumenismo “Lugar de comunhão para toda a humanidade”

Desde o Concílio Ecumênico Vaticano II, novas reflexões e estudos sobre o ecumenismo começaram a dar tímidos passos, na Igreja de Roma. Desde o decreto de 1964 *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo, no qual expunha que “o princípio da unidade é o amor de Deus que nos enviou seu filho”²⁰⁴, a participação de cristãos protestantes e ortodoxos no Concílio Vaticano II²⁰⁵ e na Conferência Episcopal de Medellín²⁰⁶, que embora não tenha produzido nenhum documento oficial sobre o ecumenismo, expressou o esforço e a necessidade de abertura da Igreja latino-americana, pois, afirmaram que a eclesía deveria ser o “lugar de comunhão, na busca do Ecumenismo”, numa dimensão mais ampla nas relações das diferenças religiosas, pois o ecumenismo se restringia somente as Igrejas Cristãs, no entanto havia a necessidade era abrir-se ao diálogo inter-religioso.

Na vinda do Papa João Paulo II em 1980, o Jornal Feira Hoje registrou o apelo à unidade cristã que o Papa fez no encontro em Porto Alegre com cristãos de outras igrejas.

É o sentimento que me domina a alma ao partilhar com os senhores representantes de muitas comunidades evangélicas no Brasil, este momento espiritual de oração e encontro no Senhor. É ele, com efeito, que nos une em

²⁰² Entrevista com Ana Breda(Linda), concedida a autora em 23 de outubro de 2009

²⁰³ BETTO, frei. *Cristianismo & marxismo*. 2ª Ed. Petrópolis: vozes, 1986. p. 36

²⁰⁴ Decreto *Unitatis Redintegratio*, n° 2.

²⁰⁵ Segundo Marcelo Barros, participaram do Concílio 28 pessoas entre ortodoxos e protestantes. BARROS, Marcelo. *O sonho da Paz. A unidade nas diferenças: ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos*. Petrópolis: Vozes, 1995. p.122,

²⁰⁶ Segundo Oscar Beozzo, participaram quatro protestantes da Conferência. BEOZZO, Oscar José. *A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes. 1994, p. 190.

sua graça (...) podem assim, os cristãos, dar juntos, um renovado testemunho de sua fé no Senhor e de sua comum esperança, enquanto se esforçam também em comum, segundo a vocação específica dos discípulos de Cristo, para que as exigências desta mesma fé, fonte da caridade e da justiça, se traduzem na vida concreta particular e pública. (...) não posso deixar de mencionar o que se fez no âmbito de colaboração entre os cristãos em favor dos direitos humanos e sua vigência.(...) refiro-me ao trabalho cotidiano que em tantos lugares e circunstâncias tão diversas pela defesa e promoção de homens e mulheres, especialmente dos mais pobres e esquecidos que a sociedade atual tende frequentemente a abandonar a si próprios e a marginalizar como se não existisse ou como se sua existência não contasse²⁰⁷.

Na segunda visita do Papa ao Brasil em 1991, quando esteve em Salvador, recebeu um grupo de protestantes no palácio episcopal, segundo Elizete da Silva, o “Reverendo João Dias Araújo e sua esposa Prof^a Ithamar Bueno Araújo fez parte da comitiva protestante ecumênica recebida pelo Papa”²⁰⁸. Como na primeira visita o Pontífice continuou demonstrando sua predileção pelo ecumenismo, quando ao diálogo inter-religioso no Brasil não foi tão intenso.

Ainda que os conflitos internos desgastassem a instituição, as CEBs se tornaram referência no respeito e parceria com outras denominações religiosas. No documento de Puebla, o convite ao ecumenismo põe “Face a responsabilidade da evangelização, a Igreja Católica abre-se para o diálogo da comunhão, procurando áreas de participação para o anúncio universal da salvação”²⁰⁹. Continuava, “considerar a dimensão ecumênica, assim como a abertura para o diálogo com o mundo não-cristão e da descrença, como uma perspectiva global do múnus evangelizador, mais que tarefas setoriais”²¹⁰. Em outro artigo “Evangelização e diálogo estejam intimamente relacionados com: cristãos não católicos; os não-cristãos; não crentes”²¹¹. Como discute Beozzo, a efetivação da reflexão sobre o ecumenismo veio com Puebla e se confirmou em Santo Domingo, embora com timidez. As reflexões de Santo Domingo, mas, principalmente de Puebla, perpassou o discurso dos membros e articuladores de CEBs, conforme o Padre Fausto

Uma parte desde o primeiro momento na proposta das CEBs aqui de Feira de Santana houve sempre o respeito para qualquer outra Igreja Cristã. Nunca foi incentivado qualquer movimento de confrontação em relação a outras religiões e também em relação às religiões afro-brasileiras. Aqui em Feira de Santana, a realidade que estava presente era o Candomblé. Então em relação

²⁰⁷ Jornal Feira Hoje, 05 de julho de 1980, p. 8.

²⁰⁸ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Feira de Santana: UEFS, 2007. Trabalho para obtenção do título de professor pleno. p. 225

²⁰⁹ Conclusões da Conferência de Puebla. 8ª Ed. São Paulo: Paulinas, 1986. nº 1097

²¹⁰ Idem, nº 1127

²¹¹ Idem, nº 1098

ao Candomblé, procurou-se sempre esclarecer as diferenças entre a fé cristã e as práticas do Candomblé. Mas, sem semear uma agressividade. Pelo contrário, acho que isso também foi uma atitude muito frequente em todos os grupos²¹².

Albertino Carneiro relatou sua experiência que converge com a primeira.

Nós tivemos uma atuação com Igrejas Evangélicas. Com as demais não. [ele está se referindo ao espiritismo e religião de matriz africana] (...) A Igreja Presbiteriana que foi mais aberta e a Igreja Metodista, mas era uma bispa que saiu daqui e não continuou... A Igreja metodista não se firmou em Feira. Foi a Igreja de João Dias. (...) o MOC tem um cunho ecumênico mas não parece!²¹³.

A prática de respeito aos diferentes grupos religiosos cristãos e de matriz africana parece ter sido uma tônica das comunidades. Outras fontes orais revelam a relação ecumênica existente no campo das lutas sociais e de classe. Sobre a experiência dos trabalhadores na greve geral que aconteceu na cidade, lembra João Carlos Silveira

Se buscava sempre a força da organização sem distinção do credo. Então alguns movimentos foram feitos, até cultos ecumênicos. Nas greves gerais nós tínhamos participação de outras Igrejas e que fazia composição da equipe de trabalho e depois se concelebrava com cultos ecumênicos abertos. (...) Eu acho que é um trabalho muito bom para se desenvolver.²¹⁴

O mesmo fato foi relatado por José Rogério Rosa:

A Igreja Presbiteriana do Pastor João Dias, uma pessoa assim... Impressionante! Sempre quando tinha greves gerais, sempre quando terminava a greve durante o dia, quando terminava uma mobilização reivindicatória a gente fazia uma celebração ecumênica. E essa celebração ecumênica entrava aí os sindicatos, entrava aí religiões, Igreja Presbiteriana, movimento negro feirense como eu falei aqui e outros e outras religiões. O movimento espírita... entravam outras religiões aí. [...] Você pode pertencer a qualquer credo! Então quando você busca algo que ajuda também na espiritualidade na vida, aí esses movimentos se mantêm de pé!²¹⁵.

Os dois relatos supracitados vão ao encontro do discurso das CEBs, que segundo Frei Betto, também são “Movimentos populares, surgidos com a participação dos membros das comunidades. Nesses movimentos, entram católicos, protestantes, espíritas, ateus(...). muitos participavam de sindicatos autênticos, procuram valorizar o sindicato como verdadeiro órgão de classe, atuam nas greves e lutas de sua categoria”.²¹⁶ Ao que parece, tais fatos não são combinações meticulosas, programadas para seguir a

²¹² Entrevista com Padre Fausto, concedida á autora em 10 de julho de 2008.

²¹³ Entrevista com Antonio Albertino Carneiro, concedida á autora em 05 de junho de 2009.

²¹⁴ Entrevista com João Carlos Silveira, concedida á autora em 12 de abril de 2008.

²¹⁵ Entrevista com Jose Rogério Rosa, concedida á autora em 18 de maio de 2009.

²¹⁶ BETTO, Frei. *O que é comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: brasiliense, 1981. p. 23

risca, e obedecer ao roteiro das CEBs, mas aparenta ser parte de um processo que aconteceu em outros lugares, com situações e sujeitos diferentes, mas com uma fator semelhante a sua condição de trabalhador, de “pobretariado” como discutiu Löwy²¹⁷.

No período da ocupação do antigo Campo de Aviação que com a ocupação se formou o bairro do George Américo a Irmã Marcela afirma,

As CEBs é partir da necessidade do povo. Se não for ecumênico não é raiz das CEBs. Quando começamos o trabalho na ocupação do George Américo e íamos fazer as casas em mutirão, ninguém perguntava a religião de ninguém! As casas era feita para todos porque todos precisam de dignidade, todos era filho de Deus! As pessoas que participavam do Candomblé também participava de tudo e ninguém tinha problema. Foram feitas celebrações ecumênicas com uns Batistas eu acho. Eram nas casas do povo que nós celebramos, mas sem querer saber o credo de ninguém. Era a vida que tinha que dar sentido a fé e vice-versa²¹⁸.

As relações construídas neste espaço podem ser interpretadas como princípio da vida e da dignidade humana, ou seja, o elemento aglutinador destes grupos religiosos não incidiu nas demandas da religião, as opções religiosas foram suplantadas, pois, encontravam-se na mesma condição social de pobreza e reivindicações.

As experiências ecumênicas foram vivenciadas em várias realidades, em meados da década de 1980, o diácono Gilberto recorda a positiva experiência de união entre católicos e protestantes no bairro que trabalhavam.

Em Pampalona nós tínhamos uma amizade muito grande com a igreja Quadrangular, era um caso até atípico. A Igreja de Pampalona, é... nós levamos 10 anos para construir uma capela de 6 por 12. E a igreja do Evangelho quadrangular na rua Sítio Novo a igreja também ela na época era uma igreja de 6 por 12. E nós fazíamos mutirão. Na época existia um coordenador chamado José do Violão, era, o coordenador da igreja. Um domingo nós trabalhávamos na igreja de Pampalona junto, no outro domingo nós fazíamos mutirão na igreja dele e eu preguei muitas vezes na Igreja do Evangelho Quadrangular, na época eu era coordenador de comunidade, fiz muitas celebrações comunitárias juntas, nós, é... falávamos do amor de Deus juntos, nós pregávamos juntos²¹⁹.

As relações de diálogo entre os grupos religioso da cidade transcendem as questões de crenças e doutrinárias, mas, convergem para a busca do comum a todos os sujeitos, sem necessariamente fixar-se no credo a que pertencem. O caso da comunidade de Pampalona é significativo, juntos construíam seus templos e falavam do amor de

²¹⁷ LÖWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. São Paulo: Cortez/autores associados, 1991. p.33

²¹⁸ Entrevista com Maria Theresia Seewt (Irmã Marcela) concedida á autora em 17 de setembro de 2009.

²¹⁹ Entrevista com o Diácono Gilberto Santana dos Santos, concedida á autora em 15 de setembro de 2009.

Deus, realidades comuns que ultrapassaram a dimensão da fé. A práxis das Comunidades de Base no cenário nacional suscitou uma “vontade coletiva” para o intercâmbio com outros grupos religiosos, porém, não se pode negar que ocorreram dificuldades entre católicos, protestantes e religiões de matriz africana, principalmente com o Candomblé.

A contribuição das Congregações Religiosas

O desenvolvimento das Comunidades de Base em Feira de Santana, contou com o apoio de ordens religiosas, principalmente femininas. Estas foram o que podemos chamar de força da Igreja, pois estavam na base desde sua formação. No início da década de 1980 várias Congregações femininas chegaram à cidade e foram incentivadoras e acompanharam a formação das CEBs. Trabalhavam em parceria com os padres estrangeiros que já pastoravam aqui. Como afirma Löwy:

As CEB's começaram a crescer sob o impulso de um grande numero de padres e de religiosos e com o apoio dos bispos radicais. As Religiosas de Ordem femininas foram não apenas as mais numerosas existem 37 000 irmãs no Brasil – mas também, por qualquer outro fator de comparação, as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades²²⁰.

Os dados apresentado por Löwy são referentes ao princípio da década de 1970. Em Feira de Santana, aconteceu na transição da década de 1970 para o início de 1980. Numa reportagem sobre a caminhada da diocese, Dom Silvério afirmou “existem vários grupos organizados pelas comunidades (...) que contam também como o apoio de freiras da Diocese”²²¹. No livro de tombo da Paróquia do Cruzeiro, desde 1979 encontra-se registro da presença de Irmã Milagres da Congregação das Missionárias do Calvário²²², trabalhava como enfermeira no município e dedicava os tempos livres e o sábado e domingo, a um trabalho de orientação de comunidades.²²³ Outras religiosas

²²⁰ LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991. p. 56

²²¹ Jornal Feira Hoje, 05 de agosto de 1980, p. 4

²²² Não foram encontradas informações sobre a referida Congregação.

²²³ Não se sabe muita coisa sobre a presença dessa religiosa, apenas que era espanhola. Livro de tombo I da paróquia Senhor do Bonfim (Cruzeiro) p. 22

também chegaram à cidade e foram habitar nas periferias, como é o caso de Marcela, que pertencia a Congregação da Santa Cruz²²⁴.

Irmãs começaram a se inserir em pequenas comunidades no meio do povo. Eu era uma delas. Na década de oitenta cheguei em Feira de Santana, fui morar no Campo Limpo, naquele tempo um bairro de má fama. Encontrei outras pessoas na Diocese de Feira que fizeram também a opção de colocar os pés junto a esse povo.²²⁵

Outras religiosas adentraram nas paróquias fazendo um trabalho na base. No livro de Ata da Paróquia da Gabriela foi encontrado um relato de agradecimento às Irmãs da paróquia pelo serviço que estavam prestando a comunidade na animação da caminhada das comunidades e formação de lideranças²²⁶. O relato foi encontrado numa reunião do Conselho Paroquial em 1998, porém, deve-se considerar que as Irmãs chegaram àquele bairro desde o final da década de 1980²²⁷. Nas fontes orais há referência a religiosas como Francelina e Isabel da Congregação Felicianiana²²⁸, Irmã Ana Maria²²⁹, Irmã Delcy²³⁰ e outras religiosas. A participação de religiosas neste trabalho de animação de comunidades na “linha” das CEBs foi modesta, mas eficaz.

No livro de tombo da Paróquia do Cruzeiro encontram-se um relato do padre sobre a importância de dar formação ao leigo e principalmente desta cidade. A responsável por acompanhar a formação do laicato era uma religiosa. Isso expressa a importância das religiosas no processo formativo e libertador dos leigos de Feira de Santana. O presbítero lembra-se da colaboração das religiosas nos trabalhos pastorais e no acompanhamento aos leigos e na organização das comunidades.

O nosso trabalho [foi] acompanhado, sobretudo, por religiosas que começaram a trabalhar aos poucos e se inseriram, inseriram-se cada comunidades num dos núcleos[da paróquia] e eram então três áreas de trabalho e em cada uma delas tinha uma comunidade religiosa e depois com um trabalho muito forte com os encontros que se faziam para a formação dos animadores de grupo e comunidades²³¹.

²²⁴ A congregação é de origem alemã. A Irmã Marcela deixou a Congregação no final dos anos oitenta, todavia, continua morando no Campo Limpo. Foi conservado no texto a expressão Irmã por ela ser ainda referida assim pelos entrevistados e pela comunidade católica

²²⁵ Entrevista com Maria Theresia Seewt (Irmã Marcela) concedida á autora em 17 de setembro de 2009.

²²⁶ I Livro de Tombo paróquia São Francisco de Assis (bairro da Gabriela), p. 51.

²²⁷ As Irmãs do Sagrado Coração de Jesus chegaram em 1989, para morar no bairro periférico do Sítio Novo; as Irmãs da Providência de Gap chegaram no mesmo ano, porém, não consta o bairro de residência quando a vinculação paroquial ainda era o Cruzeiro.

²²⁸ A Congregação das Irmãs Felicianas foi fundada no início no século XIX na Polônia, por Maria Ângela Truszkowska.

²²⁹ Não se sabe ao certo a qual Congregação pertencia à religiosa.

²³⁰ Pertencente a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, fundada na Holanda em 1835, por Catarina Damen.

²³¹ Entrevista com padre Fausto concedida á autora em 10 de julho de 2008.

A contribuição de alguns religiosos de Congregações masculinas também foi importante em Feira de Santana, nas fontes orais alguns nomes foram rememorados como Frei Rutivalter, Frei Delson, Padre Sérgio e Padre Alfredo e outros. O Frei Rutivalter é religioso da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos²³², desenvolveu um trabalho junto às comunidades da Paróquia Santo Antônio no bairro dos Capuchinhos principalmente na década de 1990. Além dele, o Frei Delson²³³ colaborou com a equipe das CEBs na cidade, principalmente na década de 1980. No livro de Tombo da Paróquia dos Capuchinhos há um relato de um encontro de padres Capuchinhos que trabalhavam diretamente com CEBs no Brasil²³⁴.

O Padre Sérgio, religioso da congregação Missionário da Consolata²³⁵ animava as comunidades na Paróquia da Santíssima Trindade no bairro do Feira X, no livro de atas da paróquia vários momentos foram encontradas falas do sacerdote incentivando as comunidades a “construir um rosto de CEBs, participando das atividades”²³⁶. A partir da leitura dos documentos desta paróquia ficou patente o crescimento das comunidades a partir da chegada dos padres Missionários da Consolata em 1996, a organização das comunidades adquiriram traços populares, como a formação de grupos de rua que necessariamente não se organizaram com o estilo das CEBs.

O Padre Alfredo era Jesuíta e segundo Ana Breda(Linda), “padre Alfredo que morou aqui em Feira, que ele deu muito apoio também a CEBs, ele morava ali na Queimadinha”. No memorial dos dez anos da Paróquia de Todos os Santos o Padre Alfredo consta como o primeiro pároco, pois, a Paróquia de Todos os Santos foi erigida em 1989, porém os jesuítas habitavam na cidade desde meados da década de oitenta. No memorial, Padre Alfredo é referido como grande animador e criador de comunidades e pastorais daquela freguesia.

Como pontua Löwy, “as ordens religiosas 157 mil pessoas em toda a América Latina – representam a maioria dos operadores das novas pastorais sociais e dos

²³² Os Capuchinhos é uma parte das três divisões que existem dentro Congregação franciscana. Uma jeito de viver o espírito original de São Francisco de Assis e seus primeiros companheiros.

²³³ Frei Manoel Delson P. da Cruz foi ordenado bispo e atualmente é o episcopo da Diocese de Caicó no Rio Grande do Norte.

²³⁴ Livro de Tombo I da paróquia Santo Antonio (bairro Capuchinhos) p. 52

²³⁵ Congregação fundada na Itália pelo Padre José Allamano em 1901.

²³⁶ Livro de Ata I da paróquia da Santíssima Trindade (bairro Feira X) p. 25

animadores das comunidades de base”²³⁷. Desse modo, as Congregações Religiosas femininas e masculinas que compuseram o campo religioso católico feirense durante as décadas de 1980 e 1990 tiveram papel relevante na organização e animação das Comunidades Eclesiais de Base.

É impossível negligenciar o papel notório dos padres estrangeiros na América Latina “principalmente espanhóis, franceses e norte-americanos”, segundo Löwy, o contato destes com realidades de desventura e “contraste entre as condições de vida dos seus países de origem e a miséria absoluta que eles encontravam em sua terra de missão vai provocar em muitos deles uma verdadeira conversão moral e religiosa ao movimento de libertação dos pobres”²³⁸.

O ingresso dos clérigos na busca da transformação da realidade social do povo contribuiu com intensidade na difusão da Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base. Na cidade de Feira de Santana a presença maior foi de padres espanhóis, como Fausto, Avelino, Castor e posteriormente, Miguel e Luis Ângelo, estes contribuíram na organização das Comunidades de Base. Todavia, não se quer negar que padres seculares brasileiros não tenham corroborado com a “Igreja popular”, mas, o desempenho foi irrisório e em Feira de Santana, os casos foram diminutos. Segundo Padre Fausto, “entre os padres eu nunca percebi uma oposição aberta, mas sim uma falta de apoio em muitos casos”. Como o referido clérigo fora coordenador de pastoral da diocese, matinha um contato direto com os demais sacerdotes podendo assim, constatar que era um desafio das Comunidades caminharem nas paróquias. Com frequência os sacerdotes brasileiros não colaboraram com o trabalho na base, não investia na formação laical e tão pouco dava espaço para o crescimento interno na instituição e nos problemas sociais.

Embora tal dificuldade tenha sido tangível em alguns casos, as CEBs da cidade contornaram os problemas internos da instituição e aturaram enfrentando alguns problemas sociais localizados principalmente nos bairros periféricos. Foi um período de intensa militância dos católicos feirenses com atividades, articulação e participação da Igreja na base, o laicato assumiu responsabilidades e em alguns momentos detiveram um papel basilar na organização da vida interna das pequenas comunidades.

²³⁷ LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991. p.

36

²³⁸ Idem, p. 38

CAPÍTULO III

A IGREJA MILITANTE EM FEIRA DE SANTANA

“Lhes mostrarei a minha fê pelas obras” (Tiago 2,18)
(Bíblia Edição Pastoral)

*Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm,
Se não vêm nossos direitos o Brasil perde também.*
1.Confiando em Cristo Rei que nasceu lá em Belém
e morreu crucificado porque nos queria bem,
confiando em seu amor se reclama até doutor.
E nossos direitos vêm.
2.Quem negar nossos direitos será negado também,
chega de tanta promessa sem cumprir para ninguém,
mas com os irmãos unidos o mundo muda de sentido,
mas nossos direitos vêm.
(Livro A Comunidade Canta, autor desconhecido)

Performance das CEBs

Com base na documentação analisada, é possível afirmar que as primeiras comunidades com o “rosto” de CEBs aconteceram principalmente nos bairros da periferia da cidade, Rua Nova, Gabriela, Baraúna, Pampalona, Sítio Novo, Asa Branca, Campo Limpo, Feira VI e posteriormente George Américo. Com ressalvas para o primeiro bairro que embora não fosse da periferia, era um bairro de “má fama” na cidade. Como fora discutido no primeiro capítulo, as pessoas que chegaram à cidade fugitivas da seca ou em busca de trabalho no Centro Industrial Subaé, foram morar na periferia da “Princesa do Sertão”.

As Comunidades de Base nasceram a partir da realidade e necessidades da população que estava à margem, pois, esta ocupava o mesmo espaço, vivia sob as mesmas condições de moradia indigna, sem trabalho, transporte coletivo, acesso à saúde e educação. O fato de experimentar os mesmos problemas, os sujeitos da situação organizaram-se na busca de soluções coletivas. Como aponta Irllys Alencar “As reuniões das CEBs constituíram momentos de explicar trajetórias individuais, onde se

construíram identidades a partir de situações comuns vivenciadas”²³⁹. A religião pode ser vista aqui não como o ópio do povo, mas como locus de reflexão e busca de transformação da realidade. Nesse contexto a Igreja Católica foi o espaço aglutinador que impulsionou ações concretas para a resolução de problemas.

Uma das indagações que deram origem a esse trabalho se referia à busca de indícios da atuação dos católicos feirense frente aos problemas sociais da urbe. O contato com as fontes possibilitaram identificar o desempenho da Igreja Católica em particular as CEBs que podem ser observadas de modo heterogêneo, ora é possível identificar as comunidades que atuaram isoladamente, sem outras parcerias, ora é possível perceber uma atuação mais ampla, mesclada com associações de moradores e sindicatos existentes.

Diante dos problemas sociais de boa parte dos bairros periféricos como falta de saneamento, transporte coletivo, escolas e postos de saúde, havia uma articulação das Comunidades para reivindicar junto ao poder público. Na Paróquia do Cruzeiro uma das manifestações foi contra uma fábrica de alumínio no bairro do Sobradinho, “era uma fábrica de alumínio situada naquela região ali de Gabriela, próximo ao Sobradinho, que também vinha trazendo várias consequências para muita gente que morava naquela região. E houve uma luta muito grande, muito grande!”²⁴⁰. Lembra-se do mesmo problema João Carlos Silveira:

[houve] a identificação de um problema no bairro que era uma fábrica de alumínio e essa fabrica de alumínio fez com que a comunidade se organiza e desenvolvesse esse método do ver, julgar e agir. (...) Então identificado o problema que estava fazendo com que as famílias tivessem prejuízos grandes no sentido de prejudicar a estrutura das casas, animais, ratos, insetos trazidos por essa fábrica que ela começou no meio residencial, no quarteirão (...) Então nós fizemos varias reuniões, vários encontros com todos os moradores com todos os membros das comunidades e partimos para julgar essa realidade, o porquê dessa fábrica estaria naquele meio. Identificado o problema e visto que não era lícito que se estabelecesse uma fábrica numa área residencial, ela teria que está localizada em um centro industrial que era o CIS, Centro Industrial Subaé, então fomos agora pressionar o prefeito que deveria responder para não permitir mais a licença de funcionamento dessa fábrica. Mas, houve resistência, (...) teve que ter caminhada, passeata até a prefeitura e por fim, por mais de dois anos de insistência e de resistência, nós conseguimos que a fábrica fosse transferida para o CIS²⁴¹.

²³⁹ BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Incômodos Hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos Partidos Políticos nos movimentos sociais urbanos. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott(org). *A Igreja na base em tempos de transição*. Porto alegre: L& PM: CEDEC, 1986. p. 141.

²⁴⁰ Entrevista de Jose Rogério Rosa, concedida à autora em 18 de maio de 2009.

²⁴¹ Entrevista de João Carlos, concedida à autora em 12 de abril de 2008

Concernente ao referido problema, no livro de tombo da Paróquia do Cruzeiro, escreveu o Padre Fausto: “continuamos buscando saída para o problema da fábrica de alumínio. Foi levado à Prefeitura um abaixo-assinado pedindo que a fábrica seja desativada, e este abaixo-assinado foi lido em programas de rádio para ter mais repercussão”²⁴². E de fato houve repercussão, pois, no Jornal Feira Hoje encontra-se uma reportagem sobre a fábrica e uma advertência da Prefeitura, orientando o dono a “tomar providencias antipoluentes em 90 dias”²⁴³. Como relatou João Carlos, a fábrica transferiu-se para o CIS posteriormente, pois os moradores continuaram a reclamar e denunciar²⁴⁴.

Dificuldade similar aconteceu no bairro do Campo Limpo, no qual uma fábrica de refino de óleo lubrificante denominada Decaoil, provocava poluição do ar, mau cheiro, doenças na população e principalmente nas crianças, como náusea, vômito e irritação nos olhos. As queixas da comunidade eram recorrentes, pois além da fábrica de óleo, tinha uma saboaria que somava os problemas de péssimo odor e poluição do ar. Segundo membros das comunidades, um longo caminho foi feito para retirar a fábrica Decaoil do bairro. No jornal Feira Hoje²⁴⁵ ao longo dos anos foram encontrados movimentos de protesto e reprovação da comunidade. Quanto à saída da saboaria, não foi comentada pelos entrevistados. Lembra a militante Ana Breda(Linda) que

Uma luta fortíssima que a gente teve, que eu me lembro que a gente fechou aquela BR, ali da passarela agora né? Que tinha uma fábrica ali (...) uma fabrica poluente a Decaoil, né? Que a gente foi uma luta grande da associação e a ultima manifestação que a gente fez, a gente queimou pneu na pista, fechou a pista, fechou aquela BR , eu me lembro que ate hoje eu acho que eu tremo que eu tava no microfone na hora falando da luta e chega a policia, e a gente tem logo medo, né? (...) mas depois dessa grande manifestação em pouco tempo eles desativaram a Decaoil (...) Então, foi também uma das lutas que eu entendo que foi assim, pessoas de fé, pessoas cristãs, não é? que não se contentava só em rezar, mas realmente pras ações pra gente ver coisas concretas acontecerem pra melhorar a vida do povo, que eu acho que Jesus Cristo queria era isso, ver concretamente a vida do povo mais digna né? O povo vivendo mais dignamente²⁴⁶.

O protesto dos moradores do Campo Limpo citado acima, foi veiculado no periódico Feira Hoje²⁴⁷. O jornal criticava as autoridades municipais, e após tal ato,

²⁴² Livro de tombo da paróquia Senhor do Bonfim (Jardim Cruzeiro), p. 38

²⁴³ Jornal Feira Hoje, 10 de setembro de 1981, p. 3

²⁴⁴ Jornal Feira Hoje, 10 de julho de 1982.

²⁴⁵ Os moradores reclamavam no Jornal Feira Hoje, 05 de março de 1981. p. 3; Feira Hoje, 25 de janeiro de 1990; 15 de julho de 1990; 08 de janeiro de 1993.

²⁴⁶ Entrevista de Ana Breda Mascarenhas(Linda), concedida a autora em 23 de outubro de 2009.

²⁴⁷ Jornal Feira Hoje, 10 de agosto de 1993, p.4

criou-se uma comissão de vereadores²⁴⁸ para apurar as denúncias da comunidade, feita há anos. Com a constatação do grande índice de poluentes exalado pela fábrica, foi transferida para o CIS, embora recorresse na justiça²⁴⁹ para não sair do perímetro urbano.

A manifestação dessa comunidade acima descrita foi o resultado de outras atividades realizadas previamente. Dona Maria que participou ativamente de todo processo de luta descreveu um desses momentos em que a comunidade do Campo Limpo se reuniu para pensar seus problemas, tomar posições e agir.

A gente fazia reuniões em cada rua, entendeu? Para juntar esse povo. Para o povo descobrir a necessidade do bairro. E aí, casa pessoa ia dizendo e a gente ia fazendo um roteiro. Esse grupo que eu falei, fazia esse roteiro, junto com Marcela. (...) a gente fazia uma reunião para descobrir a necessidade que estava passando ali. E com isso a gente foi descobrindo em cada rua as necessidades. Depois que nós descobrimos cada rua, nós pedimos uma assembleia tudo na linha de comunidade das CEBs, entendeu. Uma assembleia grande! Juntou gente de todas as ruas. E fizemos de novo outro roteiro para saber de todas essas necessidades o que era descoberto para se caminhar em cima desse trabalho. Por que foram muitas coisas que disseram sabe? Foi buraco nas ruas, foi sem luz, foi a violência, foi as pessoas com necessidade, de fome também, sabe? Muita coisa foi descoberta. Aí nós juntamos isso tudo com outro roteiro nessa assembleia para as pessoas ir dizendo as mesmas coisas e a gente ir descobrindo qual é o caminho que a gente tomava(...) E aí foi descoberto mesmo, eles falaram, falaram, falaram.... E teve uma coisa que foi a luta do ônibus, entendeu? O Ônibus não passava na rua, o povo trabalhava e perdia até horário, porque tiraram o ônibus da rua entendeu? Perdia até o horário de trabalho. Então nós trabalhamos em cima dessa coisa do ônibus, todo mundo sentia esse problema. O mais falado, entendeu? A gente trabalhava assim, o mais falado é que gente vai trabalhar porque tá todo mundo sofrendo com a mesma coisa. E nós trabalhamos em cima dessa luta dos ônibus. (...) E nós lutamos aí dois anos com essa luta. Esse grupo todo que eu falei, entendeu? Dois anos nós tivemos essa luta com esse ônibus. Com dois anos foi que nós tivemos a vitória!²⁵⁰

Na longa descrição dos problemas da comunidade e a leitura feita da realidade, é perceptível o uso do método ver, julgar e agir. Vai ao encontro da memória de dona Maria, a afirmação de Irmã Marcela e outros depoentes, concernente a fundação da Associação de Moradores do Campo Limpo. Eles asseguraram que a associação fora fundada em parceria com a Igreja Católica na segunda metade da década de oitenta e vários encontros e estudos foram realizados antes da fundação. Tal informação contradiz com a dissertação de mestrado de Igor Gomes, sobre o PT da cidade, que

²⁴⁸ Jornal Feira Hoje, 13 de agosto de 1993, p. 2

²⁴⁹ Jornal Feira Hoje, 19 de agosto de 1993, p. 5

²⁵⁰ Entrevista de Maria Gomes Souza, concedida a autora em 19 de outubro de 2009.

afirma “em 1980, Rocha com algumas pessoas, fundou a AMBACLA”²⁵¹, além disso, o jornal *Feira Hoje* veiculou uma reportagem relatando uma assembleia dos moradores do Campo Limpo, que “foi convocada pela associação dos moradores, entidade **criada recentemente** que tem na presidência José Rocha da Silva, que considera o transporte coletivo do bairro como um dos piores da cidade”²⁵². Estes decidiram encaminhar um documento em protesto ao sistema de transporte do bairro. É um fato instigante pensar que depois de sete anos de fundada (se o marco é 1980 que AMBACLA) seja ainda considerada como uma entidade recém-criada.

Além disso, ainda no trabalho de Igor Gomes encontra-se a afirmação de que “uma das associações com maior destaque em Feira de Santana foi a AMBACLA (Associação dos Moradores do Bairro do Campo Limpo e Adjacências)”²⁵³. A associação diferiu das demais porque não estava atrelada a grupos políticos, desse modo, foi a mais ativa. Vale dizer que a intensa atuação dessa associação se deu principalmente por conta da relação dos membros das Comunidades Eclesiais de Base com a AMBACLA, ou seja, muitos membros das CEBs eram também da associação. Todas as lutas citadas por Igor Gomes, como a mobilização por transporte coletivo, passeata e manifestação em frente à Prefeitura, ele reconhece como ação da Associação de Moradores, todavia a Comunidade de Base do Campo Limpo estava vinculada a todas elas, inclusive a luta da Decaol.

Houve uma mobilização dá associação da AMBACLA, com os movimentos(...)Marcela tava muito envolvida nessa questão, Linda também, nós também da paróquia. Todos éramos convidados para participar dessa mobilização.[padre] Fausto também(...)vários leigos, então muitos da gente estavam assim, muito envolvidos²⁵⁴.

O desentendimento de membros da Igreja Católica nos anos vindouros com José Rocha foi resultado dos desencontros das práticas sociais defendidas por ambos, principalmente com relação ao uso da associação para interesses particulares (oportunistas), um dos fatores que determinou o afastamento dos membros das Comunidades de Base da Associação de Moradores do Campo Limpo. Na percepção de Irmã Marcela, “a relação das Comunidades de Base com à associação de moradores foi na intenção de evitar a influência de grupos que ‘pongavam’ no povo para tirar

²⁵¹ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT em Feira de Santana-Bahia(1979-2000)*. Niterói: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado em História.p.242

²⁵² Jornal *Feira Hoje*, 19 de fevereiro de 1987. p.4 (grifo nosso)

²⁵³ SILVA,2007.p. 241

²⁵⁴ Entrevista de Rogério da Silva Rosa, concedida a autora em 18 de maio de 2009.

proveito”. Converte com a discussão de Maria Victoria Espiñeira, sobre a presença da Igreja Católica, principalmente de padres estrangeiros ditos progressistas junto às associações de bairros na cidade Salvador, num período em que os moradores eram ameaçados pela prefeitura²⁵⁵. Em Feira de Santana, na década de 1980, algo semelhante aconteceu, a ameaça de oportunistas nas associações de moradores. A intervenção da instituição católica por meio das CEBs adveio, todavia, como percebeu Paulo Krischke, “a Igreja não exerce, do ponto de vista dos líderes do movimento uma influência organizativa explícita, embora forneça apoio institucional á iniciativa própria dos moradores”²⁵⁶, a Igreja é impulsionadora do movimento, mas, não lidera. Isso foi recorrente na atuação da Igreja em muitas cidades do Brasil, São Paulo é o mais versado, no qual a organização de grupos ligados a Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base, foram ampliando a visão da realidade e da luta, e posteriormente ganharam autonomia, deixando a tutela da Igreja²⁵⁷.

A Associação de Moradores do Campo Limpo tornou-se referência para as demais, inclusive, as paróquias e Comunidades de Base que perceberam a necessidade de fundar uma associação nos respectivos bairros, buscaram ajuda na AMBACLA. Foi o exemplo de algumas comunidades da Paróquia dos Capuchinhos, que durante quase um ano estudaram o material fornecido pela AMBLACA para fundar a associação da

Comunidade Santa Mônica, mas que se estendeu a outras comunidades, criar associações nas comunidades. Agente estudou um ano o que era associação e para que? A gente, é, registra a nossa associação a ADESM lá na comunidade. É quando surge também no bairro do aviário, na comunidade do Rosário, né? Por que a gente começa todo um intercâmbio com essas comunidades que tem essa característica²⁵⁸.

No bairro do CASEB, a Associação de Moradores e a Igreja Católica iniciaram um trabalho em conjunto.

Teve um período que a questão mais trabalhada foi a questão das casas que havia aqui na João Durval. Essas casas... a prefeitura queria colocar à avenida João Durval e os moradores teriam que sair. Mas, eles não queriam dar uma casa para esses moradores. Então à associação de moradores juntamente com a Igreja caminhavam juntas e a partir de muitas reuniões, muitas lutas, muitas

²⁵⁵ESPIÑEIRA, Maria Victoria. *O partido, a igreja e o estado nas associações de bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997. p. 48-49

²⁵⁶KRISCHKE, Paulo. As CEBs na “abertura”: Mediações entre a Reforma da Igreja e as Transformações da Sociedade. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott(org). *A Igreja na base em tempos de transição*. Porto alegre: L& PM: CEDEC, 1986. p. 190

²⁵⁷O trabalho de Eder Sader retrata a situação. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 197-310

²⁵⁸Entrevista com Lourdes Rocha, concedida a autora em 19 de novembro de 2009.

reivindicações conseguiu que fosse feita a casa para os moradores da Avenida João Durval²⁵⁹.

A entrevistada não se referiu à Comunidades Eclesiais de Base formada naquele período, contudo, mencionou que esse fato era uma evidencia da luta da comunidade unida à associação. A partir da década de 1990 é que a paróquia organizou um trabalho de CEBs. Nas atas da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, encontram-se vários registros de atividades da Associação dos Moradores do CASEB em parceria com a paróquia, inclusive, a Associação de Moradores do bairro tinha um representante no Conselho Comunitário e no Conselho da Paroquial no qual todas as comunidades e pastorais tem representatividade²⁶⁰.

No bairro Feira V, ao iniciar a Comunidade de Base surgiu à busca por melhorias no bairro e uma Associação de Moradores que trabalhasse promovendo mudanças na qualidade de vida da comunidade.

Tivemos aqui, onde nós estamos morando no Conjunto Feira V, a construção de uma Comunidade Eclesial de Base. Nós começamos pela base, identificando através dos encontros Natal em família, mês da Bíblia, nós identificamos através desses encontros do mês da Bíblia no final, decidimos saber no conjunto onde nós moramos qual o problema mais afetado que tinha no conjunto e isso foi uma decisão em comum dentro daquela reunião e foi feita uma pesquisa em todo bairro e se identificou três situações que estavam prejudicando esse bairro. **O primeiro seria transporte coletivo, o segundo a construção de uma associação de moradores autêntica e o terceiro, seria a construção de uma Igreja**²⁶¹.

A identificação dos problemas e necessidades do bairro foi possível a partir do método ver, julgar e agir, utilizado pelas Comunidades de Base nos processos de análise da realidade, reflexão, avaliação do problema, tomada de decisões e atuação (práxis). João Carlos complementa

(...) Nós começamos a trazer soluções para os problemas identificados nesta pesquisa, através desses encontros do mês da Bíblia. E aí o primeiro foi o transporte coletivo, trouxemos o diretor do serviço de concessões da Prefeitura de Feira, reunimos os donos das empresas, seria o dono da empresa na verdade, que era a TransFeira o nome da empresa, era dois ônibus só que servia muito mal. Então desse encontro entre o diretor dos serviços de concessões, os donos da empresa e todos os moradores convidados em assembléia, se resolveu, buscou a solução para resolver o problema do transporte coletivo. Depois ficou a situação da associação de moradores e fizemos uma retomada. Existia já um envolvimento de algumas pessoas de uma forma de interesse pessoal (...) Então nós

²⁵⁹ Entrevista com Marizete Pires, concedida a autora em 02 de novembro de 2009.

²⁶⁰ Livro de Ata I da Paróquia Nossa Senhora de Fátima (bairro do CASEB). p. 13

²⁶¹ Entrevista Com João Carlos Silveira, concedida a autora em 12 de abril de 2008. (grifo nosso)

provocamos uma eleição e dessa eleição nós começamos um trabalho com a associação de moradores²⁶².

A organização da comunidade foi fundamental para que os pontos de ação fossem solucionados e a fundação da Associação de Moradores entrou como elemento de pressão e representatividade da comunidade para que os compromissos fossem efetivados. Outro momento forte de mobilização das Comunidades de Base da Paróquia de Todos os Santos(o bairro Feira V pertence a esta paróquia), ocorreu quando os leigos organizaram uma comissão com o pároco para reivindicar ao poder público municipal melhorias para os bairros. “Em 06 de junho de 1997, padre João Pedro e alguns representantes de CEBs foram até o prefeito reivindicar melhorias para o bairro da Queimadinha e os bairros que compõem a paróquia como Feira V, Campo do Gado, Centenário”²⁶³. A Igreja Católica nos bairros periféricos de Salvador, conforme Espiñeira era suporte e infraestrutura²⁶⁴ para às camadas populares, em Feira de Santana, a Igreja Católica nas bases vivenciou uma experiência aproximada.

A adesão da Igreja na base não se restringiu às associações de bairro, fez também parceria com sindicatos. Em Feira de Santana, o trabalho maior foi com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, afirma Irmã Francelina que a aproximação do sindicato dos trabalhadores aconteceu, porque os existentes eram “pelegos” e os pobres não tinham a quem recorrer. Um momento em que membros das Comunidades de Base participaram em parceria com outros grupos e entidades, foi no ato de protesto pela ocasião da inauguração da União Democrática Ruralista (UDR).

Um que eu me lembro (...) quando os ruralistas vieram fundar o Sindicato deles aqui, né? Que ia ser no Palace Hotel, e toda a agente se concentrou ali na Getúlio Vargas, né? O grupo todo lá gritando, nossos gritos de guerra, né? E a inauguração, ia ser a fundação, ia ser no Palace. E o Palace cancelou, né? Essa coisa, e foram para uma churrascaria. Mas nem assim agente abandonou, né? Fomos para lá para dentro²⁶⁵.

Tal manifestação ocorreu com a participação de Sindicatos Rurais de Feira de Santana e região além de outras entidades. Percorreram as principais ruas da cidade com faixas e cartazes que repudiavam a UDR e inviabilizaram sua instalação no horário

²⁶² Idem.

²⁶³ Livro de Ata I Paróquia Todos os Santos (bairro da Queimadinha). p. 31 A pauta reivindicações não forma encontradas.

²⁶⁴ ESPIÑEIRA, Maria Victoria. *O partido, a Igreja e o estado nas associações de bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997. p. 52

²⁶⁵ Entrevista com Irmã Francelina, concedida à autora em 22 de fevereiro de 2008.

previsto, apesar disso, a fundação do núcleo da UDR acabou acontecendo noutro espaço, na Boate Cabaret, á noite²⁶⁶. Na reportagem que cobriu o ato em protesto à instalação da UDR, em momento algum a presença e apoio da Igreja hierarquia ou da base foram mencionados no jornal, contudo, a participação da eclesía local ocorreu a ponto de incomodar o presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado. Em entrevista ao jornal Feira Hoje, Caiado firmava que a UDR se relacionava muito bem com a Igreja do Papa João Paulo II, mas com a Igreja de Casaldáliga, Boff, os outros que ele chama de Igreja progressista, afirmou não ter interesse em boa convivência²⁶⁷. O Bispo Dom Silvério já havia declarado ser contrário à vinda da UDR para Feira²⁶⁸, porque só beneficiaria os grandes latifundiários em detrimento do pequeno agricultor. Foi duramente criticado por membros da UDR, mas, recebeu apoio dos sindicalistas, representantes de algumas associações e do Partido dos Trabalhadores²⁶⁹. As injúrias ditas ao epíscopo não formam encontradas.

A década de 1980 foi marcada por um intenso período de greves em todo Brasil, a maior recorrência, contudo, aconteceu nos três últimos anos, sendo 1987 o ápice da manifestação dos trabalhadores²⁷⁰. De acordo com Igor Gomes as greves gerais em Feira de Santana só se consolidaram a partir de 1985²⁷¹. A presença de membros da Igreja Católica em meio aos sindicalistas já vinha acontecendo desde o final da década de setenta, com a Pastoral Operária principalmente na região do ABC paulista como Frei Betto, outros religiosos e leigos. Desse modo, nas greves que ocorreram desde então, o envolvimento de membros das Comunidades de Base de Feira de Santana foi recorrente, rememora o militante das CEBs João Carlos:

No período da Greve Geral nas duas greves gerias que teve aqui em Feira de Santana, então nós entramos compondo as lideranças que estavam organizando as greves e desenvolvendo essa mística da não violência dentro dos movimentos pró-greve e foi interessante aqui em Feira de Santana essa participação e isso se dá também por uma cultura de CEBs, uma cultura do Cristão leigo, ativo, engajado na realidade da vida, trazendo o Evangelho para a dimensão da vida²⁷².

²⁶⁶ Jornal Feira Hoje, 08 de julho de 1986

²⁶⁷ Jornal Feira Hoje, 10 de julho de 1986, Caderno 2 p. 5.

²⁶⁸ Jornal Feira Hoje, 29 de junho de 1986,

²⁶⁹ Jornal Feira Hoje, 16 de julho de 1986, p. 4 ; e 18 de julho de 1986, p. 4

²⁷⁰ NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 1980. In:BOITO, Armando.(org). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 117

²⁷¹ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT em Feira de Santana-Bahia*(1979-2000). 2007. Dissertação de Mestrado.UFF, Niterói. P. 193

²⁷² Entrevista com João Carlos Silveira, concedida à autora em 12 de abril de 2008.

O leigo refere-se a duas Greves Gerais, mas, durante a década de oitenta a recorrência das Greves no Brasil foi imensa e Igor Gomes afirma ter acontecido na cidade mais de noventa focos de greves²⁷³. Certamente ele deve ter se referido a sua participação no comando da Greve na cidade. Tal experiência também marcou Rogério Rosa:

[Eu]participava dessas manifestações, né? Greves gerais, a gente tinha greves gerais. A gente se mobilizava e organizava as greves gerais. Para reivindicar uma questão salarial. Não só para reivindicar algo para alguém. Mas era fazer com que o nosso Brasil, pensasse diferente, nossa cidade pensasse diferente²⁷⁴.

É importante lembrar que à participação de membros das Comunidades Eclesiais de Base nas greves gerais aconteceram principalmente porque algumas Associações de Moradores aderiram ao movimento grevista em parceria com os sindicatos²⁷⁵ haja vista, que algumas Associações eram vinculadas à Igreja Católica, mais especificamente as CEBs. O bispo diocesano Dom Silvério Albuquerque, numa reportagem sobre a greve de março de 1989, afirmou que a greve foi justa e que “a Igreja está preocupada com o homem que mais sofre, que é o simples, o trabalhador”²⁷⁶, apresentou solidariedade aos trabalhadores do Brasil e de Feira de Santana, felicitando-os, porque apesar das dificuldades fizeram um protesto pacífico. A presença de católicos, (principalmente de leigos, mas também padres e religiosas) era de incentivo aos trabalhadores, nas cartilhas elaboradas o convite à coragem na luta foi constante²⁷⁷ e contribuíram na parcimônia dos protestos e greves.

A Igreja Católica e a formação do bairro George Américo

A atuação da Igreja Católica de Feira de Santana na formação do bairro George Américo, certamente é um ponto controverso, principalmente sobre a presença das CEBs. Na documentação oral, raros foram os depoentes que não aludiram a atuação das

²⁷³ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT em Feira de Santana-Bahia(1979-2000)*. Niterói: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado em História. p.200

²⁷⁴ Entrevista com Jose Rogério Rosa, concedida a autora em 18 de maio de 2009.

²⁷⁵ SANTOS, 2007. p.197

²⁷⁶ Jornal Feira Hoje, 16 de março de 1989, p. 2

²⁷⁷ SANTOS, 2007, p.175

CEBs no acompanhamento da ocupação e formação do bairro George Américo, fato que merece melhor aprofundamento.

O antigo Campo de Aviação (atual bairro George Américo), localizado fora do anel de contorno, foi ocupado por cerca de cinco mil pessoas no final de novembro de 1987, liderados por George Américo²⁷⁸, conhecido na cidade como o “rei das invasões” por conta das mais de 20 ocupações que havia conduzido.

O envolvimento da Igreja Católica nesta ocupação foi analisado por pesquisadores que concluem que

No período de 28 de novembro a 18 de dezembro, quando foi deflagrado o conflito a Igreja Católica ficou com uma postura de observadora. Somente depois que o governador do Estado da Bahia oficializou a desapropriação em prol da comunidade, que a Igreja Católica publica manifesto dirigido às autoridades, assinado por 21 sacerdotes católicos, um diácono e o bispo Dom Silvério de Albuquerque apelando para o sentimento humano e cristão do prefeito²⁷⁹.

E ainda de acordo com Gessiene Oliveira Caldas, “**na história do movimento organizado** a Igreja Católica sempre desempenhou um papel ativo (de fé, social e político), despertando nos fiéis a necessidade de mobilizações interna, da reivindicação e da ação coletiva”²⁸⁰. Cabe dizer que ambas as afirmações estão permeada por algumas imprecisões que tentar-se-á discutir doravante, trazendo a baila outros elementos que compõem os fatos. A presença da Igreja Católica neste contexto precisa ser analisada a partir da particularidade e não da generalização. Isso, porque as CEBs do Campo Limpo desde o início da ocupação estavam indo fazer visitas ao local e não somente depois do movimento organizado. Afirma dona Maria Souza, depois que alguns membros das comunidades foram na ocupação levar água, roupas, sopa e outros utensílios, o próprio George Américo foi procurar o apoio da Instituição Católica, pois, era muita gente para ele acompanhar e orientar. Coaduna com o registro do livro de

²⁷⁸ George Américo foi ex-funcionário do município de Feira de Santana, foi líder popular que fundou a Associação dos Sem-Teto de Feira de Santana, aparentemente não tinha ligação partidária e liderou a ocupação do Antigo Campo de Aviação, sendo assassinado em maior de 1988, com apenas 28 anos de idade. com a legalização das terras, o conjunto habitacional ganhou seu nome como homenagem a sua luta. Informações retiradas de CALDAS, Gessiene Oliveira. *Uma produção Popular: Qualificação e requalificação do bairro George Américo Feira de Santana- Bahia 1987-1998*. Salvador: UFBA, 1998. Dissertação de Mestrado em arquitetura e urbanismo. p.9

RESENDE, Livia Paola Silva. *As novas concepções do Clero feirense diante das inovações do Vaticano II* (1964-1980). Feira de Santana: UEFS, 2008. Monografia de conclusão de Curso. p. 77

²⁸⁰ CALDAS, 1998. p. 149 (grifo nosso)

tombo da Paróquia do Cruzeiro, no qual o terreno ocupado fazia parte, encontra-se um relato do Padre Fausto: “George Américo Mascarenhas, conhecido com “rei das invasões” encabeçou uma multidão (...) os ocupantes pedem apoio pessoal das comunidades do Campo Limpo. Começa um trabalho de acompanhamento neste lugar”²⁸¹. O apoio pedido por George foi dirigida a Irmã Marcela que morava próximo à ocupação.

Na ocasião, pessoas das Comunidades de Base de Campo Limpo e da Associação de Moradores ajudaram na organização de uma

comissão aí dentro [da ocupação], com as pessoas daí junto com a gente, sabe? Para trabalhar aí dentro. Para não ficar só a gente liderando, o Povo do George junto. O povo do George foi Ivone, Alzira(...) Foi dividido assim, dez pessoas do George e dez do lado de cá! (...) Eram aqui do Campo Limpo! (...) Essas dez pessoas que foi da comissão, por que tinha muita gente para ajudar, sabe? Mas a comissão foi dez pessoas do Campo Limpo que trabalhava na Igreja, e dez pessoas aqui do George para trabalhar dentro do George, para acontecer esse George que está aí!²⁸²



Figura 2. reunião de alguns dos membros da comissão de moradores das CEBs do Campo Limpo, que acompanharam a ocupação do antigo Campo de Aviação. Da esquerda para direita: Ana Breda(Linda), Ir. Marcela, Dona Maria Souza, Cleuma, Pedro Avelino, Pedro Queirós com seu filho Anderson no colo. (fotografia concedida por Irmã Marcela)

A comissão instituída elaborou uma carta pedindo apoio às paróquias da cidade, em 11 de dezembro de 1987. Era uma rogativa da comunidade da ocupação em nome da comunidade do Campo Limpo, solicitando ajuda material principalmente alimentação. Pediam apoio da Igreja (bispo, padres, religiosos e comunidades) não só da

²⁸¹ Livro de Tombo I da Paróquia Senhor do Bonfim (B. Jardim Cruzeiro). p. 43

²⁸² Entrevista de Maria Gomes Souza, concedida a autora em 19 de outubro de 2009.

cidade de Feira de Santana, mas, de toda à diocese. Além de pedir ajuda também a associações e outras Igrejas Cristãs, para ajudar materialmente o povo. É possível perceber pelo conteúdo da carta que muitas pessoas que moravam no Campo Limpo, Gabriela, Pampalona, Mangabeira e outros bairros periféricos que moravam de aluguel, em barracos, quatinhos, com “salários de fome” e não tinham possibilidade de construir ou comprar a casa própria também adentraram na ocupação, na esperança de conseguir a terra e construir seus lares²⁸³, certamente alguns faziam parte das Comunidades de Base. Os depoentes alegaram que a resposta dos cristãos católicos da cidade a carta dos sem-teto foi positiva. Receberam várias doações de comida, roupa e até material para construção. O gesto de caridade (mesclado com o assistencialismo) foi à primeira atitude. É o que Eder Sader chama de passagem da fase cristã caritativa para a fase da

Feira de Santana, 11 de Dezembro de 1987

Ao Senhor Bispo: d. Silvério Albuquerque,
Aos Vigários e Sacerdotes,
As Religiosas,
As Comunidades, Movimentos e Associações religiosas da Diocese,
Aos Pastores e Irmãos de outras Igrejas cristãs:

Nós homens, mulheres, jovens e crianças de várias Comunidades cristãs da cidade (São José Operário, São Pedro...) estamos vivendo uma situação extrema: sem salário ou com um salário de fome, sem casa e pagando aluguel, por um quatinho, 2'000,00 Cruzados ou mais. Não vemos condições de sair deste sofrimento.

Encontramos uma oportunidade de resolver em parte este problema ocupando os terrenos do antigo C^ompo de Aviação. Porque ocupamos esta terra? Era uma terra abandonada, cheia de mato, já há tempo sem aproveitamento.

Conseguir um terreno para morar significa para nós a esperança de viver com dignidade que é o primeiro direito de todo cidadão brasileiro. Como cristãos sentimos que este direito nascido da própria dignidade humana, coincide plenamente com aquilo que Deus Pai está querendo e Jesus nos ensina no Evangelho.

E' por isso que vimos pedir a todos vocês apoio e ajuda para defender a posse e permanecer nesta terra, a solidariedade em todos tempo para construir as nossas casas.

Desta maneira vocês estão colaborando para que a violência e a marginalidade não tomam conta da cidade. Estarão nos ajudando a sair de umas condições de vida que por si mesmas geram criminalidade.

Aproximando-nos do Natal, o Nascimento de Cristo, não podemos deixar de lembrar a Cena que nos apresenta o Evangelho: Maria e José na cidade de Belém a procura de uma casa e sem serem acolhidos...

Agradecemos a acolhida!
Fraternalmente

Comunidades de: São José Operário, São Pedro Apostolo,
São Francisco, Rua Nova, Mangabeira,
Parque Brasil, São Roque-Pampalona e os
de mais...

Figura 3. Cópia da carta de pedido de ajuda dos ocupantes à Igreja Católica e outras entidades (acervo de Irmã Marcela)

²⁸³ O lugar social dos moradores o George Américo é apresentado por CALDAS, Gessiene Oliveira. *Uma produção Popular: qualificação e requalificação do bairro George Américo Feira de Santana- Bahia 1987-1998*. Dissertação de mestrado UFBA, 1998. p.106

reivindicação²⁸⁴, pois, o passo seguinte foi a organização dos ocupantes para adquirir a posse da terra.

O passo seguinte da comissão foi preparar o povo para lutar por seu pedaço de chão, já que o prefeito do período, José Falcão ameaçou desocupar a área, alegando ser do município para a construção de casas populares em convênio com o governo federal²⁸⁵. Segundo os depoentes, eles organizaram em parceria com outras entidades uma caminhada com os ocupantes do terreno até a prefeitura para tentar negociações e obter a posse das terras “a gente fez uma passeata do Campo Limpo para a prefeitura,(...) foi gente, foi gente, que o povo estima acho que umas três mil pessoas que participaram daquela passeata²⁸⁶. O Jornal Feira Hoje noticiou o ocorrido e mencionou a participação de mil pessoas²⁸⁷. De acordo com Irmã Marcela, o prefeito se negou a recebê-los e o povo num ato de protesto cantou o Hino Nacional na porta da Prefeitura. O prefeito não estava na cidade e com sua ausência, o vice-prefeito, José Pinto, depois de um momento recebeu uma comissão representando os manifestantes, todavia, foi um encontro rápido, sem avanços nas negociações. O governo do Estado enviou os secretários de Segurança Pública e Reforma Agrária para visitar o local e após dois dias saiu a nota no periódico “governo do Estado desapropria área para doar aos invasores”²⁸⁸. Como bem menciona Igor Gomes, para atenuar os conflitos e mostrar serviço, o governador Waldir Pires que vinha de uma gestão desgastada e atropelada, concedeu estrategicamente as terras para aquela comunidade²⁸⁹.

A equipe que refletia os problemas da ocupação era composto por leigos, Irmã Marcela, Padre Fausto e pessoas que moravam diretamente na ocupação. Eram realizadas assembleias com os ocupantes, para refletir os problemas. Depois da posse da terra foram necessários novos pontos de pauta como ônibus coletivo, posto de saúde, escola. Na organização do bairro George Américo, houve uma participação e colaboração de pessoas ligadas ao PT como Maviralvo Barreto, Gerinaldo Costa e Reginaldo Santana, advogado²⁹⁰. Confirma, Ana Breda, “contamos com o apoio de

²⁸⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 266

²⁸⁵ Jornal Feira Hoje, 04 de dezembro de 1987, p. 3

²⁸⁶ Entrevista com Ana Breda(Linda) concedida a autora em 23 de outubro de 2009.

²⁸⁷ Jornal Feira Hoje, 15 de dezembro de 1987.p.3

²⁸⁸ Jornal Feira Hoje, 18 de dezembro de 1987, p. 3

²⁸⁹ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT em Feira de Santana-Bahia(1979-2000)*. Niterói: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado em História. p. 247

²⁹⁰ Idem. P. 246

algumas pessoas do PT como Marialvo, é... Gerinaldo, o pessoal que era ligado a Universidade também, que deu muito apoio e a gente teve várias reuniões”. A contribuição da Universidade Estadual de Feira de Santana se deveu principalmente na parte topográfica, para a arrumação das ruas e divisão dos lotes para as casas. A presença dos professores e estudantes da área de Engenharia Civil e Geografia, nas quais os professores Marialvo Barreto e Gerinaldo Costa ministravam aulas, foi fundamental para que a organização do espaço urbano do bairro não se tornasse uma favela, mas, possuísse ruas com largura adequada, lotes com uma metragem que permitisse construir casas dignas e áreas destinadas para lazer.



Figura 4. Celebração da uma Missa no bairro George Américo, momento que se aproveitava para fazer manifestações de protesto contra a falta de saúde, educação transporte coletivo, escrito nos cartazes. (fotografia concedida por Irmã Marcela)

Com o assassinato de George Américo²⁹¹ (ainda não desvendado), o antigo Campo de Aviação ganhou seu nome, para homenageá-lo. De acordo com Padre Fausto, “George Américo não fez parte da Comunidade de Base organizada na ocupação e tão pouco tinha alguma ligação religiosa”. Foi feito apenas um trabalho em parceria para ajudar o povo solapado. Conforme Dona Maria, a relação de George com os membros da eclesía, não se deu sem conflito, pois no período de demarcação das terras, George

²⁹¹ ²⁹¹Jornal Feira Hoje, 06 de maio de 1988, p. 7 e 8

recusou-se a deixar o espaço da capela (templo) da Igreja Católica. Os Católicos só conseguiram um terreno, localizado na praça do bairro, por conta da mudança de liderança, após o óbito de George Américo.

Com a presença da Comunidade de Base também organizaram mutirões para construir casinhas para os mais pobres que não tinham condições de fazê-las com os próprios recursos, estima-se que em média cem casinhas foram construídas. Tal prática foi reproduzida em múltiplas comunidades no Brasil “As CEBs em áreas urbanas, muitas vezes trabalham coletivamente para construir casas, edifícios de comunidades, posto de saúde (...) ajudam a resolver algumas necessidades materiais básicas”²⁹². Essa prática pode ser identificada como resquício da ação social do catolicismo a partir dos anos 1940, com nuança assistencialista.

É possível afirmar que a Igreja Católica de Feira de Santana, apoiou a ocupação do George Américo desde o princípio, no entanto, como hierarquia eclesiástica, oficialmente aconteceu somente quinze dias depois da ocupação. A carta que pede sentimentos humanos ao prefeito é assinada em 16 de dezembro, sendo, porém, divulgada dia 18 de dezembro fato que coincide com o anúncio oficial do governo doando as terras para os ocupantes²⁹³. A CEBs tiveram um papel relevante de apoio no período da ocupação e formação do bairro George Américo, pois, das vinte ocupações feitas por George Américo, poucas foram continuadas e legalizadas, contudo, a do antigo Campo de Aviação o povo ocupou a terra e foram regularizados. Entretanto, não se quer aqui negar a participação de outras entidades e Igrejas que atuaram no processo²⁹⁴, embora posteriores aos católicos.

No período desta pesquisa, foram identificados no Jornal Feira Hoje (com ressalvas ao discurso de quem produziu o jornal, principalmente no período em que José Falcão administrou o município) dezenas de protestos de moradores de variados bairros com maior incidência nas cercanias periféricas que reivindicavam principalmente transporte coletivo, ruas trafegáveis, saneamento básico, água e escolas. A situação dos bairros era de desordem. Todavia, nem sempre foram identificadas a participação das Comunidades de Base nas manifestações desses moradores.

²⁹² MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil(1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 259

²⁹³ Jornal Feira Hoje, 18 de dezembro de 1987, p. 3

²⁹⁴ CALDAS, Gessiene Oliveira. Uma produção Popular: qualificação e requalificação do bairro George Américo Feira de Santana- Bahia 1987-1998. Dissertação de mestrado UFBA, 1998. p.115

Perante uma realidade social em que a vida estava ameaçada, as CEBs atuaram “nos problemas sociais: lutas por habitação, eletricidade e água dentro das favelas”²⁹⁵, por coletivo nos bairros, por ruas dignas de se trafegar, por segurança. As Comunidades de Base de Feira de Santana refletiram a prática das CEBs difundidas no Brasil, porém, com peculiaridades, surgiram como consequência do contexto religioso, socioeconômico e político local.

A Igreja e a política em Feira de Santana: “A fé sem a política é morta!”²⁹⁶

Um dos principais pontos de conflitos da hierarquia da Igreja Católica com as Comunidades de Base no cenário nacional foi a aproximação com a política partidária e afinidade com partidos políticos de tendência esquerdista, principalmente o PT, por conta da relação estreita entre alguns membros fundadores do Partido dos Trabalhadores com religiosos católicos como o Frei Betto, que já fora mencionado.

Fé e ação política só entraram em relação correta e fecunda mediante o projeto de criação de um novo tipo de homem numa sociedade diferente (...) esse projeto é um palco de luta por melhores condições de vida. A libertação política apresenta-se como caminho para a utopia de um homem mais livre, Mais humano, protagonista de sua própria história²⁹⁷.

O Campo religioso e político em que se inseria a Igreja Católica de Feira de Santana no período estudado era complexo e dubio. No preceito das eleições de 1982, encontra-se no Jornal Feira Hoje, declarações do bispo Dom Silvério que “a Igreja não tem partido” a função da instituição é orientar seus fiéis²⁹⁸. Ele se referia a tomada de decisão de Dioceses da Bahia como Rui Barbosa com Dom Matias Schmidh e Juazeiro com Dom José Maria Pires, considerados bispos progressistas, que haviam organizado cartilhas com orientações para os fiéis naquela eleição. A Diocese de Feira de Santana não elaborou material para subsidiar os católicos. A postura gélida do bispo de Feira de Santana (que fora considerado no tempo em que pastorava na diocese de Caetité um

²⁹⁵ LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados, 1991, p. 46

²⁹⁶ Segundo Ana Breda Mascarenhas em entrevista concedida a autora em 23 de outubro de 2009, a frase baseada na passagem bíblica da Carta de Tiago “a fé sem as obras, ela está completamente morta”, (Tg 2, 17) foi colocada num cartaz num evento das CEB’s na Diocese e que criou uma polêmica na qual as CEBs foram acusadas de reduto de políticos.

²⁹⁷ GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 204

²⁹⁸ Jornal Feira Hoje, 05 de setembro de 1981, p. 4

articulador político) pode ser interpretada como ato de “defesa” porque nas eleições municipais de 1976, ao emitir uma carta sobre as eleições, foi interpretada como apoio ao candidato Colbert Martins do extinto MDB. O episódio teve repercussão nacional, gerando um mal-estar para o epíscopo e a instituição religiosa.

Nas eleições de 1982, entretanto, o bispo recebeu visita do candidato a prefeito Luciano Ribeiro do PMDB (II), mas, Dom Silvério foi enfático e afirmou, “a Igreja não pode assumir a posição político-partidária(...) a Igreja pode e deve é denunciar as injustiças sofridas pela comunidade”²⁹⁹. O bispo negou tal apoio oficialmente, contudo, o contexto posto não era de recusa da hierarquia católica em apoiar Luciano Ribeiro ou José Falcão também candidato a prefeito, pois, havia um protestante da Assembleia de Deus que também era candidato a alcaide pelo mesmo partido PMDB (I) Gerson Gomes³⁰⁰. Pouco menos de um mês para as eleições, o bispo emitiu uma “Carta Circular” com orientações para todos fiéis da Diocese de Feira de Santana, salientando que “a Igreja não tem candidatos. Tem exigências evangélicas para todos os candidatos e partidos”, ressaltava que a política é uma maneira de compromisso cristão e serviço aos irmãos. Dessa vez o bispo fora cauteloso no seu pronunciamento, apesar de não negar que poderiam ser celebradas missas nas posses dos prefeitos, alegando ser uma oportunidade de levar uma mensagem cristã³⁰¹. O desfecho se deu com a vitória do candidato José Falcão, mas, não foram encontrados registros de missa celebrada na tomada de posse. Neste período não se encontrou indícios de CEBs organizadas e tão pouco, mobilizações visíveis de católicos nas eleições da cidade.

Nas eleições municipais de 1988, um padre tentou candidatar-se a Prefeito, mas fora vetado pelo bispo do Silvério. O Padre Aldemar Melo, mais conhecido como Frei Felix, era filiado ao PSC, segundo ele numa entrevista ao jornal Feira Hoje, vinha sendo incitado a candidatar-se a prefeito “aceitei o desafio jovem como resposta a Igreja atual que para mim não deve cruzar os braços...” provocava a Igreja a “agir no mundo e não ficar só rezando pelo mundo”. É inusitado, como o padre identificou a organização política dos protestantes e suas bancadas que estava crescendo rapidamente e lamentava que os católicos não eram organizados como os protestantes, pois, não possuíam uma

²⁹⁹ Jornal Feira Hoje, 09 de julho de 1982, p. 2

³⁰⁰ Para compreender melhor o contexto político interno do PMBD e seus dois candidatos a prefeito nas eleições de 1982, ler principalmente o IV capítulo de: SILVA, Igor José Trabuço da. *“Meu Reino não é deste mundo”: A assembleia de Deus e a política em Feira de Santana(1972-1990)*. Salvador: UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

³⁰¹ Jornal Feira Hoje, 31 de outubro de 1982, p. 2

identidade no campo político que identifica-se “aquele é o grupo católico da Igreja do Brasil e compõem-se de tais deputados deste ou daquele outro Estado, **como nossos irmãos evangélicos fizeram e o fizeram muito bem**”³⁰². O clérigo continuou fazendo duras críticas à apatia dos católicos à política principalmente da hierarquia, o que traduz sua preocupação com a expansão dos protestantes na política e principalmente na cidade de Feira de Santana, como bem discutiu Igor José Trabuco da Silva.

Na percepção do padre, se um pastor foi candidato a prefeito nas eleições de 1982, não seria ideia destoante um sacerdote fazer o mesmo nas eleições de 1988, para demarcar o território católico no espaço da política. Porém, com a escusa do Código de Direito Canônico proibir padres de ocupar cargos de “chefia”, a aspiração do Frei Felix foi vetada por Dom Silvério, o que ele definiu como “ato inoportuno”. Cabe dizer que tal religioso não tinha ligação, ou atividades com as Comunidades de Base, embora o mesmo fosse simpatizante desse trabalho, como apontou o nome de Padre Fausto, “aquele que faz um trabalho lindo de infraestrutura na periferia”³⁰³. Outro religioso que teve o nome cotado nos corredores da política nas eleições municipais de 1988 foi o capuchinho Frei Orlando Bitencourt, de acordo o Jornal Feira Hoje, fora ansiado por vários partidos para ser candidato a vice-prefeito com exceção do PMBD que já possuía pretendente³⁰⁴ e do PT³⁰⁵. Como frei Felix, ele filiou-se ao PSC, no entanto, sua candidatura também não saiu, e o frei Orlando, diferente do primeiro não se pronunciou a respeito. Não há indícios de afinidade dele com as CEBs, o que pode denotar ser uma figura que detinha um capital simbólico entre os católicos feirenses e se adequava aos moldes dos políticos da cidade. Este é um elemento patente de contradição da instituição católica, embora o bispo tenha múltiplas vezes defendido a postura neutra da Igreja Católica, não conseguira.

No final dos anos 1980 as Comunidades de Base de Feira de Santana estavam em processo de melhor organização, crescimento e formação de seus participantes. No cenário político partidário da urbe, a relação das Comunidades de Base com os Partidos políticos a partir das fontes orais, foi permeada por algumas dissonâncias. O consenso no discurso dos depoentes se referiu ao apoio sempre dado à candidatura de Luis Inácio

³⁰² Jornal Feira Hoje, 06 de dezembro de 1987, p. 4 (grifo nosso)

³⁰³ Jornal Feira Hoje, 06 de dezembro de 1987, p. 4

³⁰⁴ Jornal Feira Hoje, 04 de agosto de 1988, p. 2

³⁰⁵ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT em Feira de Santana-Bahia(1979-2000)*. Niterói: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado em História. p. 143

Lula da Silva a presidência da República. No comício de Lula na cidade em 1989, mencionado no periódico³⁰⁶, não foram identificados a presença de agentes de comunidades na organização do evento, contudo, houve a participação de membros das CEBs, e ainda no contexto nacional a “Igreja progressista” era tachada de apoio aberto a Lula.

O Jornal Feira Hoje divulgou algumas reportagens que condenavam a aliança da Igreja Católica com o PT³⁰⁷, anunciou ainda uma reportagem na qual Frei Betto, afirmava que as CEBs apoiavam o PT, porque “coincidem o programa pastoral e ética [da Igreja] com o programa de governo do PT”, a denominada Frente Brasil Popular³⁰⁸. As Comunidades de Base eram identificadas como reduto de comunistas e as reportagens tendiam para tal interpretação. O bispo Dom Silvério, numa reportagem no jornal Feira Hoje, afirmou sua satisfação com a vitória de Fernando Collor, porque ele teve uma “formação religiosa e que a relação com a Igreja vai ser a mais natural possível”³⁰⁹, acrescentou críticas aos progressistas católicos que se expuseram nas eleições, apoiando um comunista, ou seja, Lula. Aqui a postura do epíscopo é permeada pela alocação religiosa, defender a fé católica e espantar a ameaça comunista. Mais uma vez, a neutralidade da instituição fica a quem do discurso.

As orientações dos teólogos da libertação que com sua produção intelectual forneciam material de suporte para a formação das comunidades de base, apontavam para a “mobilização dos cristãos para a participação política-partidária dentro de um projeto popular(...) que tivesse como sujeito primordial o próprio povo organizado”³¹⁰. Na formação social, o cristão não necessariamente deveria estar fixado na dimensão da fé, mas, a fé deveria impulsioná-los a transformação social, no entanto, nem sempre essas orientações foram creditadas pela hierarquia que rejeitava a atuação das CEBs. Desse modo, a CNBB lançou alguns documentos para orientar os católicos sobre questões políticas, sendo a Campanha da Fraternidade de 1996, com o tema *Justiça e Paz se abraçarão*, o ápice da conscientização, na qual toda a eclesía era convidada a refletir principalmente sobre o significado da política, a inserção na política partidária,

³⁰⁶ Jornal Feira Hoje, 13 de outubro de 1989, p.2.

³⁰⁷ As reportagens revelam uma preocupação de membros da Igreja com o PT: Jornal Feira Hoje de 06 de dezembro de 1988; Feira Hoje de 31 de janeiro de 1989; Feira Hoje de 02 de fevereiro de 1989.

³⁰⁸ Jornal Feira Hoje, 26 de novembro de 1989, p. 7

³⁰⁹ Jornal Feira Hoje, 08 de janeiro de 1990, p. 2

³¹⁰ BOFF, Leonardo e MIRANDA, Marcia. A contribuição dos cristãos militantes na política partidária. In: OLIVEIRA, Pedro a. Ribeiro(org.) *Fé e política: fundamentos*. Aparecida, SP: ideias&letras, 2004. P. 67

valorização do voto, votar consciente e organizar-se para fiscalizar os eleitos. A CF instrumentaliza os católicos nesta reflexão já iniciada pelas CEBs, embora os efeitos não tenham sido perceptíveis.

Quanto à relação, participação e apoio das CEBs aos Partidos Políticos em Feira de Santana, no período estudado, encontram-se variadas percepções. As comunidades estudavam a trajetória de vida dos políticos, “tinha grupos que elaborava livrinhos com a vida dos candidatos e a gente ia estudar pra ver quais eram os candidatos que a gente deveria votar e o povo a quem a gente indicava também, por que o povo perguntava a gente”³¹¹. Esses grupos analisavam junto com o povo e alguns membros após um “processo de conscientização, alguns da gente estavam ligados a essa questão da militância, inclusive no PT. PT, PC do B, tinha algumas militâncias, né?”³¹², todavia, essa militância não aconteceu de forma homogênea, a aproximação das Comunidades de base com os Partidos Políticos não foi uma praxe comum na cidade. Conforme Padre Fausto “o trabalho de politização não foi fácil, quebrar as amarras dos vícios políticos foi uma tarefa árdua”. Ele complementou que as raízes históricas do Brasil cooperaram para a aversão a política.

A estratégia de politização das comunidades através de estudos específicos seguiam as orientações de Leonardo Boff, que identifica as Comunidades de Base como instrumento de conscientização, “fazem análises da realidade de classes(...) dos diversos partidos, dentre estes os que estão aliados na luta”³¹³. Embora tenham ocorrido análise de conjuntura, estudos sobre Partidos Políticos por vários anos, principalmente nas eleições municipais de 1996, em que a instituição investiu na formação sobre política, em consonância à CNBB, a Diocese de Feira de Santana elaborou uma “Cartilha de Educação Política” com orientações para a conscientização política da população. Analisa Lourdes Rocha, “Nem sempre com sucesso, mas, houve muito essa questão da consciência política, acho que melhorou muito. A gente fez muitos estudos da cartilha política de um grupo de Feira de Santana, com fé e política, com estudos mesmos, reflexões”³¹⁴. A cartilha das eleições de 1996 foi elaborada por uma equipe de pessoas das Pastorais Sociais e CEBs, a orientação principal era para a conscientização dos

³¹¹ Entrevista de Ana Breda Mascarenhas, concedida a autora em 23 de outubro de 2009.

³¹² Entrevista de Jose Rogério, concedida a autora em 18 de maio de 2009.

³¹³ BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo, eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 99.

³¹⁴ Entrevista de Lourdes Rocha, concedida à autora em 19 de novembro de 2009.

leigos e perceber os tipos de candidatos, saber escolhe-los, bem como, conhecer as funções e os deveres dos candidatos eleitos. A hierarquia por sua vez, confirmava que seu papel não era “apontar opções partidárias”, mas, “a militância partidária e o exercício do poder político” cabia aos leigos. A cartilha como um todo, apresentava um incentivo à participação do laicato na política partidária.

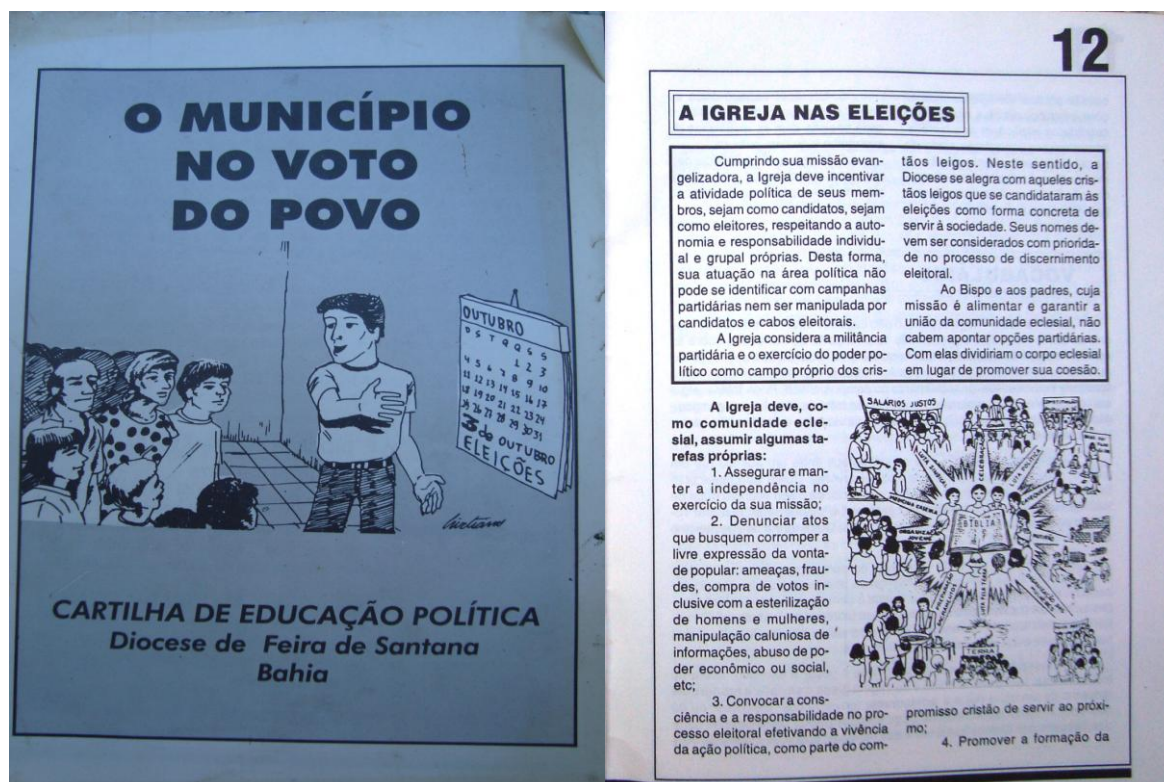


Figura 5. Fotografia da Capa da Cartilha de Educação Política e um fragmento da cartilha sobre a Igreja nas eleições. (acervo de Ana Breda)

Embora tenha havido tal conscientização, não houve na cidade um envolvimento perceptível e relevante das Comunidades de Base no engajamento Político Partidário, mas tímidas e isoladas mobilizações de apoio a leigos candidatos ligados a instituição ou simpatizantes, fato que fez alguns negarem a participação das CEBs na política partidária na urbe. Entretanto, não se pode perder de vista, como recorda Eloi Barreto, que “as CEBs não foram feitas para ser um enfrentamento com o poder político”³¹⁵, mas, o resultado da organização de comunidades que não necessariamente se envolveram com a política partidária, mas, atuaram na conscientização política.

³¹⁵ Entrevista de Eloi Barreto, concedida a autora em 22 de setembro de 2009.

Como ilustrou Maria Victoria Espiñeira, em Salvador a Igreja Católica na década de 1970 foi suporte e ofereceu infraestrutura para atuação de Partidos Políticos de esquerda como o PC do B, junto às camadas populares, em Feira de Santana, a atuação da Igreja na base na década de 1980 e 1990 não foi necessariamente um suporte para esses partidos, houve uma aproximação principalmente do PT, contudo, de modo tímido, inconstante e nos momentos em que a Igreja Católica local sentiu-se ameaçada retirou seu apoio, como aconteceu nas eleições em 2000.

Na campanha municipal do ano 2000, algumas comunidades organizam-se para pensar em lançar algum candidato, pois, "o Prefeito ele sempre tinha a maioria dos vereadores do lado dele, então não havia essa fiscalização. Então o Prefeito em Feira de Santana fazia sempre o que queria. Então, nós vimos que poderíamos mudar essa realidade"³¹⁶. Segundo João Carlos, havia leigos filiados ao PT e decidiram então lançar nomes para a candidatura de Mandato Popular como vereadores. Parte dos candidatos pertencia à Paróquia de Todos os Santos, bairro da Queimadinha. João Carlos afirmou ainda, que no primeiro momento, o bispo Dom Itamar Vian deu um grande apoio aos leigos, incentivando-os à candidatar-se, no entanto, conforme João Carlos, após a "pressão das elites da cidade que participavam da Igreja," ele mudou de opinião. O epíscopo vinha de uma prática de engajamento e apoio às lutas sociais na antiga Diocese de Barra, na região Oeste da Bahia que conduziu por 10 anos. Na cidade de Feira de Santana, assumiu uma postura contraditória à sua antiga prática, ficou receoso e retirou seu apoio à candidatura popular dos leigos. "Então, isso foi uma ducha de água fria em cima de todo movimento de leigos que tinha em Feira de Santana e desestimulou. Não dá para andar num processo de luta, de libertação com o freio de mão totalmente puxado pela própria hierarquia"³¹⁷. A decepção dos leigos comprometeu a campanha eleitoral na qual, sentiram-se sozinhos, sem o apoio oficial da Igreja.

Embora a hierarquia tenha privado seu apoio oficial, Lourdes Rocha diz que algumas Comunidades de Base aderiram à candidatura popular dos leigos da Paróquia de Todos os Santos

Houve [apoio] de paróquias de grupos, de comunidades, mas, teve uma iniciativa. Não assim, a Igreja, digamos assim, a posição da Igreja local, mas houve apoio de grupos, de comunidades, de paróquias, de pastorais, houve esse apoio, né? Nós inclusive recebemos o material, a proposta, qual era a

³¹⁶ Entrevista de João Carlos Silveira, concedida a autora em 12 de abril de 2008.

³¹⁷ Idem.

proposta do mandato popular. É... inclusive eles mandaram pedir opinião de como deveria ser, nós respondemos e houve esse apoio³¹⁸.

O apoio negado pela hierarquia fragilizou o movimento que estava no campo político em nome da Igreja. O final da Campanha eleitoral municipal se deu com a derrota dos leigos e marcou a saída de boa parte deles da atuação cristã institucionalizada, não havia uma organização interna dentro da instituição católica e nem nas CEBs que solidificava o movimento, ou algo semelhante à lógica dos protestantes “irmão vota em irmão de fé”. Isso vai ao encontro das palavras de Albertino Carneiro, “Eu era político apesar de ser de Igreja, e era de Igreja apesar de ser político, mais não tinha muita relação”³¹⁹, afirmou não ter recebido apoio da eclesía quando candidatou-se a vereador na cidade, apesar de que alguns membros das comunidades garantiram que o apoio a Albertino fora sempre garantido, mas, não unânime.

A contradição presente na atuação da Igreja Católica não ocorreu somente em Feira de Santana, Ana Maria Doimo, salienta que a contradição da instituição nas suas relações com os Partidos Políticos e movimentos sociais foi um fator decisivo para que muitos militantes acabassem se afastando da instituição e se agregando a outros grupos que dessem maior espaço de participação³²⁰. Embora tenha havido um trabalho de conscientização política por parte da instituição religiosa, a concepção “tradicional” de política, ou seja, os velhos laços clientelistas e apadrinhamento, consolidados no final do século XIX e limiar do século XX, pesaram consideravelmente. Mesmo com as mudanças ocorridas no interior da instituição católica como incentivo às lutas por melhorias na condição de vida e a formação política de seus membros que tiveram protuberância no cenário nacional e em alguns momentos no contexto dessa urbe, foram suplantados pelas raízes da “política tradicional”.

No âmbito da política no município, a escolha de votar num candidato (vereador ou prefeito) com propostas que beneficiassem o bairro e o bem comunitário,

³¹⁸ Entrevista de Loudes Rocha, concedida à autora em 19 de novembro de 2009.

³¹⁹ Entrevista de Antonio Albertino Carneiro, concedida à autora em 05 de junho de 2009

³²⁰ DOIMO, Ana Maria. Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org). A Igreja na base em tempos de transição. Porto alegre: L& PM: CEDEC, 1986. p. 120

em detrimento dos interesses singulares, foi desgastante nas CEBs, fato que enfraqueceu muitas Comunidades de Base, motivando divisão e afastamento de membros da eclesía.

As CEBs e a redemocratização

No processo de redemocratização do Brasil, Feira de Santana não teve participação proeminente. Como bem debateu Igor Gomes, na campanha das Diretas Já, a cidade foi tomada por desencontros políticos que inviabilizaram uma campanha mais madura e concisa³²¹. Ao que parece, a Igreja local não se manifestou neste momento. Em 1984, a CNBB lançou uma carta “Sobre o momento nacional” na qual convocava os cristãos a realizarem um dia de jejum pela pátria, na véspera do dia da padroeira do Brasil. Em Feira de Santana, monsenhor Renato Galvão cura da catedral, assumindo o lugar do bispo, convocou os cristãos feirenses a cumprir as orientações dos episcopos do Brasil³²², todavia, não foram encontrado indícios de grandes celebrações na cidade.

No processo de redemocratização a Igreja Católica feirense observou as manifestações da instituição em nível nacional. Cabe lembrar que neste período, as Comunidades de Base da cidade estavam num processo incipiente de formação, o que talvez, dificultou maior mobilização. Como afirmou Maria Amélia da Silva, as CEBs no Brasil tiveram papel fundamental no processo de redemocratização, eram locus privilegiado de reflexões democráticas³²³, o pensamento do brasilianista Rowan Ireland analisa as CEBs como espaço intermediário entre a realidade de opressão e busca por transformação, embora o autor hesite no caráter transformador das Comunidades de Base como espaço de democratização, não nega que tal empenho fora feito³²⁴.

Somente a partir das mobilizações para a Constituinte é que foram encontrados indícios de mobilização das Comunidades de Base, no livro de tombo da Paróquia do Cruzeiro encontra-se o relato “as comunidades de base estudaram as propostas populares para a constituinte”³²⁵, no discorrer do texto o padre relatou que era

³²¹ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT em Feira de Santana-Bahia(1979-2000)*. Niterói: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado em História. p. 134.

³²² Jornal Feira Hoje, 07 de outubro de 1984, p. 4.

³²³ SILVA, Ana Amélia da. *Religião e razão comunicativa: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização*. São Paulo: USP, 2002. Dissertação de Mestrado em Sociologia. p. 67-68.

³²⁴ IRELAND, Rowan. Comunidades Eclesiais de Base, grupos espíritas e a democratização no Brasil. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org). *A Igreja na base em tempos de transição*. Porto alegre: L& PM: CEDEC, 1986. P. 151-183.

³²⁵ Livro de tombo I da Paróquia Senhor do Bonfim (B. Jardim Cruzeiro), p. 41.

necessário um aprofundamento maior, mas, não explicou o grau do aprofundamento, relatou ainda, que na diocese foi criada uma comissão pró-constituente³²⁶. A mobilização de uma parcela dos católicos feirenses em organizar uma comissão pró-constituente deveu-se ao incentivo do encontro nacional das CEBs em Trindade- GO, em 1986, que propunha a organização de uma constituição popular, do qual alguns leigos e religiosos da cidade participaram.

Na elaboração da Constituição nas pré-assembleias estaduais as Comunidades Eclesiais de Base tiveram intenso trabalho. Lembra Ana Breda:

[as CEBs] fez um trabalho muito grande na elaboração da Constituição em 88, né? Que em 88 foi feito uma constituição né? Constituição estadual, então foram várias assembleias constituintes que aconteceram em Salvador e a gente discutia nas comunidades as propostas, o quê que a gente achava que deveria entrar na constituição do estado. Ai, ia ônibus, ia caravanas pras assembleias, as assembleias se chamavam assembleias constituintes, né? Pra formar a constituição, então as comunidades, né? A organização das CEBs colaboraram muito pra essas propostas pra que entrassem realmente, pra que na constituição alguns direitos do povo fossem, né? colocados lá, fossem colocados. Então foi uma atuação grande da CEBs. (...) Os próprios sindicatos, algumas associações, mas as comunidades também estavam envolvidas fazendo esses estudos. Tinha algumas perguntas, tinha também alguns abaixo assinados, que o povo levava pra fazer assinatura, então isso era feito nas próprias comunidades, em alguns momentos que unia, essas várias comunidades traziam essas propostas, pra depois serem levadas lá pra Salvador pra assembleia legislativa³²⁷.

Certamente o relato de Ana Breda se refere a(s) pré-assembleias que aconteciam nos estados do Brasil. Após a Constituinte os municípios deveriam organizar suas leis internas, a Lei Orgânica Municipal. Em 1989, as Comunidades de Base de Feira de Santana, também estudaram propostas concretas a serem feitas a Câmara Municipal. No livro de tombo da Paróquia do Cruzeiro encontra-se o relato de dois encontros de uma equipe, cujos nomes não são identificados, que elaboravam o material de estudo sobre a importância da Lei Orgânica. O material foi preparado em parceria com o MOC. A estrutura dos “livrinhos” era balizada a partir do anteprojeto da Lei Orgânica do município, textos bíblicos e perguntas que conectavam as propostas do anteprojeto da Lei Orgânica, a Sagrada Escritura e a realidade do povo, “que propostas temos para que tudo se realize?”, na conclusão do relato Padre Fausto diz: “tentaremos levar esse trabalho de influência na Câmara Municipal em prol de um Município e uma

³²⁶ Os nomes dos membros da comissão não foram registrados no livro de tombo.

³²⁷ Entrevista de Ana Breda (Linda), concedida a autora em 23 de outubro de 2009.

cidade mais de acordo com o projeto de Deus”³²⁸. No entanto, não se sabe em que medida os estudos das Comunidades de Base interferiram na montagem da Lei Orgânica do Município de Feira de Santana.

O fenecer de uma luta?

A caminhada das CEBs no Brasil como foi visto, deu-se início a partir da segunda metade do século passado. Alguns autores defendem que a partir da redemocratização do País, em meados da década de 1980 as CEBs foram perdendo força no Brasil³²⁹ contudo, é uma análise imprecisa, esse parâmetro não contempla toda realidade nacional, pois, em Feira de Santana, as CEBs começaram a organizar-se a partir desse período e no final dos anos 1980 adquiriram consolidação.

A perseguição à Teologia da Libertação, também fora firme a partir de meados da década de oitenta. Com a IV Conferência Episcopal em Santo Domingo nas ilhas caribenhas em 1992, os sinais de retrocesso³³⁰ na caminhada libertação são notórios. As CEBs foram pouco discutidas, não originaram elementos inovadores que as impulsionassem como aconteceu na Conferência de Medellín e Puebla, além disso, ganharam um caráter estrutural, “estarão em comunhão com o pároco respectivo e o bispo”³³¹, não que antes isso não existisse, mas se institui a normatização, as CEBs não poderiam fazer um trabalho desassociado(autônomo) da hierarquia, fato muito recorrente nas CEBs.

Na correlação de forças, Clodovis Boff, analisa que as CEBs sofreram uma crise externa que compõe duas faces, a primeira é social que correspondia ao avanço do neoliberalismo, a crise do socialismo real, o desânimo dos militantes e a luta pela sobrevivência que inviabilizava a articulação das comunidades; a segunda face foi a

³²⁸ Livro de tombo da paróquia Senhor do Bonfim (b. Jardim Cruzeiro) p. 51 e 52.

³²⁹ MAINWARING, Scoot. Igreja católica e política...,1989 p. 268, LESBAUPIN, Ivo. As Comunidades de Base e a transformação social.In: *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. p.72.

³³⁰ IOKOI, Zilda Marcia Gricoli. As utopias Românticas. In: JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI(org.). *As utopias de Michel Löwy*, reflexões sobre um Marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. P.115.

³³¹ Conclusões da Conferência de Santo Domingo. São Paulo: Loyola, 1992 n° 61, p.93

crise eclesial no que ele avocou de “conjuntura do refluxo” do apostolado de João Paulo II, uma perseguição a linha libertadora da teologia³³².

No contexto nacional, a estratégia usada para conter o crescimento da Teologia da Libertação e das CEBs foi a fragmentação das Dioceses de bispos considerados progressistas, como foi o caso da arquidiocese de São Paulo, com Dom Paulo Evaristo Arns³³³. Além disso, a proibição de seminários com tendências libertadoras, o ITER em Pernambuco e o Seminário Rural da Paraíba³³⁴ que visava inicialmente preparar sacerdotes para trabalhar com o povo numa perspectiva libertadora, mas, segundo o Marcos Roberto Brito, não resistiu à perseguição de Roma, sendo forçado a tornar-se um Centro de Formação Missionária para leigos e não mais para futuros presbíteros.

Outras perspectivas analisam e apontam que o crescimento de novos movimentos eclesiais como a Renovação Carismática Católica, diminuiu o crescimento das CEBs. Entretanto, autores como Luiz Alberto Gomes, defende que “se o movimento carismático aumenta, isso não indica que as pastorais sociais e as CEBs declinem”³³⁵. Em Feira de Santana, o argumento de Luiz Alberto Gomes possui um pouco das duas dimensões. Conforme Lourdes Rocha:

Feira começa a ter um crescimento dos movimentos de massa, tá? Movimentos que cresce que tem muita agente, né? Então, ela perdeu um pouco essa característica das CEBs. A gente começa, perde pessoas que eram lideranças fortes, né? Na diocese que tinha vivência que enxergava desse jeito e ganha outras lideranças que vê mais, é... digamos assim, que vem mais com essa questão do Espírito, né? E cresce a Renovação Carismática em Feira de Santana, né? Dois grandes grupos da renovação. (...) Cresce a questão dos movimentos, Encontros de Casais, Renovação, grupos de oração, né? Eu acho que Feira perde um pouco essa característica³³⁶.

Em Feira de Santana, o crescimento da Renovação Carismática Católica a partir da década de 1990, foi um fato constatado principalmente através dos livros de tombo e atas de algumas Paróquias. A freguesia do Senhor do Bonfim, no Cruzeiro que era a referência de CEBs, com a mudança de sacerdote, mudou também o discurso.

³³² BOFF, Clodivis. CEBs: A que ponto estão e para onde vão. In: *As Comunidades em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. P. 276-278.

³³³ BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993. p.283; LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991. p.45 e 58.

³³⁴ SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Missionários do Campo e a caminhada dos pobres do nordeste*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação de Mestrado em História. p. 44.

³³⁵ SOUZA, Luiz Alberto Gomes. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*. Vol. 18 nº 52, 2004, p.87.

³³⁶ Entrevista de Lourdes Rocha, concedida a autora em 19 de novembro de 2009.

Encontra-se no Livro de Tombo o início do grupo de oração que era vinculado a Renovação Carismática em 1995³³⁷. No Livro de Tombo da Paróquia dos Capuchinhos os vínculos com a RCC iniciou em 1992, com um grupo de “Seminário de vida no espírito”. Em 1995, fundou-se um grupo do ECC, em agosto de 1998, foi realizada “a primeira missa da Misericórdia”³³⁸, no ano 2000, encontra-se outro relato da fundação do “Cerco de Jericó” grupo de oração “novo estilo de oração” ligado a Renovação Carismática³³⁹. Na Paróquia da Santíssima Trindade, aconteceu a realização de um “Seminário de Vida no Espírito” ligado à Renovação Carismática, realizado em novembro de 1999³⁴⁰. Esses são alguns dos sinais da organização da RCC, que abriu uma comunidade de Vida chamada Comunidade Rainha dos apóstolos ou Casa da Rainha, onde agregavam homens e mulheres, que se dedicavam ao serviço da evangelização, dentre eles Valmir Mota que adentrou na carreira política, mas continua vinculado à Comunidade.

Em contrapartida, no final da década de 1990 a organização das Comunidades de Base e Pastorais Sociais desempenharam atividades mais localizadas nas Paróquias. A partir de 1998 foram encontrados registros de organizações de Semanas Sociais na maior parte das Paróquias de periferia, São José Operário³⁴¹, Paróquia Santíssima Trindade³⁴², Paróquia São Francisco de Assis³⁴³ e outras que não estão no grupo das periféricas, mas com abrangência de bairros da periferia, Paróquia Todos os Santos³⁴⁴ e Nossa Senhora de Fátima³⁴⁵. A Paróquia de Santo Antônio nos Capuchinhos realizou um evento social, mas não foi denominado de Semana Social³⁴⁶. O que se discutia nas Semanas Sociais eram temas relacionados ao contexto nacional e os problemas que atingiam a cidade e especificamente o bairro no qual a paróquia estava localizada, no final do evento alguns encaminhamentos eram feitos principalmente para solucionar os problemas urgentes dos bairros. Neste período é perceptível que boa parte das ações das comunidades estavam mais localizada nas paróquias da cidade. A organização do Grito

³³⁷ Livro de Tombo I da paróquia Senhor do Bonfim(Jardim Cruzeiro) p.95.

³³⁸ Livro de Tombo I da Paróquia dos Capuchinhos, p. 94, p. 104 , p.123

³³⁹ Idem, p. 135.

³⁴⁰ Livro de Tombo I da Paróquia da Santíssima Trindade (bairro do Feira X), p. 9.

³⁴¹ Livro de Tombo I, p. 19.

³⁴² Livro de Ata do Conselho Paroquial I, p. 29.

³⁴³ Realizou a Semana Social em parceria com a Paróquia de São José Operário.

³⁴⁴ Livro de Ata do Conselho Paroquial I, p. 38.

³⁴⁵ Livro de Ata do Conselho paroquial, p. 66.

³⁴⁶ Livro de Tombo I, p. 114.

dos Excluídos³⁴⁷ também foi sempre em parceria com vários sindicatos e Partidos Políticos de esquerda na cidade.

Em Feira de Santana, alguns dos entrevistados pontuaram que a criação de novas paróquias inviabilizou o trabalho das comunidades, pois “criar paróquias é prender as CEBs nas estruturas”, todavia, essa análise não foi consenso entre os entrevistados, para outros a criação de paróquias facilitou o trabalho das CEBs. Diga-se de passagem, que nas orientações nacionais das CEBs, não foi pedido o afastamento da paróquia, mas, que a freguesia não fosse um meio de enquadrar as comunidades num trabalho fixo, tirando sua característica de formação espontânea a partir das necessidades. Foi encontrado nos registros de várias paróquias a “pastoralização” das Comunidades de Base, eram referidas como uma Pastoral ou Movimentos, perdendo desse modo sua identidade de comunidade de grupo pequeno que se reúne para refletir a Bíblia a partir da vida.

Na análise do sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira e do Frei Clodovis Boff, percebem que “há Igrejas *de* CEBs e Igrejas *com* CEBs”³⁴⁸, ou seja, em algumas dioceses e paróquias, as Comunidades de Base são organizadas e engajadas em redes, as atividades são parte de um projeto interno, existe uma sintonia no trabalho das comunidades, fator que consolida a identidade de Comunidade de Base, transformando aquela paróquia ou diocese numa “Igreja *de* CEBs”. A “Igreja *com* CEBs”, por sua vez, é formada por Comunidades de Base que existem na Paróquia ou Diocese, mas, não organizadas em rede, ou seja, as práticas dessas comunidades não correspondem a “totalidade” da Paróquia ou Diocese, elas existem, fazem parte, mas não são a identidade daquela porção eclesial. A cidade de Feira de Santana se adéqua a esse modelo, uma “Igreja *com* CEBs”.

Embora Feira de Santana não tenha se constituído uma “Igreja *de* CEBs”, a atuação das Comunidades de Base na cidade balizaram a história da eclesia local como também contribuíram nas organizações sociais que ansiavam soluções dos problemas sociais.

As CEBs contribuíram nas mudanças, mas não poderiam ter elas a pretensão de dirigir essas mudanças por que isso não era nem missão das instituições

³⁴⁷ Manifestação popular que foi iniciada pelas pastorais sociais e movimentos sociais que acontece no dia 7 de setembro desde 1995, como forma de protesto ao sistema posto, em Feira de Santana começaram a ser realizados a partir de 1996.

³⁴⁸ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro, p. 161; BOFF, Clodovis, p. 201, ambos In: *Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

eclesiais, (...) o trabalho das CEBs na diocese de Feira de Santana ainda que quantitativamente modesto, pequeno, tem tido uma parte importante na caminhada em direção ao Reino de Deus³⁴⁹.

Como percebeu o Padre Fausto, embora as CEBs não tenham promovido as grandes mudanças sociais esperadas, ou seja, modificações externas, principalmente nas questões políticas no Brasil, no interior da instituição simbolizaram o esforço da Igreja Católica na tentativa de popularizar espaços dantes nunca acessíveis. Em Feira de Santana a “caminhada” das Comunidades de Base na cidade foi o esforço de integrar a fé e a vida como parte da mesma práxis.

Como resultado de um percurso da Igreja Católica feito nas comunidades e nas pastorais sociais, no limiar do Novo Milênio, a Igreja Católica juntamente com outros movimentos sociais, Sindicatos e igrejas organizaram-se numa grande mobilização para ater o projeto de lei que ambicionava privatizar a EMBASA, conseguiram vetar os planos do governo do Estado e a água não foi privatizada. Dessa articulação nasceu o Movimento Água é Vida. O surgimento do MAV não foi algo repentino, mas fruto de um processo de tentativas anteriores. Embora vários movimentos sociais, igrejas e outras entidades participassem do MAV, o movimento tinha uma estreita relação com a instituição católica, principalmente pela presença atuante de padres, religiosas, religiosos e leigos³⁵⁰ que já faziam um trabalho na base.

³⁴⁹ Entrevista de Padre Fausto, concedida à autora em 10 de julho de 2008.

³⁵⁰ UZEDA, André Almeida. *Movimento Água é Vida: Cidadania e Saúde em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, 2005. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. p. 66

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises das fontes orais (entrevista com membros que outrora participaram ou ainda atuam na Igreja católica) e fontes impressas (Jornal Feira Hoje que circulava diariamente na cidade) e Atas de Paróquias e Livros de Tombo de parte das paróquias da cidade, algumas considerações podem ser feitas, que não pretendem ser verdades absolutas, mas, parte de uma reflexão deste trabalho.

As CEBs em Feira de Santana surgiram num contexto de transformação socioeconômica; as comunidades também fizeram parte do “trânsito” ente mundo rural e a industrialização da cidade. As primeiras comunidades se desenvolveram principalmente na periferia da cidade, ganhando novos espaços na década de 1990, como bairros que não eram periféricos. O lugar social das camadas populares na cidade, no qual grassava a pobreza, falta de moradia digna, transporte coletivo que atendesse a população, melhoria no atendimento na saúde e educação, foram elementos aglutinadores das pessoas, que encontraram nas Comunidades Eclesiais de Base um espaço propício para reflexão e busca de soluções para esses problemas.

A articulação inicial das CEBs foi liderada principalmente por padres estrangeiros e com a chegada de Congregações Religiosas principalmente femininas que vinham de outras experiências de Comunidades de Base, foi basilar para deslanche das CEBs. Os leigos tiveram uma atuação importante no desenvolvimento das comunidades, embora nem sempre tenham sido valorizados, mas rechaçados, principalmente por uma parte significativa do clero da cidade que resistiu a organização das CEBs, fator esse, que gerou conflitos internos na Igreja local, sendo as Assembleias da Diocese um desses espaços de embate, entre esses militantes das CEBs e os demais que tinham uma visão mais espiritual.

A relação das CEBs com a produção material da Teologia da Libertação acontecia principalmente nas formações sistemáticas das lideranças dos grupos de CEBs. A Existência de uma equipe organizada e responsável pela produção do material imbuído da realidade que os circundava confrontando com a leitura da Bíblia, promoveu a difusão do pensamento libertador nas comunidades.

Enquanto no contexto nacional em meados da década de 1980 houve a “perseguição” à Teologia da Libertação, por parte de Roma e duras críticas às

Comunidades Eclesiais de Base, sendo acusadas de “dividir a Igreja”, em contrapartida, em Feira de Santana as CEBs no final dos anos 1980, apresentam sinais vitais de atuação social, ampliação e organização de novas comunidades, é um período que pode ser considerado como a “primavera” das CEBs na cidade. As razões plausíveis que possam explicar o fato, não ficaram elucidadas, mas, acredita-se que o próprio contexto social da cidade possibilitou esse acontecimento.

Também na década de 1990 as Comunidades de Base atuaram no cenário social da cidade, várias manifestações de bairros foram encontradas no jornal *Feira Hoje*, parte delas lideradas pelas Associações de Moradores nos quais estavam ligadas a membros de CEBs, além disso, nos livros de atas de algumas paróquias foram encontradas registros de reuniões de líderes de Comunidades de Base reivindicando junto ao poder público municipal por melhorias para os bairros. Não se pode perder de vista que um período intenso de mobilizações e reivindicações nos bairros decorreu das Semanas Sociais que aconteceram em várias Paróquias.

No âmbito da política partidária as posturas das Comunidades de Base oscilaram muito, porém, foi possível perceber uma negação no envolvimento dos membros das comunidades com a política partidária, principalmente nas eleições municipais, embora em alguns momentos houvesse uma abertura da eclesia local para tal participação. Os leigos que se arriscaram a adentrar na carreira política como representantes das camadas populares não obtiveram bons resultados.

A cidade de Feira de Santana no período estudado, não foi uma cidade cuja identidade católica pode ser identificada como “rosto” de CEBs, ou seja, uma “Igreja *de* CEBs”, mas, se configurava uma “Igrejas *com* CEBs”, foi uma cidade *com* Comunidades Eclesiais de Base, não constituíram uma rede de CEBs na urbe, apenas algumas Paróquias organizaram esse trabalho, porém, de forma localizada. Nas cercanias da cidade, a Paróquia São José Operário (bairro do Campo Limpo) e Paróquia São Francisco de Assis (bairro da Gabriela) foram as que apresentaram maior unidade interna como tentativa de “redes de comunidades de Base”, centradas na Bíblia, a partir de estudos bíblicos, com organização de Conselho Comunitário e Celebração do Culto sem padre. Tais elementos compõem o tripé de uma CEB, na análise de Pedro Ribeiro de Oliveira. Ao menos até o final da década de 1990 tais paróquias apresentaram elementos que poder definir a organização de uma CEB.

O discurso sobre o campo de atuação das Comunidades de Base em Feira de Santana, a partir das fontes orais, convergia sempre em torno das mesmas conquistas e lutas. Quanto à controvérsia entre algumas testemunhas orais, que questionaram se Feira de Santana teve CEBs ou não, acredita-se que os fatos apresentados denotam isso, contudo, não em moldes estanques e rígidos. Aliás, um dos elementos peculiares das CEBs foi sempre a busca pela maleabilidade, fuga dos padrões estruturais que a própria Igreja Católica propunha. Na urbe feirense, algumas paróquias que não apreciavam o trabalho das CEBs, inviabilizaram o trabalho das Comunidades de Base, caracterizando-as como Pastorais ou Movimentos. Presas a uma estruturação paroquial as comunidades paulatinamente perderam vigor, se adaptando às estruturas eclesiais vigentes.

As CEBs em Feira de Santana deram sua contribuição no que concerne a articulação das camadas populares na lutas sociais, na organização de várias Associações de Bairro, no embate com o poder público municipal e nas reivindicações de melhorias nos bairros. Foram capazes de negociar e articular-se com os movimentos sociais e diversos grupos religiosos, protestantes e de matriz africana. As mesmas condições de vida aproximavam os membros da CEBs aos demais grupos sociais e outras igrejas. Os problemas comuns foram os elementos aglutinadores da luta. A práxis das Comunidades de Base estava permeada pelos discursos das CEBs na esfera nacional, mas, ressignificadas na conjuntura local, marcando desse modo o campo religioso feirense.

LISTA DE FONTES

Fontes Orais:

- Entrevista com a Irmã *Francelina Rocco*, concedida à autora em 22 de fevereiro de 2008, em sua residência. Ela é religiosa (freira), pertence à Congregação das Irmãs Felicianas. Foi uma das articuladoras das Comunidades Eclesiais de Base em Feira de Santana e Serra Preta durante a década de 1980.
- Entrevista com padre *Fausto Franco Martinez*, concedida à autora em 10 de julho de 2008, no Seminário da arquidiocese Santana Mestra no bairro do Papagaio. É de origem espanhola e foi coordenador das Pastorais da Diocese de Feira de Santana durante a década de oitenta, ajudou na articulação e organização das Comunidades Eclesiais de Base. Deixou o Brasil no limiar dos anos noventa. Teve uma grande relevância no clero da cidade por sua atuação nas questões sociais.
- Entrevista com *João Carlos Silveira*, concedida a autora em 12 de abril de 2008, em sua residência. Foi militante das Comunidades de Base na cidade de Feira de Santana, coordenou o Conselho Diocesano de Leigos durante alguns anos, organizou a candidatura popular nas eleições de 2000.
- Entrevista com *Jose Rogério da Silva Rosa*, concedida à autora em 18 de maio de 2009, na residência da entrevistadora. E foi um dos que participou de forma direta da organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Base na cidade na década de oitenta.
- Entrevista com *Antônio Albertino Carneiro*, concedida à autora em 05 de junho de 2009, na Biblioteca Municipal. Foi o coordenador Diocesano de Pastoral, fundou o Movimento de Organização Comunitária e exerceu o sacerdócio até 1978, depois continuou seu trabalho pastoral na Igreja.
- Entrevista com *Maria dos Santos*, concedida à autora em 25 de julho de 2009, na capela do bairro George Américo. Participou da ocupação do George Américo e da organização das CEB no local.
- Entrevista com *Gilberto Santana dos Santos*, concedida à autora em 15 de setembro de 2009, na sede do Projeto Jaguará em Acrílico. É diácono da Igreja Católica, militou nos movimentos sociais da Igreja, principalmente na década de 1970 e 1980.
- Entrevista com *Maria Theresia Seewer (Irmã Marcela)*, concedida a autora em 17 de setembro de 2009, na residência da entrevistada. É de origem suíça, foi freira e deixou a Congregação das Irmãs da Santa Cruz, no final dos anos oitenta. Foi uma das organizadoras das Comunidades Eclesiais de Base em Feira de Santana.
- Entrevista com *Eloi Barreto*, concedida à autora em 22 de setembro de 2009, na Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Feira de Santana. Foi assessor da CEBs no

Regional Nordeste II, organização da CNBB que refere-se aos Estados de Bahia e Sergipe.

- Entrevista com *Maria Gomes Souza*, concedida à autora em 20 de outubro de 2009, na residência da entrevistada. Foi membro das Comunidades Eclesiais de Base do bairro do Campo Limpo e fez parte da comissão que acompanhou a ocupação e a legalização da terra no bairro George Américo.

- Entrevista com *Ana Maria Breda Mascarenhas Souza* (Linda), concedida à autora em 23 de outubro de 2009, na residência da entrevistada. E foi uma das que participou de forma direta da organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Base na cidade na década de oitenta, coordenou as CEBs em nível diocesano por vários anos e fez parte da diretoria da Associação de Moradores do Campo Limpo e Adjacência.

- Entrevista com *Marizete Brito Pires*, concedida à autora em 02 de novembro de 2009, na casa da Pastoral da Criança do CASEB. Participou da animação das comunidades de base na paróquia e foi membro atuante da Associação de Moradores do CASEB.

- Entrevista com *Maria de Lourdes da Rocha Santos*, concedida à autora em 20 de novembro de 2009, na Rádio Sociedade. Iniciou sua participação nas CEBs a partir da década de 1990 e atualmente é coordenadora das Comunidades de Base.

Fontes Eclesiásticas:

- LIVRO DE ATAS I DAS ASSEMBLEIAS DA DIOCESE DE 1995 A 2000.

-LIVRO DE ATAS DE PARÓQUIAS:

Paróquia de Todos os Santos – (Bairro Queimadinha)

Paróquia São Francisco de Assis – (Bairro Gabriela)

Paróquia Nossa Senhora das Graças – (Bairro Cidade Nova)

Paróquia Santíssima Trindade – (Bairro Feira X)

Paróquia Nossa Senhora do Perpetuo Socorro – (Bairro Tomba)

Paróquia Nossa Senhora de Fátima – (Bairro CASEB)

-LIVRO DE TOMBO DAS PARÓQUIAS

Paróquia da Catedral de Santana, livro I e II – (Centro da cidade)

Paróquia Nossa Senhora das Graças – (Bairro Cidade Nova)

Paróquia Santo Antonio – (Bairro Capuchinhos)

Paróquia Santíssima Trindade – (Bairro Feira X)

Paróquia Nossa Senhora do Perpetuo Socorro – (Bairro Tomba)

Paróquia São José Operário – (Bairro Campo Limpo)

Paróquia Senhor do Bonfim – (Bairro Jardim Cruzeiro)

Paróquia Nossa Senhora de Fátima – (Bairro CASEB)

Fontes jornalísticas:

Jornal folha do Norte, anos: 1960, 1961, 1962, 1963.

Jornal Feira Hoje, anos: 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997.

Documentos da Igreja:

Compêndio do Concílio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1983.

Conclusões da Conferência de Medellín- 1968. São Paulo: Paulinas, 1998.

Conclusões da Conferência de Puebla. 8ª Ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

Conclusões da Conferência de Santo Domingo. São Paulo: Loyola, 1992.

Documento da CNBB nº 3: Comunidades: Igreja na Base, 1974.

CNBB, *Comunidades Eclesiais de base na Igreja do Brasil*. Documento da Conferência dos Bispos do Brasil. São Paulo: Paulinas, 1982.

CNBB, *Igreja e Problemas da Terra*, 1980.

Código de Direito Canônico. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Texto Base da Campanha da Fraternidade 1996: Justiça e Paz se abraçarão

Fontes impressas:

BETTO, Frei. *O que é comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: brasiliense, 1981.

_____. *Cristianismo & Marxismo*. 2ª Ed. Petrópolis: vozes, 1986.

BOFF, Clodovis e PIXLEY, Jorge. *Opção pelos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1986

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovís. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. *JESUS Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *Igreja: carisma e poder: ensaios de ecclesiology militante*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Da libertação, o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *E a Igreja se fez povo, Ecclesiology: a Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Ecclesiology: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Do lugar do pobre*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A fé na periferia do mundo*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983

COMBLIM, José. *O conceito de comunidade e a Teologia II*. REB, volume XXX, 1970.

GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *A Força histórica dos pobres*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

HOORNAERT, Eduardo. Para uma Teologia Leiga da Libertação. In: *BETANCOURT, Raúl Fornet.(org). A Teologia na História social e cultural da América Latina*. Livro 2. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

Manual sobre as Comunidades Eclesiais de Base, Petrópolis: Vozes, 1977.

ROMA LOCUTA. *Documentos sobre o livro: Igreja: carisma e poder de Frei Leonardo Boff. Movimento Nacional dos direitos humanos*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Carlos. *Teologia da solidariedade*. São Paulo: Loyola, 2005.
- ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de História colonial*. Cidade: Universidade, 1990. Dissertação de Mestrado.
- ALVES, Rubem. *O que é Religião*. São Paulo: Loyola, 2005.
- AZZI, Riolando. *A Sé primacial de Salvador, a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Volume II. Petrópolis, 2001.
- AZEVEDO, Dermi. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*. São Paulo. Estudos Avançados Vol. 18 nº 52, 2004.
- BATISTA, Silvania Maria. *Conflitos e comunhão na festa da padroeira em Feira de Santana. (1930-1950)*. Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História.
- BARROS, Marcelo. *O sonho da Paz. A unidade nas diferenças: ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II(1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BETTO, Frei. *O que é comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: brasiliense, 1981.
- _____. *Cristianismo & marxismo*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BENINCÁ, Dirceu e ALMEIDA, Antonio Alves. *CEBs: Nos trilhos da inclusão libertadora*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovís. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Da libertação, o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes. 1985.
- _____. *E a Igreja se fez povo, Ecclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis, vozes 1986.
- BOITO, Armando Jr.(org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOSI, Alfredo. “Da esquerda cristã á Teologia da Libertação”. IN: JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI(org.). *As utopias de Michael Löwy*, reflexões sobre um Marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRITO, Charlene Jose. *Presença protestante progressista em Feira de Santana: um Trabalho Ecumênico de Ação Social(1070-1990)*. Feira de Santana: UEFS, 2008. Monografia de conclusão de Curso.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1920-1989): uma Revolução Francesa na historiografia*. São Paulo. UNESP, 1997.

CALDAS, Gessiene Oliveira. *Uma produção Popular: Qualificação e requalificação do bairro George Américo Feira de Santana- Bahia 1987-1998*. Salvador: UFBA, 1998. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino* (imprensa e ideologia no jornal “ o Estado São Paulo”). Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção da Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado em economia.

DOIMO, Ana Maria. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUSSEL, Henrique (org.). *500 anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas e CEHILA, 1992.

DUSSEL, Henrique. “Notas sobre a origem da Teologia da Libertação (1959-1972)”. In: BETANCOURT, Raúl Fornet. (Org). *A Teologia na História social e cultural da América Latina*. Livro 3. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. *O partido, a igreja e o estado nas associações de bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997.

FILHO, Francisco Antonio de Andrade. *Igreja e ideologias na America latina, segundo Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1982.

FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, Ideologias e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização 1970-1996*. Salvador: UFBA, 1998. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GANDON, Tania Riserio d'Ameida . *Etnotexto e identidade cultural na construção da memória*. Revista da FAEEBA educação e Contemporaneidade. , Salvador, v. 14, n23, jan./jun., 2005.

GOTAY, Samuel Silva. *O pensamento Cristão revolucionário, na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulinas, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARAES, Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Ática, 1994.

IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964 – 1968*. São Paulo: editora HUCITEC, 1996.

JAGUARIBE, Helio. *Brasil: Sociedade Democrática*. Coleção Documentos brasileiros, nº 196, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.

KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org). *A Igreja na base em tempos de transição*. Porto alegre: L& PM: CEDEC, 1986.

LIMA, Zelia Jesus de. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana*. Salvador: UFBA, 1990. Dissertação de Mestrado.

LOWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991.

_____. *A guerra dos deuses: Religião e política na America Latina*. Petrópolis: Vozes. 2000.

_____. Marx e Engels como sociólogos da Religião. In: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Vol. 40, nº 1, 1997.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAIWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MUNIZ, Beatriz, Eliane Hojoij Gouveia, José Rubens Lima Jardimino (Org.) *Sociologia da Religião no Brasil*. São Paulo: PUC/SP, UMEP, SRES, 1998.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. Democracia e vida Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOBREGA, Lígia de Moura. *Comunidades eclesiais de Base – CEB's e Educação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Clovis Ramaiana Moraes. *De empório a Princesa do Sertão: Utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. Salvador: UFBA, 2000. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro (org.) *Fé e política: fundamentos*. Aparecida: Ideias&letras, 2004.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. *Costume e conflito: experiência no centro urbano de Feira de Santana, 1970-1990*. Feira de Santana: UEFS, 2008. Monografia de Especialização em História da Bahia.

PARISSE, Tandja Andréa. *A sociedade civil no contexto da Ditadura: A experiência do Movimento de Organização Comunitária (MOC, na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979)*. Feira de Santana: UEFS, 2001. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História.

PIERUCCI, Antônio Flavio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade Social das religiões no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

POPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapoã, 1968.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984

RESENDE, Livia Paola Silva. *As novas concepções do Clero feirense diante das inovações do Vaticano II (1964-1980)*. Feira de Santana: UEFS, 2008. Monografia de conclusão de Curso.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Religião e classes populares*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização*. Salvador: UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado em História.

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT em Feira de Santana-Bahia(1979-2000)*. Niterói: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado em História.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Missionários do Campo e a caminhada dos pobres do nordeste*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação de mestrado em História.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SILVA, Aldo José Morais. *Terra de sã natureza. A construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana(1833-1920)*. Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História.

SILVA, Ana Amélia da. *Religião e razão comunicativa: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização*. São Paulo: USP, 2002. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Feira de Santana: UEFS, 2007. Trabalho para obtenção do título de professor pleno.

_____. *Protestantismo y Teologia de la Libertación*. In: Alfredo Prieto Gonzalez e Jorge Ramirez Calzadilla. *Religion, Cultura y Espiritualidad a las puertas Del tercer Milenio*. Habana: Caminos. 2000.

SILVA, Igor José Trabuco da. *“Meu Reino não é deste mundo”: A assembléia de Deus e a política em Feira de Santana(1972-1990)*. Salvador: UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

SILVA, Marinélia. *Padre não pode se meter em política: conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe- BA*. Salvador: UFBA, 2005. Dissertação de Mestrado em História.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes. *Classes populares e igreja nos caminhos da Historia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *As várias faces da Igreja Católica*. Estudos Avançados. Vol. 18 nº 52, 2004

SUZIN, Luiz Carlos (organizador). *Sarça ardente teologia na América latina: perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2000.

TAVARES, Virgínia. *A revolta do rebanho de Cristo: o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950-1975)*. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. *“As Comunidades eclesiais de Base no Brasil: traços explicativos de sua gênese”*. In: DUSSEL, Henrique. *500 anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas e CEHILA, 1992.

TELES, Adriana Silva. *Presença negra na festa de Santana (1930-1950)*. Feira de Santana: UEFS, 2000. Monografia de pós-graduação em Teoria e Metodologia da História.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992.

TOMITA, Luiza E. (org). *Teologia Latino-americana pluralista da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2006.

UZEDA, André Almeida. *Movimento Água é Vida: Cidadania e Saúde em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, 2005. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva.

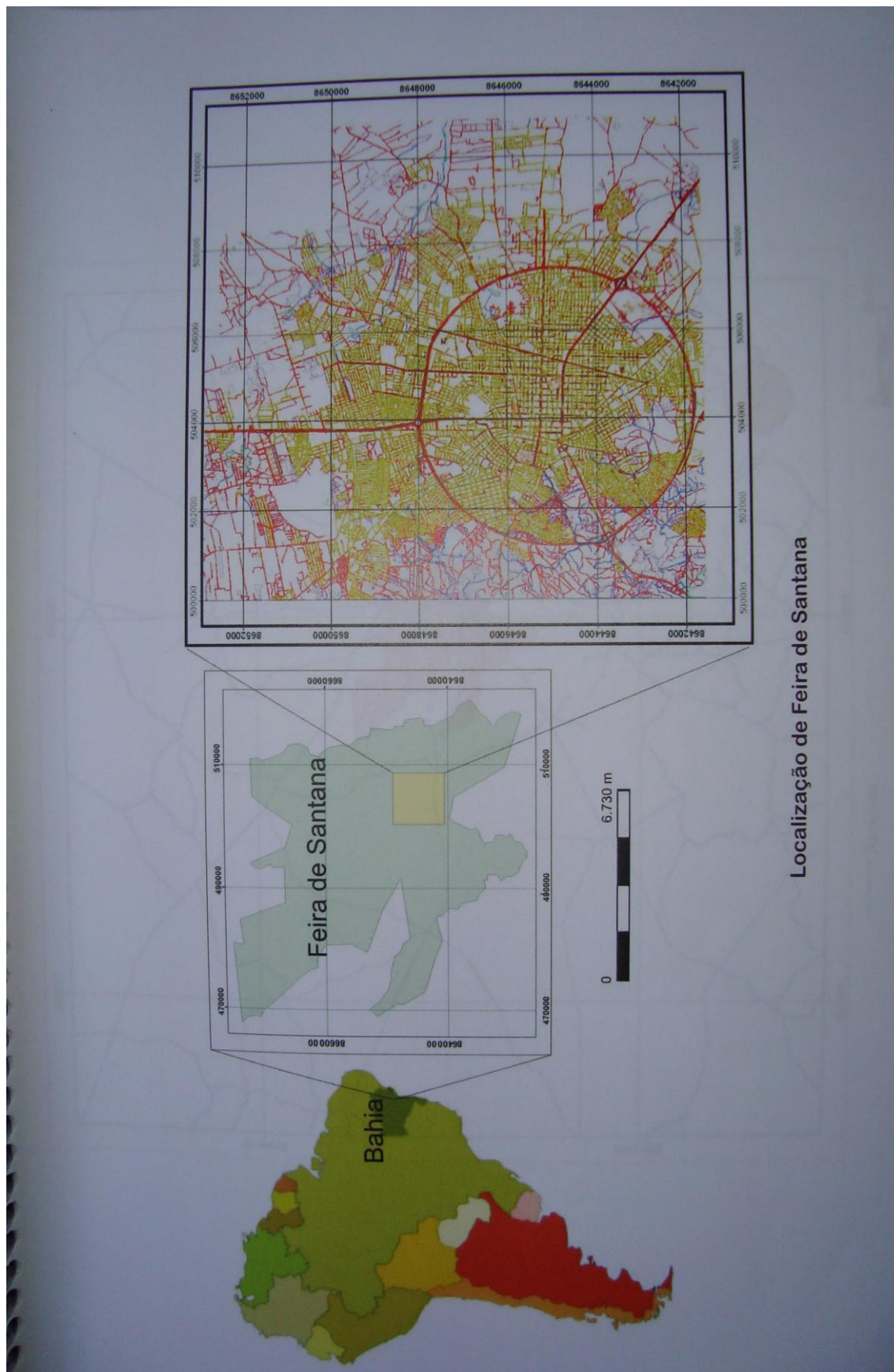
ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *CEAS: Jesuítas e a questão social durante a Ditadura Militar*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação de mestrado.

_____ (org.) *A Ditadura Militar na Bahia, novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

ANEXOS



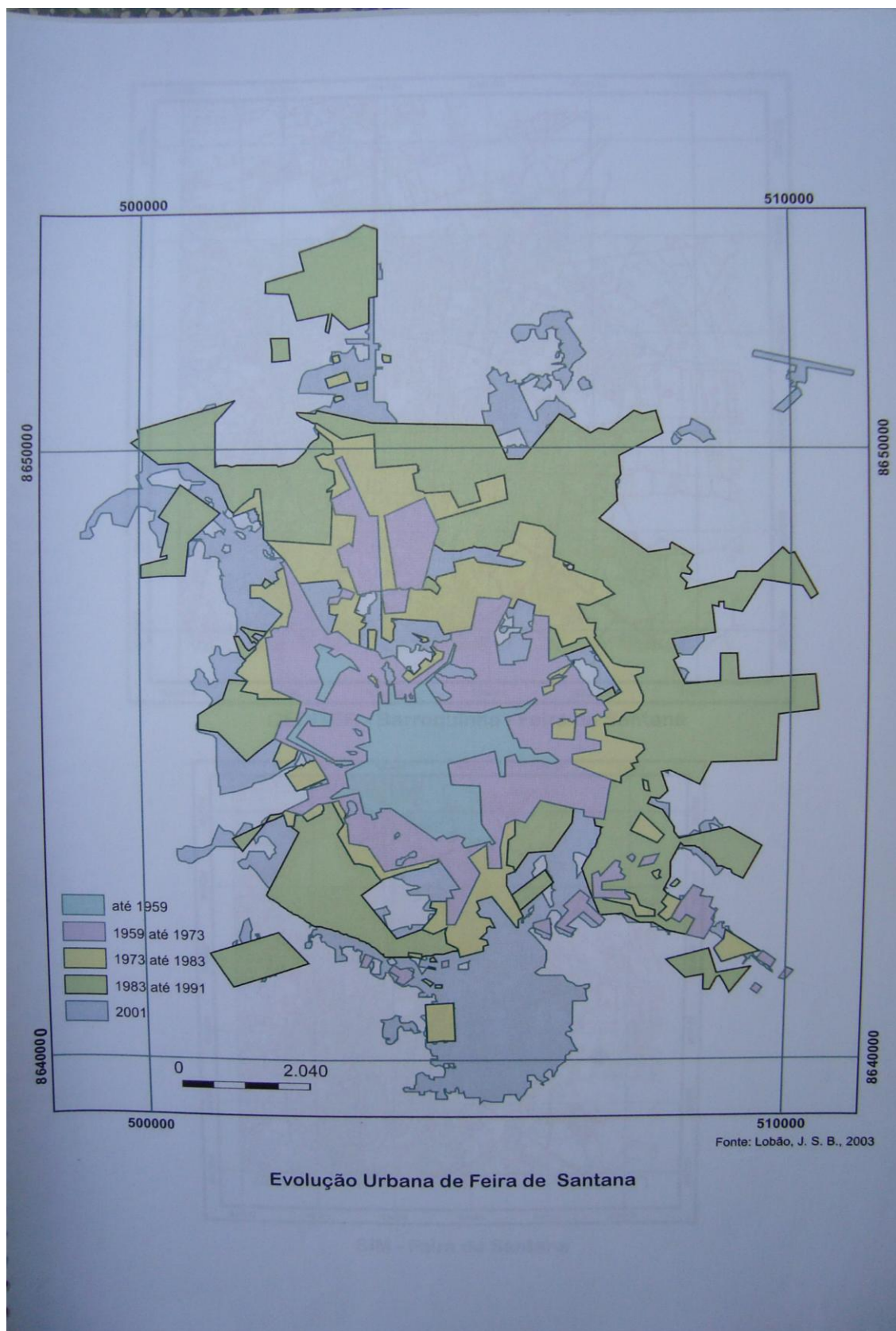
Mapa estilizado da cidade de Feira de Santana, cujo anel de contorno demarca a separação do centro e a periferia. Fonte: Site: www.feiranews.cm.br



Localização de Feira de Santana

Extraído de SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Feira de Santana: UEFS, 2007. Trabalho para obtenção do título de professor pleno

Mapa da localização de Feira de Santana (mapa produzido por Jocimara Lobão)



Extraído de SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Feira de Santana: UEFS, 2007. Trabalho para obtenção do título de professor pleno.

Mapa do crescimento urbano da cidade de Feira de Santana (mapa produzido por Jocimara Lobão)



Extraído da capa do Diretório da Arquidiocese de Feira de Santana.

Mapa da abrangência territorial da Arquidiocese de Feira de Santana.